

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**MILENA DE SOUZA DA SILVA**

**COTIDIANO, ESCRITA DE SÍ E CORONELISMO:  
A CORRESPONDÊNCIA DE MANOEL DE FREITAS VALLE FILHO A BORGES  
DE MEDEIROS (1903-1916)**

**PORTO ALEGRE**

**2010**

**MILENA DE SOUZA DA SILVA**

**COTIDIANO, ESCRITA DE SI E CORONELISMO:  
A CORRESPONDÊNCIA DE MANOEL DE FREITAS VALLE FILHO A BORGES  
DE MEDEIROS (1903-1916)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Margaret Marchiori Bakos.

**PORTO ALEGRE**

**2010**

S586c Silva, Milena de Souza da

Cotidiano, escrita de si e coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903-1916) / Milena de Souza da Silva. – Porto Alegre: PUCRS, 2010.

125 f.

Orientador: Margaret Marchiori Bakos

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

1 . Cotidiano. 2 . Clientelismo. 3 . Coronelismo. 4. Escrita de si.  
5. República Velha. I. Bakos, Margaret Marchiori. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. III . Título.

CDU 94(816.5)

**MILENA DE SOUZA DA SILVA**

**COTIDIANO, ESCRITA DE SÍ E CORONELISMO:  
A CORRESPONDÊNCIA DE MANOEL DE FREITAS VALLE FILHO A BORGES  
DE MEDEIROS (1903-1916)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Margaret Marchiori Bakos – PUCRS

---

Prof. Dr. Hélder Gordim da Silveira – PUCRS

---

Prof. Dr. Moacyr Flores - FURG

Porto Alegre, 20 de agosto de 2010.

A meu esposo Anderson Corrêa e minha família, por todo o apoio, dedicação, carinho e amor.

## AGRADECIMENTOS

À Bolsa CAPES que foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS que contribuíram para a minha formação;

Agradeço à ajuda prestimosa de minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Margaret Marchiori Bakos, pela confiança, paciência e carinho com que sempre me acolheu;

Aos professores Hélder Gordim da Silveira e Moacyr Flores pela dedicação, força, estímulo, carinho, encaminhando-me nos estudos.

Aos meus colegas pelo apoio e estímulo;

Ao meu querido esposo, Anderson Romário Pereira Corrêa, que sempre esteve ao meu lado, dando-me maior apoio, carinho;

À minha mãe Delvair da Silva, ao meu padrasto Danilo Mello e aos meus irmãos, Brandino, Franklin, Ulices e Jonas pelo carinho e amor;

Enfim, o meu muito obrigada a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a minha formação.

(...) por que Alegrete, que antes precisava de uma força para garantir a ordem e hoje se governa com poucas praças, sem que aumente, e até diminui a estatística criminal? Por que, havendo plena liberdade de voto, venceu-se aqui o pleito eleitoral, com grande maioria, quando o mesmo não sucedeu em outros municípios, com igual número de adversários? As finanças por que tem duplicado, sem tributos novos?

## RESUMO

Este trabalho que traz por título “Cotidiano, Escritas de si e o Coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903 a 1916)”, visa analisar um *Corpus documental* ainda não usado, formado por 58 correspondências de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros, no período entre 1903 a 1916. Justifica-se por tratar de uma conjuntura da história do Rio Grande do Sul de extrema importância, pois é o momento de criação de uma forma de poder político – o coronelismo – de historiografia lacunosa; também por analisar correspondências reservadas – trocadas entre coronéis gaúchos; há poucas informações na historiografia gaúcha sobre o coronel Manoel de Freitas Valle Filho, que foi Vice-Presidente do Estado do Rio Grande do Sul junto ao Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, no período que vai de 1908 a 1912. Essa fase foi um momento de descontinuidade no longo período em que Borges de Medeiros exerceu um poder autoritário neste Estado (1898 – 1928). O trabalho tem como objetivo: Investigar as relações entre o “chefe político estadual” – Borges de Medeiros e o “chefe político local” – Manoel de Freitas Valle Filho, no período de 1903 a 1916, protagonistas do coronelismo gaúcho. Tendo em vista as relações pessoais de Manoel de Freitas Valle Filho com o partido de oposição ao PRR, questiona-se até que ponto a presença do mesmo, como Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pode ter sido tramada para “acalmar os ânimos” da oposição? Constata-se nas correspondências, que Freitas Valle era um autor que escrevia discursos com objetivos de quem deseja apaziguar ânimos, na busca de resolver discórdias, sem, entretanto, lograr agradar a todos, como evidenciam suas cartas.

**PALAVRAS-CHAVE:** República Velha, Coronelismo, Relações Políticas, Alegrete.



## ABSTRACT

This study, named “Cotidiano, Escritas de si e o Coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (from 1903 to 1916)”, aim to analyze a *Corpus documental* not used yet, integrated by 58 epistles from Freitas Valle Filho to Borges de Medeiros, between 1903 and 1916. It is justified for treating an extremely important conjecture of Rio Grande do Sul’s history, because that is the creation’s moment of a political form of power – the Colonelism – with historiography filled with gaps, also for analysing private correspondence – exchanged between colonels from Rio Grande do Sul. There are only few information in the Rio Grande do Sul’s historiography about the colonel Manoel de Freitas Valle Filho, who was vice-president of Rio Grande do Sul State along with the President Carlos Barbosa Gonçalves, between 1908 and 1912. That fase was a period of discontinuity in the long time that Borges de Medeiros practised an authoritarian power in that state (1898 - 1928). The study is aimed to: Investigate the relation between the “state political leader” – Borges de Medeiros and the “local political leader” – Manoel de Freitas Valle Filho from 1903 to 1916, protagonists of the colonelism in the Rio Grande do Sul. Seeking Manoel de Freitas Valle Filho’s personal relations with the PPR’s political contrary party, it’s inquired until when his presence, as Vice – Governor of Rio Grande do Sul’s State, could had been machinated to “cold the opposition’s temper down”. It is seen in the correspondence that Freitas Valle was an author that used to write speeches aimed to appease the tempers, trying to solve disagreements, however, without trying to please everyone.

Keywords: Old republic, Colonelism, Political Relations, Alegrete.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. Coronelismo e as Relações políticas na República Velha.....</b>	<b>23</b>
1.1    A República Velha e o PRR .....	23
1.2    O Coronelismo .....	29
1.3    O Clientelismo .....	39
<b>2. Alegrete durante a República Velha.....</b>	<b>48</b>
2.1    A República Velha em Alegrete .....	48
2.2    Os Intendentes e a vida política em Alegrete .....	57
2.3    Manoel de Freitas Valle Filho: o coronel.....	71
<b>3. Da correspondência.....</b>	<b>81</b>
3.1    Manoel de Freitas Valle Filho e a escrita de si.....	81
3.2    As relações clientelistas entre os chefes políticos, municipal e estadual.....	88
3.3    Vida política em Alegrete.....	102
<b>À guisa de Conclusão .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa um conjunto de correspondências trocadas entre o Presidente do Rio Grande do Sul - Borges de Medeiros (1864 - 1961) e, Manoel de Freitas Valle Filho (1867 – 1916) vice-presidente - no período de 1903 a 1916. Manoel de Freitas Valle Filho iniciou sua condição de vice da administração do Estado gaúcho ainda no período entre 1908 a 1912, junto ao Presidente Carlos Barbosa.

Consideramos o *corpus documental* que sustenta esta pesquisa da maior importância, porque encerra as escritas de si<sup>1</sup> de um político com liderança regional assegurada pelo aparato militar e ideológico do PRR. Foi dissidente e, durante a Revolução de 1893, recebeu o título de Coronel. Este estudo vai ao encontro do tema de grande relevância no Rio Grande do Sul: o Coronelismo<sup>2</sup>. Através de um estudo de caso pouco conhecido: as relações clientelistas, segundo a acepção de Richard Graham<sup>3</sup>, que julgamos existir entre Borges de Medeiros e Manoel de Freitas Valle Filho.

Esta pesquisa, que traz por título “Cotidiano, Escritas de si e o Coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros” (1903 a 1916), na medida em que utiliza um *Corpus documental* inusitado, se justifica por razões de várias ordens:

- trata de uma conjuntura da história do Rio Grande do Sul de extrema importância, pois é o momento de criação de uma forma de poder político – o coronelismo – de historiografia lacunosa;
- visa o desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa pela proposta de abordagem a partir de fontes não muito exploradas – as correspondências reservadas trocadas entre coronéis gaúchos, de diferentes categorias: o Presidente do Estado e um Intendente, que veio a ser, posteriormente, o Vice Presidente do Estado;
- discute uma conjuntura - 1908 a 1912 – fundamental para o entendimento de aspectos políticos da história do Rio Grande do Sul, pouco conhecidos; há poucas informações na historiografia gaúcha sobre o coronel Manoel de Freitas Valle Filho, que foi Vice-Presidente

---

<sup>1</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: Escrita de si. Escrita de si. Escrita da História. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

<sup>2</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

<sup>3</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

do Estado do Rio Grande do Sul junto ao Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, no período que vai de 1908 a 1912. Essa fase foi um momento de descontinuidade no longo período em que Borges de Medeiros exerceu um poder autoritário neste Estado (1898 – 1928); visa colaborar à produção de novos conhecimentos sobre essa conjuntura da história regional, a qual sugere uma reação contra a dominação borgista e o Partido Republicano Rio-Grandense, e com isso, busca contribuir para o conjunto de produções históricas deste Programa de Pós-Graduação que, através das pesquisas de seus professores, privilegia os aspectos políticos, ideológico, dando visibilidade às relações entre o meio urbano e o interior do Rio Grande do Sul, promovidas pelo PRR, partido hegemônico no Estado no período em estudo.

Algumas questões norteadoras foram lançadas:

- 1) Tendo em vista as relações pessoais de Manoel de Freitas Valle Filho com o partido de oposição ao PRR, questiona-se até que ponto a presença do mesmo, como Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pode ter sido tramada para “acalmar os ânimos” da oposição?
- 2) Ao escrever sobre a imprensa e a “Gazeta” em Alegrete, Fredolino Prunes, relata sobre as ligações de sua família com a família de Freitas Valle e diz: “Meu pai servia de secretário do coronel Freitas e trabalhava para que ele aderisse ao Partido Republicano Castilhistas (Partido Republicano Rio-Grandense); foi fácil a transição, porquanto o amigo apenas acompanhava a oposição por antigas ligações familiares”.<sup>4</sup> Portanto, Manoel de Freitas Valle Filho foi membro da dissidência republicana em 1891<sup>5</sup>, quando recebeu a indicação de “Coronel” e possuía laços familiares e pessoais com a oposição ao PRR?

Ao analisar as cartas do Coronel Manoel de Freitas Valle Filho, deparou-se com os seguintes trechos, em que Freitas Valle responde a uma das perguntas-problemas da pesquisa. Em suas cartas, nota-se que Freitas Valle não deixa claro se era ou não um dissidente, como afirma Fredolino Prunes, seu fiel amigo. Mas, levando em consideração que João Benício, que foi Intendente, republicano, e que vivia, de alguma maneira, desconforme com Freitas Valle, acredita-se que o que afirma Fredolino Prunes seja verdade.

Na carta do dia 30 de março de 1905, ao fazer algumas avaliações a respeito de sua administração e de sua conduta, Manoel de Freitas Valle Filho afirma que João Benício fez

---

<sup>4</sup> PRUNES, José Fredolino. *Notas para a história da imprensa na fronteira do Rio Grande do Sul*. In: Marçal, João Batista. “Gazeta de Alegrete”, os Prunes e seus jornais. Inédito; Acervo Particular de João Batista Marçal. P.58.

<sup>5</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. *O Município de Alegrete*. Alegrete; O Coqueiro. 1908. p. 74.

acusações a seu respeito. Nas palavras de Benício, Freitas Valle teria indicado maragatos para oficiais da Guarda Nacional, também o acusou de “... tratar com excessiva benevolência aos adversários<sup>6</sup>”. Em resposta, Freitas Valle explica que “... foi devido a essa benevolência, que ele taxa de excessiva, que eu pude atrair, em quatro anos, para o nosso partido, cerca de 250 adversários, alguns dos quais com real prestígio<sup>7</sup>”. Através desta afirmação, nota-se que a conduta de Freitas Valle era conseguir mais companheiros políticos, mesmo que fossem da oposição.

Em outra carta enviada a Borges de Medeiros, em junho de 1906, Manoel de Freitas Valle Filho relata a situação da política local, como fazia quase sempre em suas correspondências. Esta carta apresenta questionamentos e respostas feitos pelo Coronel Freitas Valle em relação ao desenvolvimento do município durante a sua administração. As perguntas feitas por ele e que gostaria que fosse respondida pelos seus desafetos políticos foram as seguintes:

(...) por que Alegrete, que antes precisava de uma força para garantir a ordem e hoje se governa com poucas praças, sem que aumente, e até diminui a estatística criminal? Por que, havendo plena liberdade de voto, venceu-se aqui o pleito eleitoral, com grande maioria, quando o mesmo não sucedeu em outros municípios, com igual número de adversários? As finanças por que tem duplicado, sem tributos novos<sup>8</sup>?

Seguindo estas perguntas, Freitas Valle finaliza com uma última equivalente a uma resposta a todas outras feitas, que é a seguinte “Ou será a tolerância para com os adversários, dentro das leis da República, uma culpa de que pretendem acusar-me?...<sup>9</sup>”. A palavra “tolerância” é uma das palavras usadas por Freitas Valle para explicar a sua relação com a oposição e até mesmo dissidentes políticos. Concluindo a sua carta, afirma que:

Se assim é, posso afirmar que conciliando e harmonizando, tenho conseguido chamar ao seio do partido, adversários que pareciam intransigentes, e mantido a ordem e promovido o progresso do município na alçada de meus recursos<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00010, 30/03/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00031, 09/06/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00031, 09/06/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Percebe-se que o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho escreveu estas cartas, uma em 1905 e a outra, em 1906. Borges de Medeiros o indicou para o cargo de Vice-Governador do Estado, em 1908. Borges deve ter visto que Freitas Valle Filho poderia ser um forte representante político para o PRR daquela região, por isso o indicou para o cargo. Freitas Valle fez questão de deixar o Borges de Medeiros a par de tudo que estava acontecendo, através das correspondências.

Em 1913, logo após a sua administração como Vice-Governador do estado do Rio Grande do Sul, Manoel de Freitas Valle Filho deixa novamente claro o que Borges de Medeiros já tinha conhecimento ao afirmar que:

(...) os nossos adversários aqui eram muitíssimos, mas hoje com grande trabalho formamos um partido forte, porém precisa notar de que grande número dos nossos saíram dos federalistas<sup>11</sup>.

O Coronel Manoel de Freitas Valle Filho mostra-se, mais uma vez, um homem político que segue os ideais do PRR, do Positivismo, e que tenta de alguma forma manter uma relação com todos, com intuito de apaziguar e convencer pessoal para o seu partido, inclusive “... alguns dos quais com real prestígio...<sup>12</sup>”, afirmado por ele.

Em relação ao Marco teórico e aos procedimentos metodológicos são utilizados, a princípio, os seguintes teóricos: Michel de Certeau para explicar a operação historiográfica que começa com a localização, identificação, classificação e análise dos documentos; Agnes Heller para explicar a consciência histórica e o cotidiano; Ângela de Castro Gomes para analisar a história de si, a escrita de si; para fazer a análise de conteúdo são utilizados os autores: Ciro Flamarion Cardoso e Núncia Santoro de Constantino; para a análise de discurso são usadas as metodologias das autoras: Eni P. Orlandi e Céli Regina Jardim Pinto.

Michel de Certeau acredita que existem dois tipos de história, uma que examina a capacidade de tornar pensáveis os documentos de que o historiador faz o inventário, obedece à necessidade de elaborar modelos que permitam constituir e compreender séries de documentos. A outra privilegia a relação do historiador com um vivido, com a possibilidade de fazer reviver ou de ressuscitar um passado, restaura um esquecimento e encontra os homens através dos traços que eles deixaram. Não se pode trabalhar com uma postura e excluir a outra, as duas se complementam:

---

<sup>11</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00059, 12/04/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>12</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00010, 30/03/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas.<sup>13</sup>

Michel de Certeau diz que em história, “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira.” Em outras palavras, a operação historiográfica começa com a localização, identificação, classificação e análise dos documentos. Na verdade, a construção do objeto de pesquisa, passa por uma tensão permanente entre as informações contidas nas fontes, a capacidade informativa dos documentos, e a possível explicação auxiliada por modelos teóricos.<sup>14</sup>

Agnes Heller<sup>15</sup> diz em seu livro “Uma teoria da história”, que “a questão fundamental da historicidade é a pergunta de Gauguin: De onde viemos, o que somos e para onde vamos<sup>16</sup>”. Quando fazemos estas perguntas, que são chamadas de Consciência histórica, e que as respostas variam de acordo com as diferentes substâncias e estruturas, falamos então, dos estágios da consciência histórica.

De acordo com Agnes Heller, a Consciência histórica é dividida em estágios. Em relação ao primeiro, trata-se do estágio no nível da generalidade não refletida que a consciência histórica exprime no mito da gênese. Segundo a autora, “Não refletida significa que “homem” é idêntico ao clã ou à tribo do mito<sup>17</sup>”. Quem fala como devemos agir, fazer, evitar, temer, esperar, entre outras coisas, é o mito existente como verdadeiro em uma sociedade. Na generalidade de consciência não refletida, os seres humanos devem cumprir as prescrições de hábitos tradicionais, o indivíduo não pode interpretar as fontes. Tudo é legitimado pelo mito.

No segundo estágio, pertencente ao nível de estágio da consciência da generalidade refletida em particularidade, a consciência da história, o mito é deixado de lado, pois a consciência de história é agora, a consciência da mudança. A consciência histórica surge através da escrita. Ao contrário do primeiro nível, o segundo, faz com que o mito não legitime todas as constituições historiográficas, permite a interpretação individualizada, a forma como devemos agir, fazer, esperar, entre outras formas, tornam-se matéria da reflexão.

---

<sup>13</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Forense Universitária, 2000. p. 46.

<sup>14</sup> CERTEAU, Michel de. “*A operação historiográfica*”. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p.81.

<sup>15</sup> HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Agnes Heller/Tradução Dílson Bento de Faria Ferreira Lima, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1993.

<sup>16</sup> Idem, p. 15.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 17.

Sabe-se que é na vida cotidiana que o homem se mostra por inteiro, ou seja, deixa transparecer as características e aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Segundo Agnes Heller “O homem nasce já inserido em sua cotidianidade<sup>18</sup>”. O cotidiano é a vida de todos os dias, dos gestos, dos ritmos repetidos diariamente, o homem convive no singular e no genérico. A vida cotidiana possui partes orgânicas como a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, entre outras partes. De acordo com a autora “A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do amanhecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social<sup>19</sup>”. A façanha histórica concreta torna-se particular por causa de seu efeito na cotidianidade.

Agnes Heller fala que “A vida cotidiana é a vida do indivíduo<sup>20</sup>”. De acordo com esta afirmação, a particularidade expressada pelo homem não é apenas seu ser “isolado”, mas também seu ser “individual”. Suas necessidades humanas tornam-se conscientes de acordo com a necessidade do “eu”. Quando o homem toma uma consciência de unidade de particularidade e genericidade, deixa de ser o indivíduo que vive no singular e no genérico. Um exemplo disso, é quando o indivíduo joga toda a sua força em um projeto, em um ideal. Segundo Agnes Heller<sup>21</sup>: tal processo de homogeneização só ocorre quando o indivíduo concentra toda a sua energia e a utiliza em uma atividade humano-genérica que escolhe consciente e autonomamente.

“Uma escrita de si” abarca diários, biografias, correspondências, por exemplo, podem ser memórias ou entrevistas de vida. A proposta do projeto é também, a de analisar a “escrita de si” através das correspondências de Manoel de Freitas Valle Filho, político influente do período (1903-1916). Ângela de Castro Gomes<sup>22</sup> afirma que: “Comercialmente, políticos têm atrativo equiparável, especialmente quando alcançam lugar de mito na história de seu país”.

A autora diz que “A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental<sup>23</sup>”. Esta questão designa a idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. Para fazer a análise, precisa-se num primeiro aspecto, observar a valorização do conjunto de fontes no âmbito privado, recolhê-las, organizá-las e socializá-las

---

<sup>18</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 33.

<sup>19</sup> Idem, p. 34.

<sup>20</sup> Ibidem, p.34.

<sup>21</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

<sup>22</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: Escrita de si. Escrita de si. Escrita da História. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 8.

<sup>23</sup> Idem, p. 10.



para a pesquisa histórica; num segundo aspecto, analisar as relações do texto com seu autor; e o terceiro aspecto, analisar a existência de um distanciamento entre o sujeito que escreve e o sujeito da narrativa, ou seja, o personagem do texto.

A escrita de cartas é produzida para um destinatário, e este, será específico com quem se estabelece relações. Há uma troca de quem escreve e quem lê. No sentido de que a “escrita de si” é uma forma de produção de memória, o destinatário é quem passa a ser o proprietário. Portanto, a preocupação e o interesse em arquivar o documento é de quem recebe a correspondência, o destinatário.

Entrando no campo da análise de discurso cita-se Eni Orlandi e Céli Regina Jardim<sup>24</sup>. Segundo Eni, “A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social<sup>25</sup>”. Esta mediação tornará possível a permanência, a continuidade, o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. Os estudos discursivos não trabalham com a língua em si, mas com a língua no mundo, dimensionada no tempo e no espaço das práticas do homem. Segundo a referida autora:

A Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Lingüística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua<sup>26</sup>.

Segundo Eni Orlandi, “Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas, sobretudo como acontecimento<sup>27</sup>”. Para a análise de discurso, a autora aborda três modos de comportamento que são: a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundava em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Céli Regina Jardim Pinto realizou um estudo a respeito da análise de discurso dividindo-os em três práticas discursivas que foram descritas em: o discurso do senso comum, o discurso científico e o discurso político. Em relação ao discurso do senso comum, este

---

<sup>24</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: HUCITEC, 1989, p. 17.

<sup>25</sup> ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3 Ed. São Paulo, 2001, p. 15.

<sup>26</sup> Idem, p. 16.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 19.

possui a enorme capacidade de dar sentido à vida cotidiana e uma enorme potencialidade de ser articulado a diferentes visões de mundo. Ao realizar este estudo, a autora afirma que:

O discurso do senso comum é fragmentado, generalizado, público e tem poder apenas pelos enunciados que ganham espaço no tempo, sem constituir nenhuma estratégia discursiva de interpretação<sup>28</sup>.

O discurso científico é o discurso não generalizado, é altamente articulado através de paradigmas, tem locais específicos de enunciação. Segundo Céli Regina “O discurso científico constrói o cientista, mas ao mesmo tempo constrói o objeto como o centro de seu interesse<sup>29</sup>”. Enquanto que o discurso político é o discurso do sujeito em todos os seus sentidos. Este discurso vive de sua capacidade de interpelar, pois sua eficácia depende de sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo. Segundo a autora:

O discurso político é, portanto, um dos discursos mais complexos da sociedade, sua prática envolve não apenas a construção de uma visão de mundo a partir da luta com outras visões, como a necessidade sempre urgente de construir novos sujeitos que os suportem<sup>30</sup>.

Em relação à análise de conteúdo e discurso histórico, cita-se Núncia Santoro de Constantino<sup>31</sup>. A autora analisa as possibilidades da Análise de Conteúdo na pesquisa histórica, junto às condições de produção do texto, que vem a ser Análise de Discurso. A referida autora trabalha com estes dois assuntos e os difere.

Segundo a autora “A Análise de Discurso destaca matérias semânticas, valorizando as condições de enunciação e dando maior atenção ao conteúdo latente<sup>32</sup>”. Com a Análise de discurso sabe-se como foi produzido um texto, por meio de suas condições de produção. Para isso, são necessários conhecimentos teóricos específicos. Segundo Núncia de Constantino: “Há poucos historiadores habilitados ao emprego da análise de Discurso<sup>33</sup>”.

Em relação à Análise de Conteúdo, a autora fala que “Toda AC inicia por um conjunto de documentos – o corpus da análise, resultado de rigorosa seleção<sup>34</sup>”. Depois de feita a seleção, de organizar o *corpus*, inicia-se a análise que tem como primeiro passo, a

---

<sup>28</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: HUCITEC, 1989, p. 56.

<sup>29</sup> Idem, p. 47.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>31</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXVIII, nº. 1, p. 1-200, junho 2002.

<sup>32</sup> Idem, p. 184.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 191.

desconstrução dos textos. Um seguinte passo é o da categorização, que é um conjunto de análises fundamentadas num referencial teórico. E sobre este assunto, Análise de Conteúdo, a autora conclui dizendo que:

Análise de conteúdo é metodologia que pode ser utilizada através de várias técnicas, ou da livre combinação dessas, em perspectiva interdisciplinar. (...) Propõe sistematicamente a realização de operações analítico-sintéticas, através de procedimentos que auxiliam no desenvolvimento das capacidades de intuir e de inferir<sup>35</sup>.

Ciro Flamarion Cardoso<sup>36</sup> é outro autor que trabalha com a análise de conteúdo destacando o método básico. Segundo o autor, as técnicas de análise de conteúdo, em todas as suas variantes, não passam de instrumentos aplicáveis à pesquisa empírica de tipo documental. A primeira etapa da análise de conteúdo é a “análise prévia da documentação disponível e estabelecimento de um *corpus* documental” ao qual será aplicado o método. Ciro Flamarion fala que para a escolha de um *corpus* documental, a qual se irá aplicar a forma de análise de conteúdo, passa por três critérios principais: primeiro, o *corpus* em questão deve ser completo no sentido exigido pela natureza do tema e das hipóteses; segundo, deve ser uma documentação que justifique ser pertinente o uso da análise de conteúdo; terceiro e último, deve ser homogênea segundo princípios que se definam.

Segundo o autor, a segunda etapa da análise de conteúdo é a “categorização”, que de acordo com o seu método, a operação central é o estabelecimento de uma grade de categorias. Estas categorias são temáticas selecionadas para a análise, são estabelecidas pelo pesquisador e devem responder a quatro critérios principais. A primeira, a *pertinência* que é dada pela medida em que as categorias escolhidas tiverem a capacidade de refletir os conteúdos do *corpus* e, de expressar a problemática do processo de pesquisa em função do qual se aplique a análise de conteúdo; a segunda, a *exaustividade* que permite interrogar a totalidade do *corpus*; a terceira, *exclusividade* que significa que elementos idênticos de conteúdo não devem aparecer mais de uma categoria: a relação categoria/conteúdo deve ser discreta ou excludente; e a última categoria, a objetividade que se espera que o autor estabeleça e defenda sua objetividade mediante um espírito crítico sempre ativo manifestado diante de seu próprio trabalho, através da clareza e a justificativa das categorias que estabeleceu.

A terceira etapa da análise de conteúdo corresponde a “codificação e cômputo das unidades”. Flamarion Cardoso fala que esta etapa possibilita a aplicação das categorias ao

---

<sup>35</sup> Ibidem, p.194.

<sup>36</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997, capítulos 2 e 4.

*corpus*, e para isso, é necessário delimitar as unidades que determinarão os recortes a fazer no mesmo. As unidades correspondem à *unidade de registro* que é o segmento de conteúdo, decisão tomada pelo pesquisador, como menor unidade de sua grade de leitura e análise; à *unidade de numeração* que é a maneira em que o pesquisador contará, se sua análise for de tipo quantitativo; à unidade de contexto que é a unidade que permite optar por uma determinada categoria onde classificar uma dada unidade de registro, em caso de dúvida.

E por último, a quarta etapa da análise de conteúdo que corresponde a “interpretação dos resultados”. Segundo Ciro Flamarion, é nesta etapa que ficarão patentes a fecundidade das escolhas de método operadas e a pertinência das hipóteses de trabalho. É nesta etapa que será feita a interpretação, a leitura original e objetiva do *corpus*, apoiada nas referidas etapas.

O “corpus documental” vai ser construído a partir das correspondências de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros, no período que vai de 1903 a 1916. Espera-se encontrar nesta prática epistolar, a respeito de Manoel de Freitas Valle Filho, a consciência histórica, a identificação da “escrita de si”, as relações políticas e pessoais entre Borges de Medeiros e o referido coronel, Manoel de Freitas Valle Filho.

Através do potencial informativo das fontes, pode-se fazer o seguinte: quantificar o número de correspondências, identificando-as em relação à escrita de si, à consciência histórica, às relações cotidianas, às possíveis “ajudas” políticas; comparar o conteúdo histórico com o período; destacar as características entre Borges de Medeiros e Manoel de Freitas Valle Filho, entre outras análises que se possa fazer.

Pretende-se trabalhar com o conceito de *habitus* que é uma noção filosófica antiga, que se originou no pensamento de Aristóteles, como o termo *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude. Depois, o termo foi traduzido para o latim como *habitus*, sendo adaptado em 1960, pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Segundo Pierre Bourdieu<sup>37</sup>, o *habitus* consiste em uma matriz geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade que se incorporam aos indivíduos (ao mesmo tempo em que se desenvolvem neles), seja nos níveis das práticas, seja no da postura corporal (*hexis*) desses mesmos sujeitos. Desse modo, o *habitus* é entendido e gerado na sociedade e incorporado pelos indivíduos. De acordo com Bourdieu “... o conceito de *habitus* tem por função primordial lembrar com ênfase que nossas ações

---

<sup>37</sup> BOURDIEU, Piere. *A Gênese dos conceitos de habitus e campo*. In: BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 59-74.

possuem freqüentemente, por princípio, mais o senso prático do que o cálculo racional”<sup>38</sup>.

Segundo Bourdieu:

As estruturas constitutivas (...) que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, (...) <sup>39</sup>.

Trabalha-se com o *habitus* no sistema coronelista, através da prática clientelista nas correspondências enviadas do coronel Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros, no período de 1903 a 1916. O coronelismo foi um sistema político que possuiu características e práticas em que no campo político e social foram representadas. Falando em representação, também aborda-se os conceitos e teorias a respeito de campo e capital de Pierre Bourdieu.

De acordo com Pierre Bourdieu, o campo político é entendido como o campo de forças, como campo das lutas. O campo político seria como denomina Silvia Petersen, o cenário onde “o homem se mostra por inteiro”, no conceito de cotidiano dado por Agnes Heller. Segundo Agnes Heller “O homem nasce já inserido em sua cotidianidade<sup>40</sup>”. O cotidiano é a vida de todos os dias, dos gestos, dos ritmos repetidos diariamente, o homem convive no singular e no genérico. De acordo com Pierre Bourdieu:

(...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...) <sup>41</sup>.

O capital político, no conceito de Bourdieu, “é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento”. Este poder simbólico é um poder dado por aquele que é sujeito e que tem poderes sobre aquele que o exerce, é um crédito, uma “*fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança<sup>42</sup>”. Sem receber esta crença, esta confiança, o profissional político não consegue viver e constituir a sua rede de sociabilidade dentro do campo político.

---

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 2003, P. 78.

<sup>39</sup> BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

<sup>40</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 33.

<sup>41</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 164.

<sup>42</sup> Idem, p. 188.

Pierre Bourdieu, de acordo com o conceito de capital político, o divide em dois tipos de capitais. Um, o capital pessoal que corresponde à popularidade, o conhecimento e ao reconhecimento na sua pessoa da sua boa reputação baseada em qualificações específicas possuindo um capital cultural. Conforme Bourdieu: “... este capital pessoal de notável é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda a vida...”<sup>43</sup>. O outro, o capital delegado que é constituído através da autoridade específica, ou seja, é o que o capital simbólico que o partido acumulou no decurso da história de reconhecimento e de fidelidade pela luta política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes, enfim, uma história construída no coletivo. A pesquisa tem como objetivo geral, investigar as relações entre o “chefe político estadual” – Presidente do PRR e Governador do Estado – Borges de Medeiros e o “chefe político local” – Intendente de Alegrete e Vice-Governador do Estado – Manoel de Freitas Valle Filho, no período de 1903 a 1916, que são protagonistas do coronelismo gaúcho.

A pesquisa será desenvolvida conforme o esquema que segue:

No primeiro capítulo, intitulado “Coronelismo e as relações políticas na República Velha”. Está subdividido em três sub-capítulos. O primeiro intitula-se “República Velha e o PRR”, trabalha-se o contexto histórico a partir da transição do Império para República Velha, abordando também os partidos predominantes durante este período, dando ênfase a história e a repercussão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

No segundo sub-capítulo, “O Coronelismo”, trabalha-se os conceitos clássicos de Coronelismo e suas características desde o período Imperial ao Republicano. Ressaltam-se os tipos de coronéis e suas respectivas características do referido período.

No terceiro e último, “O Clientelismo”, aborda-se as relações políticas municipais entre chefes políticos locais, coronéis ou não, e chefes políticos estaduais. Enfatiza-se as diferentes relações como patronato, mandonismo, filhotismo, clientelismo e suas características e importâncias.

O segundo capítulo, “Alegrete durante a República Velha”, faz-se uma abordagem histórica dos acontecimentos, um levantamento dos Intendentes municipais, coronéis e doutores. Está dividido da seguinte maneira: primeiro sub-capítulo intitula-se “A República Velha em Alegrete”; segundo, “Os Intendentes e a vida política em Alegrete” (partidos, candidatos, mandatos, etc.); terceiro e último sub-capítulo, “Manoel de Freitas Valle Filho” (homem político, comerciante, dissidente, as relações com o chefe político estadual, etc.).

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 190-191.

O terceiro capítulo, “Da correspondência” analisa-se as 58 cartas de Manoel de Freitas a Borges de Medeiros, no período de 1903 a 1916. Através da análise de texto, de conteúdo, principalmente, das relações políticas entre um chefe político municipal, um coronel, e um chefe estadual. Apresenta-se subdividido em três sub-capítulos. Primeiro sub-capítulo, “Manoel de Freitas Valle Filho e a escrita de si”; o segundo, “As relações clientelistas entre os chefes políticos, municipal e estadual”; e o último intitula-se “A vida política em Alegrete”.

# 1. CORONELISMO E AS RELAÇÕES POLÍTICAS NA REPÚBLICA VELHA

*Afetuosas saudações. Apresento-vos o portador, nosso correligionário João Baptista do Prado, pelo qual me interessa, recomendando-o à vossa valiosa proteção. É um companheiro dedicado, que necessita de uma colocação consentânea com a sua condição social e merece que se lha proporcione, atendendo-se às circunstâncias em que se encontra. Será para mim motivo de muita gratidão a vossa boa vontade em relação a este pedido. (...) <sup>44</sup>*

## 1.1 A República Velha e o PRR

De acordo com Pierre Bourdieu<sup>45</sup>, os produtos políticos, os problemas, análises, conceitos, programas, acontecimentos, entre outras coisas, são gerados no campo político através da concorrência gerada entre os agentes em que se acham envolvidos. O que faz com que haja a procura e o interesse pela vida política, “é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada”, ou seja, são estes agentes que compõem o campo político.

Denomina-se por República Velha, o período que vai de 1889 a 1930. No Rio Grande do Sul, durante este período, destacaram-se grandes chefes políticos como Júlio de Castilhos e

---

<sup>44</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00070, 18/09/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>45</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 164.



Borges de Medeiros que foram os que, por mais tempo, se mantiveram na presidência do Estado. O partido predominante durante a República Velha, no Rio Grande do Sul, foi o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que se preocupava em combater a manutenção e a reprodução da oposição. No Rio Grande do Sul, o PRR foi hegemônico, num regime republicano, autoritário e centralizado.

De acordo com Hélio Silva<sup>46</sup>, a República tinha de acontecer, pois, segundo ele, a Monarquia era um regime artificial e o único no Continente Americano, com olhos voltados para a Europa e costas para a América. O regime, os políticos, os partidos não acompanhavam as mudanças, o crescimento no próprio país, Brasil. De acordo com suas pesquisas, esta foi uma primeira razão para que se proclamasse a República no dia 15 de novembro de 1889 e, no mesmo dia da revolução, apareceu formado um primeiro Governo Provisório. Seu primeiro decreto foi a da forma de governo baseada na República Federativa. Conforme Hélio Silva,

Divulgada a notícia, por todo o Brasil, da mudança do regime, os presidentes das Províncias, sem esboçar qualquer reação, entregaram seus governos aos republicanos que apareceram, ou aos comandantes das guarnições locais<sup>47</sup>.

Durante o Império, já se destacava os interesses dos grandes proprietários de terra através da exploração de produtos agrícolas, da mão-de-obra escrava, entre outras formas de interesses representados pelo Estado monárquico. A cultura do café com mão-de-obra assalariada é implantada em São Paulo, fazendo com que a produtividade crescesse e se tornasse um pólo da economia brasileira. Este setor foi fortalecido e passou a lutar por sua hegemonia no bloco, “... buscando para isso o apoio de outras classes e frações que não participavam do poder...”<sup>48</sup>. Com o apoio de militares, funcionários, profissionais liberais, burguesia industrial, o bloco lutava para a mudança ou a transformação do regime, mas, de acordo com Hélio Silva “Não havia unanimidade sequer em relação à derrubada do regime monárquico, nem em relação aos compromissos internos e externos<sup>49</sup>”. Os filhos de fazendeiros, que cursavam faculdades de Direito de São Paulo ou de Recife, eram militantes em sua maioria, que propunham uma modernização do regime. Acabaram por empolgarem-se pela pregação das novas idéias democráticas, segundo Hélio Silva:

---

<sup>46</sup> SILVA, Hélio. *Nasce a República: 1888-1894*. 3ª Ed, São Paulo: Editora Três: Editora Brasil 21, 2004, 75.

<sup>47</sup> Idem, 75.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 15.

Uniram-se no momento da proclamação e nos primeiros meses do primeiro Gabinete republicano. Logo, após, iniciam os cafeicultores paulistas e a nascente burguesia industrial a luta pela hegemonia do bloco no poder<sup>50</sup>.

Conforme Hélio Silva, os militares e os republicanos civis anunciaram a transformação do regime e houve a mudança na forma do regime. A superestrutura político-jurídica foi transformada; o estatuto e novas leis passaram a vigorar. Referindo-se à primeira discussão ao problema da organização do regime, republicanos positivistas estavam de plena concórdia a respeito da democracia baseada nas idéias de August Comte<sup>51</sup>. Os positivistas caminham junto à causa abolicionista.

As idéias positivistas, de August Comte, começaram a ser difundidas através de uma conferência realizada por Benjamim Constant, professor e oficial do Exército. A doutrina positivista serviu de apoio aos republicanos. Para August Comte, a República era a negação do direito divino e para os republicanos, “... a idéia de um governo forte com o qual passaram a sonhar, veio a tornar-se a grande atração que o positivismo exercia sobre eles<sup>52</sup>”.

Durante o Segundo Império, dois foram os grandes partidos políticos que estiveram, alternativamente, no poder, o Partido Conservador e o Liberal. Quando foi Proclamada a República, achava-se no poder o Partido Liberal, que tinha por chefe político, Gaspar Silveira Martins, senador do Império. Segundo Joseph L. Love<sup>53</sup> “Nos anos finais do Império, contudo, os liberais constituíam claramente o partido majoritário no Rio Grande do Sul”. Ferreira Filho<sup>54</sup> fala que: “Nas últimas eleições realizadas na Província, em dezembro do ano anterior, esse partido elegera 23 deputados, enquanto que o Partido Conservador, apenas 12 e o Republicano nenhum”. Com a implantação da República e a revolução republicana, o Partido Liberal sofreu um golpe do “novo poder” instalado no Rio Grande do Sul, passando assim, a predominar um partido já existente, mas não tão conhecido, o republicano.

Sabe-se que em 1870, já se formava um Partido Republicano no Rio de Janeiro. Joseph Love afirma que: “Um Clube Republicano foi fundado em Porto Alegre já em 1878<sup>55</sup>”. Só em 1882, é que os republicanos efetivaram a convenção e organizaram formalmente o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) através de um grupo de jovens estudantes de

---

<sup>50</sup> Idem, p. 15.

<sup>51</sup> August Comte ideólogo da corrente filosófica denominada Positivismo.

<sup>52</sup> I SILVA, Hélio. *Nasce a República: 1888-1894*. 3ª Ed, São Paulo: Editora Três: Editora Brasil 21, 2004, p. 45.

<sup>53</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 27.

<sup>54</sup> FILHO, Arthur Ferreira. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1978, P. 147.

<sup>55</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 29.

Direito em São Paulo. Entre eles: Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Venâncio Aires, Salvador Pinheiro Machado, entre outros. Segundo Emílio Fernandes<sup>56</sup>

O Partido Republicano somente se arregimentou depois do lançamento do célebre manifesto de 3 de dezembro de 1870. A sua arregimentação sistemática no Rio Grande do Sul, porém, teve início em 1880, com a fundação do Clube Republicano de Porto Alegre.

Neste mesmo período, foram sendo fundados clubes republicanos na maioria dos municípios rio-grandenses como em São Gabriel, Jaguarão, Alegrete, entre outros. E a propaganda das idéias foi expandindo-se para o conhecimento de todos através da orientação do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. De acordo com Joseph Love “os fundadores do PRR solicitavam a todos os clubes republicanos locais que abraçassem os seus princípios<sup>57</sup>”. A República Rio-Grandense teve como seus primeiros presidentes Julio Prates de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros, que também foram os primeiros chefes do PRR.

O Partido Liberal tinha como suporte propagandista o jornal “A Reforma”, que surgiu em 1868, na cidade de Porto Alegre. Joseph Love fala que: “... nome que foi dado a muitos jornais em outras Províncias pelos liberais que se inclinavam para a esquerda<sup>58</sup>”. Este partido, na década final do Império, constituía o partido majoritário no Rio Grande do Sul. Já o Partido Republicano tinha como meio de divulgação de suas idéias o jornal “A Federação”. Joseph Love afirma que: “O projeto foi aprovado num congresso do PRR em 1883, e as primeiras cópias de A Federação saíram das impressoras a 1º de janeiro do ano seguinte<sup>59</sup>”. Entre os propagandistas do PRR estavam três médicos que exerceram importante papel no partido e no Estado, como é o caso de Ramiro Barcelos, Fernando Abott e Carlos Barbosa. Este último veio a ser presidente do estado do Rio Grande do Sul, no período de 1908 a 1912.

Os republicanos queriam entregar o governo a Júlio de Castilhos, mas este o recusou. Castilhos acabou indicando o marechal Visconde de Pelotas, herói da Guerra do Paraguai, portanto, tinha a aproximação com o exército e com o povo em geral. Um dos primeiros atos do governo provisório, foi nomear Júlio de Castilhos para secretário do governo e, a partir daí, Castilhos inicia sua política de dominação. Em 1891, Castilhos escreve a Constituição

---

<sup>56</sup> DOCCA, E. F. de Souza. *História do Rio Grande do Sul (general)*. Rio: Simões - Rio, 1954, p. 365.

<sup>57</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 29.

<sup>58</sup> Idem, p. 25.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 31.

enfocando a aplicação concreta da doutrina positivista. O historiador Moacyr Flores<sup>60</sup> fala o seguinte: “O Partido Republicano era o menor, mas estava crescendo com o apoio entusiasmado dos jovens por ser o único que apresentava uma teoria política: o positivismo”.

O positivismo foi uma doutrina do filósofo francês Auguste Comte, que começou a fazer parte do pensamento brasileiro na década de 1860. Esta doutrina preconizava um sistema de organização da sociedade estruturada a partir do conhecimento científico dos fatos e dos seres. Comte dava grande ênfase à ordem e ao progresso. Através da doutrina positivista é que Júlio de Castilhos se firmou e adotou esta forma de governo republicana e ditatorial<sup>61</sup>. Além disso, esta doutrina forneceu a Castilhos e aos positivistas uma visão mais paternalista, idéias de defesa das liberdades individuais e a condenação da escravidão, exigências à separação entre Igreja e o Estado, entre outras exigências. Joseph Love afirma que:

Comte acreditava que os fenômenos históricos e sociais podiam ser reduzidos a um conjunto de leis científicas, e foi ele que alcunhou o termo “sociologia”. Via a História em desenvolvimento, através de três grandes estágios epistemológicos: o teológico, o metafísico e o positivo<sup>62</sup>.

Segundo Pedro C. Dutra Fonseca<sup>63</sup>: “... embora presente em outros estados, foi no Rio Grande do Sul onde se apresentou de forma mais acabada, sendo oficialmente reconhecida como ideologia do PRR e do governo”. Será uma ideologia sustentadora da dominação de elites no poder, pois possuía uma forma concreta de uma ditadura, na qual o ditador governaria pela ordem e pelo progresso baseados na ciência. Moacyr Flores afirma que:

O positivismo republicano determinava que o cidadão deveria manter a ordem social, pois então o progresso viria como uma evolução natural da sociedade. Só o governo sabia o que era bom para o povo<sup>64</sup>.

O Partido Republicano Rio-Grandense baseou-se na filosofia social de Comte. Segundo o General Souza Docca, o programa do Partido Republicano do Rio Grande do Sul está enfeixado em quatro bases principais. Destacam-se duas destas:

---

<sup>60</sup> FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990, p. 97.

<sup>61</sup> BAKOS, Margaret M. *Júlio de Castilhos. Positivismo, abolição e república*. Porto Alegre, Ed. EDIPUC e Instituto Estadual do Livro, 2006.

<sup>62</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 38.

<sup>63</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 87 - 88.

<sup>64</sup> FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990, p. 97.

a) – Fraternidade universal, pelo reconhecimento das liberdades espirituais, políticas e civis, pela preponderância da vida político-industrial, pela abolição da guerra de conquista e extinção de todo o espírito militar, recorrendo-se ao arbitramento para resolver as discórdias internas ou internacionais.

(...)

c) – A garantia da ordem social, sob a égide da lei assegurando o livre evoluir moral, intelectual e econômico da Pátria, no sentido da emancipação completa do indivíduo e da sociedade<sup>65</sup>.

Um dos requisitos usados para aumentar o número de eleitores na República Velha foi o da alfabetização. Ao contrário do período Imperial de que só poderiam votar aqueles que eram “ricos”, na República quem era alfabetizado tinha o direito de votar. Segundo Joseph Love:

Entre as eleições parlamentares de agosto de 1889 e as eleições para a Assembléia Constituinte Estadual de março de 1891, o número de eleitores mais do que triplicou, passando de 14.000 para 46.000<sup>66</sup>.

Para garantir os votos e o apoio do povo em época de eleições, o chefe político republicano, além do requisito de alfabetização, tinha como base alguns elementos que serviam para manter este partido disciplinado e garantir esta disciplina. Segundo Joseph L. Love este chefe, no caso Castilhos, se dispunha de quatro elementos que seriam de um poder ditatorial:

O poder do Governador de cancelar eleições municipais ou de interferir na política local por outras vias e mediante decreto; o controle dos assuntos partidários em nível local, através de coronéis leais exclusivamente a ele; a capacidade dos coronéis de mobilização dos votos em distritos, empregando a violência e a fraude quando necessárias; e a eficiência da poderosa Brigada Militar estadual que podia ser empregada para fins políticos<sup>67</sup>.

Contudo, por mais que o Partido Republicano Rio-Grandense mantivesse todo este poder, não conseguia manter seu monopólio de poder, sem a violência e a fraude. O chefe político local, o coronel, era quem sabia e escolhia o tipo de fraude que iria exercer para garantir os votos em época de eleição. Joseph Love fala que:

---

<sup>65</sup> DOCCA, E. F. de Souza. *História do Rio Grande do Sul (general)*. Rio: Simões - Rio, 1954, p. 366.

<sup>66</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 48.

<sup>67</sup> Idem, p. 83.

As formas mais comuns eram o registro ilegal de estrangeiros, menores e residentes de outros municípios; o aumento ou a diminuição dos totais eleitorais na contagem oficial do município; alteração das listas eleitorais; a recusa em organizar votações; a recusa, através do juiz local, em registrar votos para a oposição; e o desvio de fundos municipais para campanhas políticas<sup>68</sup>.

As relações de poder no Rio Grande do Sul, durante o Império, eram baseadas na centralização, no monarquismo sem contestações, ou seja, a sociedade dominada pelo estado. De acordo com Nelson Werneck Sodré<sup>69</sup>, a transição do Brasil Imperial para o Republicano pode ser entendida como uma subordinação política das zonas do interior às forças políticas do litoral. No império, os “chefes políticos” locais do interior (coronéis) possuíam grande poder. Os municípios eram subordinados diretamente ao Governo Central. O projeto político republicano tinha, por finalidade, acabar com o coronelismo e contava para isso, acabar com o parlamentarismo municipal e criar as intendências ligadas aos executivos estaduais.

## 1.2 O Coronelismo

O palco político das oligarquias, durante a República Velha, converteu-se em cenário de fraudes e violências políticas ao sistema coronelista que fomentaram as já tradicionais práticas de paternalismo, mandonismo, filhotismo originárias do período colonial e imperial brasileiro. Em meio a esse episódio sociopolítico, revelam-se as múltiplas práticas coronelistas de fraudes eleitorais, violências e troca de favores que substanciariam o jogo interpartidário entre poderes de chefes políticos, municipal e estadual. Representados aqui pelo coronel Manoel de Freitas Valle Filho, chefe político local, e Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe político Estadual.

Dá-se início à discussão, citando Victor Nunes Leal<sup>70</sup> que parte da análise de que o coronel fazia parte de um sistema. Segundo o autor, o que mais lhe preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira

---

<sup>68</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>69</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

<sup>70</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.39.

República, a partir do município. Nunes Leal afirma que o Coronelismo “Não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal...<sup>71</sup>”.

No império, os “chefes políticos” locais do interior (coronéis), possuíam grande poder. Os municípios eram subordinados diretamente ao Governo Central. Com a República, os municípios passaram a acatar ordens do chefe político do estado, neste caso, Rio Grande do Sul. O elemento primário do tipo de liderança de um chefe político municipal, de acordo com Victor Nunes Leal, é o “coronel”. O autor afirma que o coronel é quem:

(...) comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras<sup>72</sup>.

De acordo com o conceito de Victor Nunes Leal “... o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras<sup>73</sup>”. Segundo Murilo de Carvalho<sup>74</sup>, “o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis”. Segundo Bourdieu:

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes<sup>75</sup>.

Segundo Agnes Heller, a atividade política possui uma consciência de integração, por isso, é que está sempre acunhada à integração determinada pela polis, estado, nação, classe, entre outras integrações. O “eu” aparece sempre relacionado com uma integração. Sabe-se que a política está sempre compreendida ao poder. De acordo com a autora, “A atividade política é, portanto, parte orgânica da vida cotidiana somente quando forma parte da simples

---

<sup>71</sup> Idem, p. 39.

<sup>72</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.42.

<sup>73</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p.24.

<sup>74</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. Vol. 43, n. 1. Rio de Janeiro: Dados, 2000, p. 231.

<sup>75</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 168.

reprodução do particular em seu determinado posto da divisão de trabalho<sup>76</sup>”. De acordo com Pierre Bourdieu:

(...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...)<sup>77</sup>.

Segundo Vitor Nunes Leal, não é possível compreender este sistema sem referenciá-lo à estrutura agrária, pois ela é a base de sustentação das manifestações de poder privado no interior do Brasil. Essas seriam as características principais e primárias do coronelismo. Com base nelas, segundo o autor, esses compromissos resultam as características secundárias do sistema “coronelista” que são o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais<sup>78</sup>. Conforme o autor, a essência do “coronelista”:

(...) parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar<sup>79</sup>.

Conforme Victor Nunes Leal, os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. Isto se afirma pelo fato de muitos terem feito curso superior tornando-se médicos, advogados, com capacidade e habilidade para ser um chefe local. Em Alegrete, por exemplo, durante os quarenta anos de República Velha, fez-se o levantamento e constatou-se que vinte anos foram governados por Intendentes “coronéis”, e os outros vinte, chefiados por Intendentes “doutores”.

Os municípios conservam grande quantidade de eleitores. De acordo com Nunes Leal, o foco dos chefes políticos advém do meio rural, onde os chefes do campo predominam com maior facilidade. Vitor Nunes Leal afirma que “... os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição”. É por isso, que o eleitor rural, o dependente, jamais contesta a orientação de quem tudo lhe paga.

---

<sup>76</sup> HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Trad. J. F. Yvars y E. Pérez Nadal. 4 Ed. Barcelona: Ediciones península, 1994, p. 173.

<sup>77</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 164.

<sup>78</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p.20.

<sup>79</sup> Idem, p. 50.



Para se ter sucesso no jogo político, o jogador tem que possuir uma competência específica. De acordo com Bourdieu “... o *habitus* do político supõe uma preparação especial”. Em primeiro lugar, o político tem que adquirir, através da aprendizagem, o corpus dos saberes específicos como as problemáticas, dados econômicos, conceitos, tradições históricas, ou seja, a bagagem histórica produzida pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado. Segundo Bourdieu, é através desta iniciação de provas e ritos de passagem que:

tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido<sup>80</sup>.

Isto significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a marcação, operada em função de uma definição freqüentemente implícita da competência desejada, (...) até à ação de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem com a sua própria cumplicidade, em particular quando, recém-eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo<sup>81</sup>.

Acredita-se que quase todo o chefe político, senão todos, antes de ser indicado a um cargo, pensa nas vantagens e desvantagens que ganharia quando exercesse um comando, desse uma ordem. Baseando-se nisso, Nunes Leal, confirma que “O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque<sup>82</sup>”. O coronel pensa na vida nova que vai levar, no poder que vai exercer sobre os aliados, pensa no chefe político local que vai representar perante o seu chefe político estadual, na atuação como cabo eleitoral, contando também, com o prestígio e respeito que vai obter de seus aliados. Mas, de acordo com Victor Nunes Leal, o chefe político local, quando eleito, é freqüentemente responsável pelo progresso de seu município. O chefe político faz-se

---

<sup>80</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 170.

<sup>81</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 170.

<sup>82</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p.21.

conservar na posição de liderança, através de seu desempenho e interesse para com as utilidades públicas de seu distrito ou município. Nunes fala que “É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar<sup>83</sup>”. De acordo com Pierre Bourdieu:

(...) todos os que têm o privilégio de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples prazer de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como valendo a pena ser jogado...<sup>84</sup>.

O coronel exerce um grande controle sobre aspectos político, econômico e social. Este controle parte do prestígio que o mesmo adquire e que obtém da própria “Rede de Sociabilidade”. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira<sup>85</sup>, o que tem base no apadrinhamento, na troca de favores, denomina-se “Rede de Sociabilidade”. Este nome figura um outro, que consiste nas práticas e relações familiares, chamado de clientelismo.

O chefe político municipal, neste caso o coronel, só exerce sua função, porque existem pessoas necessitadas que dependem da sua boa vontade, e que são elas quem o elege. O empregado quase analfabeto, muitas vezes sem acesso a meios de comunicação, informação, acabam recorrendo ao coronel, que vai fazer o máximo para trazê-lo para sua rede através da ajuda. De acordo com Nunes Leal, o empregado “... tem o patrão na conta de benfeitor<sup>86</sup>”. Com isso, o coronel traz para si um grande grupo de aliados políticos e que entre trocas de favores vão obedecendo-lhe sem contestações. Como diz o ditado popular “Uma mão lava a outra”, o coronel é consciente de que necessita de um suporte para sustentar a base política, e que esta é composta pelos subordinados. Já os subordinados, que tira a subsistência de suas terras, nem sempre estão conscientes de que são usados pelo coronel para fins políticos. Com os benefícios que ganha, o empregado acaba lutando com o coronel e pelo coronel.

Depois de um tempo no poder e de adquirir uma fortuna na e com a política, o chefe político local acaba, geralmente, dando um salto para quem sabe “... uma deputação estadual

---

<sup>83</sup> Idem, 58.

<sup>84</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 72 - 173.

<sup>85</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Correspondência familiar e rede de sociabilidade*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 246.

<sup>86</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.44.

ou federal<sup>87</sup>”. Segundo Victor Leal, o chefe político municipal depois de vários anos no poder local, torna-se um absenteísta. Ele acaba se afastando do município para outras funções, só voltará ao município para alguma reunião do partido, alguma tarefa importante, para visitar os familiares, entre outras coisas. Quando o chefe político municipal se afasta, ficam no comando os chamados chefes-tenentes, que são os chefes políticos de uma determinada região, no interior. De acordo com Victor Nunes Leal:

O êxodo nos negócios ou na profissão também pode contribuir para afastá-lo, embora conservando a chefia política do município: os lugares-tenentes, que ficam no interior, fazem-se então verdadeiros chefes locais, tributários do chefe maior que se ausentou<sup>88</sup>.

O assunto *coronelismo* ainda permanece pouco difundido na historiografia Rio-Grandense, durante a República Velha. O autor Gunter Axt<sup>89</sup> inicia seu artigo intitulado “Apontamentos sobre o sistema castilhistaborgista de relações de poder”, afirmando que muitos autores têm minimizado ou até mesmo negado, a participação do Estado no sistema coronelista de poder, durante este período. Um dos motivos defendido por esses autores seria a de que o coronelismo não chegou a se implementar no Rio Grande do Sul, porque o Estado tinha sido dominado por uma elite política de corte moderno, fortemente influenciada pela ideologia positivista. Outro argumento era o de que o sistema coronelista não se desenvolveria em áreas cuja atividade econômica estava baseada na pequena propriedade rural. Gunter Axt termina seu texto concluindo que:

contrariamente ao que sustenta a maior parte da historiografia corrente, o Rio Grande do Sul também integrou aquilo a que se chamou de *sistema coronelista de poder*<sup>90</sup>.

Outros autores, como Loiva Otero Félix<sup>91</sup> afirma que o “Rio Grande do Sul não só viveu a instituição coronelista da mesma forma que as demais regiões do Brasil na Primeira República...” Loiva define o coronelismo gaúcho como o produto da soma de semelhanças e diferenças, ou seja, situações que o aproximam dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e

---

<sup>87</sup> Idem, p.41.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>89</sup> *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano/org.* Gunter Axt...(et al.). – Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 115.

<sup>90</sup> Idem, p. 123.

<sup>91</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 10.

formação do estado sulino. Segundo a autora, duas variáveis se destacariam neste conjunto que são:

a tradição militar de fronteira ligada à atividade pecuária e o componente ideológico do positivismo castilhistaborgista, com tudo que cada uma destas traz em decorrência<sup>92</sup>.

Durante toda a República Velha, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul tenta a sua reprodução através de uma política de legitimação do sistema político-autoritário do Castilhistaborgismo. Para Júlio Quevedo<sup>93</sup>, “a base da reprodução é o aparato político-policia, é o “coronel” do partido e que aparece como elemento de ligação entre o poder local e o poder central...” Segundo o autor:

A lealdade é cultivada sobretudo no universo cultural do gaúcho, onde ser leal até a morte é regra, estar ao lado do poder local, ao lado do partido, assim a lealdade traz a dependência e a dominação<sup>94</sup>.

Sabe-se que o coronelismo remonta ao período colonial e imperial e que suas relações de poder local definem-se como de caráter coronelista em meados do séc. XVIII, estruturando-se da sociedade pastoril e latifundiária. Durante o Império, existiu um tipo de coronel e durante a transição republicana surgiu outro. Segundo Raymundo Faoro<sup>95</sup>:

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das teias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império.

No período imperial, estabeleceu-se a sociedade denominada como o ciclo pastorilmilitar. Esta sociedade exigia a emergência de líderes políticos militares que tivessem poderes regionais para definir limites e estabilizar a sócio-economia. Com isso, os donos de terras, os fazendeiros passaram aos poucos, a assumir importantes poderes de chefia civil, através de títulos fornecidos pela Guarda Nacional. Para Raymundo Faoro “O coronel, antes de ser líder

---

<sup>92</sup> Idem, p. 11.

<sup>93</sup> SANTOS, Julio R. Quevedo e SANTOS, José C. Tamanquevis. *Rio Grande do Sul: Aspectos da História*. 7ed. Porto Alegre: Martins livreiro, 2002, p. 91.

<sup>94</sup> Idem, p. 91.

<sup>95</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16ed. São Paulo: Globo, 2004, p. 621.

político, é um líder econômico... o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima<sup>96</sup>”.

A relação entre governador e o coronel é de obediência, autoridade por parte da milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos. O proprietário de terras dispunha de pessoal próprio para também garantir-se no poder. O Partido Liberal apoiava-se na participação dos coronéis, pois estes traziam votos ao partido em troca de ampla autonomia. Junto ao governador, estava a milícia estadual que era a força policial que ajudava a chamar a atenção dos coronéis. Segundo Faoro “Poderosa a milícia estadual, fracos os coronéis”. Ao contrário, “rala a força policial,... poderoso será o coronel<sup>97</sup>”. Raymundo Faoro fala que “No ponto extremo dessa supremacia estadual está, acima do coronel obediente, o coronel burocrata, particular ao Rio Grande do Sul<sup>98</sup>”.

As relações de poder, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, na transição do Império para a República, sofreu mudanças. O poder centralizado nas bases imperiais passou a centralizar-se em cada Estado, durante a República Velha, representado através de um chefe político, que neste caso foi Júlio de Castilhos e depois, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Então, o modelo de coronel também sofreu mudanças, passando do “coronel tradicional” para o “coronel burocrata”. O coronel burocrata fazia a política e complementava a administração pública municipal. Segundo Joseph Love “existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima; daí o nome “coronel burocrata<sup>99</sup>”. Agia dentro de um partido político único, mas não monolítico. De acordo com Raymundo Faoro:

As despesas eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta de seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações<sup>100</sup>.

Sabe-se que os chefes políticos municipais, por exemplo, o coronel burocrata, usa todo o tipo de artimanha para conseguir votos e a vitória do seu protegido, ou para fazer com que o seu chefe político estadual, que o indicou naquele município, se mantenha na liderança. Mas nem sempre é assim como se imagina, Nunes afirma que muitas vezes:

---

<sup>96</sup> Idem, p. 622.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 630.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 629.

<sup>99</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 84.

<sup>100</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16ed. São Paulo: Globo, 2004, p. 631.

(...) o coronel não tem sido poupado. Responsável, em grande parte, pelas vitórias eleitorais dos candidatos do oficialismo, é freqüentemente acusado de não ter ideal político<sup>101</sup>.

Esta acusação parte do pressuposto de que o coronel só olha para o município, e esquece que ele também, ou quase sempre, faz parte do mesmo partido e, que por isso mesmo, tem o dever com a pátria, o de ajudar a eleger candidatos às eleições estaduais e federais. O chefe político municipal, muitas vezes, não se dá conta de que esses políticos estaduais e federais, com exceções, começaram no município como ele. Também, porque precisam de todo apoio político, uma vez que a base parte do município.

Os coronéis do Rio Grande do Sul e das outras regiões brasileiras eram proprietários rurais, não necessariamente os maiores proprietários de terras de sua região. Os intendentes, coronéis ou não, não podiam tomar decisões importantes sem antes consultar o chefe político estadual. Segundo Joseph Love:

O que distinguia o coronel gaúcho era seu papel dentro da estrutura partidária. (...) o coronel obtinha usualmente sua posição no partido oficial, em função de seu poder econômico e prestígio social dentro de certa área<sup>102</sup>.

Para explicar o desenvolvimento do coronelismo gaúcho, Loiva Félix traçou etapas de acordo com as áreas geográficas de desenvolvimento histórico. A autora dividiu o estado em: litoral, campanha, zona colonial e planalto, incluindo Missões e o Platô Central. Este plano foi escolhido, segundo ela, porque nos fins do séc. XIX e início do séc. XX, podiam ser visualizadas com nitidez quatro áreas econômico-sócio-culturais, com características políticas próprias. Seguindo esta lógica, analisa-se a que corresponde à área da região da campanha, já que o trabalho proposto é sobre um Coronel pertencente a esta região. Segundo Loiva Otero Félix:

b) Zona da fronteira sul e da campanha: domínio do latifúndio, das grandes estâncias de criação de gado, ... É a região de povoamento mais antigo, associada á linha fronteira e ao desenvolvimento histórico que caracterizamos como ciclo pastoril-militar. É o reduto mais identificado, no

---

<sup>101</sup> LEAL, 1997, p. 58.

<sup>102</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 84.

Império, com o Partido Liberal e, mais tarde, na República, com o Partido Federalista<sup>103</sup>.

Trabalhando nesta área de poder local, Márcio Cordeiro Biavaschi<sup>104</sup> procurou destacar em seu artigo intitulado “Escândalos políticos, Borgismo e Coronelismo em Santa Maria”, as relações de poder entre Borges de Medeiros e os poderes locais coronelistas no Rio Grande do Sul. Segundo Márcio: “... no intuito de formatar os poderes locais coronelistas ao seu poder, o PRR utilizou-se de escândalos políticos em torno destas pessoas ou facções políticas<sup>105</sup>”.

Outra autora que trabalhou com o coronelismo nesta região é Lúcia Silva e Silva<sup>106</sup>. Esta, por sua vez, realizou um estudo sobre quatro coronéis da fronteira através da hipótese de que os coronéis desta região fronteiriça não eram mais ou menos violentos do que os demais. Então, o seu maior objetivo foi medir a violência e o predomínio do gosto militar sobre a política.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul apresenta-nos uma grade com o título de “Os Governantes do Rio Grande do Sul em 245 anos (1737-1982)”. Na página de número noventa, encontra-se uma grade com informações do período da República Velha que traz as seguintes informações como: nomes e títulos de cada presidente do Estado, funções, período em que governou.

Júlio de Castilhos, em 1898, indicou como seu sucessor Borges de Medeiros. Antonio Augusto Borges de Medeiros que se manteve no poder até 1926. O mesmo processo se deu quando, em 1908, Carlos Barbosa Gonçalves assumiu a presidência do estado junto ao vice-presidente, Manoel de Freitas Valle Filho, ambos nomeados pela indicação de Borges de Medeiros. Walter Spalding<sup>107</sup> afirma que “Em 1906, teve início nova campanha eleitoral para a presidência do Estado no quinquênio 1908-1913. Falava-se em mais uma reeleição do Dr. Borges de Medeiros”.

---

<sup>103</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 46.

<sup>104</sup> BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Escândalos políticos, borgismo e coronelismo em Santa Maria*. In. *Justiça e História*. Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. – V. 5, n. 9 (2005). Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Departamento de artes gráficas, p. 129.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 129-130.

<sup>106</sup> SILVA, Lúcia Silva e. *Coronéis da Fronteira: um olhar sobre a “getulização” do Brasil*. Tese de Doutorado em História do Brasil PUCRS, 1999.

<sup>107</sup> SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. V. 3. Porto Alegre: Sulina Editora, 1973, p. 158.

### 1.3 O Clientelismo

Em “Populações Meridionais do Brasil”, Oliveira Vianna<sup>108</sup> identificou no latifúndio vicentista as remotas origens patriarcais da organização social brasileira, estas evoluiria no decorrer dos séculos XVIII e XIX, até a consolidação do Estado Nacional no império e o fortalecimento político das oligarquias regionais na República Velha.

De acordo com Oliveira Vianna, a situação social de um latifúndio decorre de regalias que dele provém, como a força, o prestígio, a respeitabilidade. Se este não consegue um grande domínio agrícola, por exemplo, ficam à margem, nesse grupo indefinido que ele chama de plebe. “Premidos pelos preconceitos sociais e pela necessidade, esses desclassificados se mergulham nas zonas obscuras dessa sociedade ruralizada. Fazem-se clientes dos grandes latifundiários<sup>109</sup>”. Os profissionais que atuam no campo político, segundo Pierre Bourdieu:

(...) servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social<sup>110</sup>.

Edson Nunes<sup>111</sup> diz que a noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos de sociedades rurais, o que significa um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre *patrons* e camponeses. O cliente encontra-se em posição de subordinação, porque não possui terra. A desigualdade entre eles faz com que gere uma série de laços pessoais entre ambos, que vão desde o compadrio à proteção e lealdade política. De acordo com Vianna:

O camponês, por força mesmo do seu instinto de conservação, acerca-se do homem forte local, faz-se o seu cliente, torna-se o seu protegido, o seu camarada, o seu companheiro, o seu amigo incondicional na boa e na má fortuna<sup>112</sup>.

---

<sup>108</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: História-Organização-Psicologia*. São Paulo: Companhia Editoria nacional, 1938, p. 66.

<sup>109</sup> Idem, p. 66.

<sup>110</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 177.

<sup>111</sup> NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

<sup>112</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: História-Organização-Psicologia*. São Paulo: Companhia Editoria nacional, 1938, p. 282.



De acordo com Oliveira Vianna, os chefes de clan, geralmente, aparecem rodeados de uma comparsaria numerosa de amigos, sócios, camaradas, que fazem sentir a sua influência, o seu poder, ou o seu arbítrio. “Essa centena de homens, que se solidariza em torno do senhor rural que o obedece e lhe forma a clientela<sup>113</sup>”. Os clientes, por sua vez, possuem o dever de fidelidade absoluta:

(...) desde o dever de prestar, se for preciso, auxílio material na defesa do patrono até a obrigação iniludível de votar no candidato do chefe. Eles não faltam nunca a esses deveres e sentir-se-iam desonrados si não os cumprissem<sup>114</sup>.

Pierre Bourdieu afirma que o homem político necessita da confiança que um grupo político põe nele para sentir-se forte, com vontade de lutar e dar sua contribuição à sua rede de sociabilidade. “Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo da sua relação com os outros grupos<sup>115</sup>”. O mandatário é unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional e uma relação mágica de identificação “aqueles que, como se diz, “põe nele todas as esperanças<sup>116</sup>”. Segundo Bourdieu;

E, devido ao seu capital específico ser um puro valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado...<sup>117</sup>.

De acordo com Bourdieu, o capital político é uma forma de capital simbólico, porque tudo possui base na crença, no reconhecimento, “... mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. De forma mais objetiva:

---

<sup>113</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionaes do Brasil: História-Organização-Psycologia*. São Paulo: Companhia Editoria nacional, 1938, p.180.

<sup>114</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionaes do Brasil: História-Organização-Psycologia*. São Paulo: Companhia Editoria nacional, 1938, p.199.

<sup>115</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 189.

<sup>116</sup> Idem, p. 189.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 189.

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança<sup>118</sup>.

Segundo Richard Graham<sup>119</sup>, as relações entre o público e o privado no Brasil do século XIX, sugerindo a existência de uma aliança entre elite central e chefes locais, mediada pela patronagem. O caráter estruturador da patronagem vinha da troca de empregos por votos, estabelecendo uma cadeia de relações de dependência, que colocava os vínculos, público e privado, em fluxo contínuo. Nas correspondências de Freitas Valle Filho para Borges de Medeiros, aparece um exemplo em que apresenta seu amigo Julio Ruas “Posso afirmar-vos que o meu recomendado reúne em si os melhores predicados para qualquer cargo que possa ser confiado à sua inteligência, ilustração e moralidade<sup>120</sup>”. Ruas seria útil à “rede” na medida em que era um jornalista e proprietário de um jornal, logo, contribuiria para a imagem e a hegemonia do partido.

Geralmente, para a obtenção de um cargo, o coronel tinha que convencer o chefe estadual a indicar alguém da sua vontade ao cargo. Então, estes explicitavam as boas ligações do pretendente aos cargos e favores de acordo com o candidato, sua competência e conhecimentos técnicos, o lugar social do pretendente, além de demonstrar os valores paternalistas do mesmo, entre outras características com o intuito de conseguir o cargo.

Muitas vezes, há também a cerimônia da adulação, do apelo quanto à obtenção do pedido, como “Seria uma prova de consideração para comigo, se amparásseis a pretensão de minha recomendada a quem muito desejo porvir. Vosso amigo grato<sup>121</sup>”.

Para Richard Graham, o clientelismo foi o fio condutor da política no Brasil, de todo o ato político. A vitória eleitoral sempre dependeu do uso competente dessa forma de relação, perpassando a concessão, cargos oficiais e outros favores, em troca da lealdade política e pessoal. O chefe político municipal tinha o dever de informar o chefe estadual sobre os acontecimentos no município e também dava informação sobre uma de suas funções, que era a eleitoreira, de acordo com estas informações, Manoel de Freitas Valle Filho ilustra bem o assunto em suas cartas:

---

<sup>118</sup> Ibidem, p. 188.

<sup>119</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>120</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>121</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0062, 17/06/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

A política local continua firme e unida, para a continuação do engrandecimento e glória do partido<sup>122</sup>. A qualificação eleitoral vai bem, - esperamos qualificar 500 e tantos Companheiros para 200 e tantos adversários, \_\_\_ quando muito<sup>123</sup>.

A atenção à trama clientelista sobrepuja-se aos esforços de organização de interesses econômicos ou ao fortalecimento do poder central. Com isso, as elites “gastavam a maior parte de sua energia na formação de redes de clientelismo, ampliando seu séquito ou encontrando um protetor poderoso para suas fortunas políticas<sup>124</sup>”. O clientelismo seria segundo Murilo de Carvalho “(...) um tributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos<sup>125</sup>”.

Ao mesmo tempo em que sustentava a parafernália do estado, o clientelismo se tornava uma razão em si, pois fortalecia o círculo “apadrinhamento-eleições-apadrinhamento<sup>126</sup>”, baseado na troca de gratidão por favores prestados. Favores fundamentados em pedidos para obtenção de nomeações, favores destinados a membros da família, que vinha em primeiro lugar, e depois a amigos pessoais ou políticos. Estes, por sua vez, eram atendidos com a condição de os “beneficiados” estarem, de acordo com a prática clientelista.

Desejando comprazer aos pedidos de vários amigos e companheiros, venho solicitar a vossa prestigiosa intervenção junto do Dr. General Comandante deste distrito militar a fim de ser incluído na primeira lista de promoções por merecimento o nome do nosso bom correligionário Capitão Alicastro da Fontoura, oficial distinto e cheio de serviços da campanha em prol da causa da republica (...) <sup>127</sup>.

Edson Nunes<sup>128</sup> chama a atenção para a desigualdade que desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto do *patrons* quanto de clientes gerando assim, uma série de laços

---

<sup>122</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0006, 04/08/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>123</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>124</sup> Idem, p.22.

<sup>125</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. In: Dados, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext#](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext#). Vol. 40, nº 02. Rio de Janeiro: 1997, p. 233.

<sup>126</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 229.

<sup>127</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>128</sup> NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

pessoais entre eles. Segundo o autor, o clientelismo abarca as trocas generalizadas, aquelas que incluem promessas e expectativa de retorno futuros:

Seria uma alta prova da nossa consideração o patrocínio do meu pedido para este distinto moço, o qual, tenho certeza, saberá corresponder á confiança que lhe haja de ser outorgada no cargo que proporcionardes para ele<sup>129</sup>.

O clientelismo também abarca as trocas pessoais, que é a troca dos bens restritos. As trocas são feitas de acordo com a condição geral do grupo, são caracterizadas pelo impersonalismo, ou seja, não há uma preocupação com as características pessoais de quem se faz a troca.

As trocas de favores e de lealdade política e pessoal, que caracterizam as redes de clientelismo, podem fazer parte de uma matriz geradora de comportamentos mais do senso prático do que do cálculo racional. Essas redes de trocas de favores compõem uma estrutura da qual o sujeito é condicionado a produzi-las. Segundo Pierre Bourdieu, é a estrutura do campo político que determina as tomadas de posição, por meio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo. E o campo vai se definir como um sistema de desvios de níveis diferentes como as instituições ou agentes, os atos ou discursos que produzem, não terá sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das posições e das distinções.

De acordo com Biavaschi<sup>130</sup>, este *habitus* confirma-se na não percepção por parte dos dominados de quem são seus dominadores, como ele mesmo, evidenciou ao analisar as cartas enviadas a Borges de Medeiros em que os remetentes requerem auxílio ao líder estadual para resolver suas mazelas que tem origem na orientação do próprio líder partidário.

As características marcantes, no fim do Império e início da República Velha, receberam o nome de patronato e filhotismo, baseadas na distribuição de favores governamentais. Era uma prática estabelecida, mas também condenada. De acordo com Murilo de Carvalho:

O meio pelo qual se exercia o patronato era o empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento, a apresentação<sup>131</sup>.

---

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> BIAVASCHI, Márcio Cordeiro. In: *Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história*/Organizador Margaret M.Bakos. Porto Alegre: Palier, 2008, p. 76.

<sup>131</sup> Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº.1, 2000, pp.83 a 117.

Sabe-se que uma das características do coronelismo são as relações chamadas de paternalistas. De acordo com Nunes Leal, o paternalismo possui a seguinte recíproca “negar pão e água ao adversário<sup>132</sup>”. O chefe político local precisa usar do meio ilícito, muitas vezes, para favorecer amigos e parentes. Esses amigos e parentes beneficiados formam o filhotismo que de acordo com Victor Nunes Leal “... contribui para desorganizar a administração municipal<sup>133</sup>”. Segundo Nunes, uma parte da desorganização administrativa municipal é por conta do despreparo do município, sem funcionários capacitados; a outra parte corresponde ao filhotismo que “convoca muitos agregados para a “gamela” municipal”; e a terça parte, dá-se pela “... utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais<sup>134</sup>”.

O filhotismo, conforme Nunes, possui outra face que é o mandonismo. O mandonismo, muitas vezes confundido com o coronelismo, “... não é um sistema, é uma característica da política tradicional<sup>135</sup>”. Manifesta-se nas perseguições aos adversários. Durante o período de eleição, os ânimos ficam agitados entre o chefe local e o adversário. Mas, de acordo com Nunes Leal, “Nos intervalos das campanhas eleitorais, melhoram muito as relações entre as parciais do município, chegando eventualmente a ser amenas e respeitadas<sup>136</sup>”.

Em seu estudo “Rui Barbosa e a Razão Clientelista”, José Murilo de Carvalho revela que o que a correspondência traz de mais importante, são as justificativas com as quais os pedidos são feitos. De acordo com Murilo Nunes: “São elas que nos revelam a razão clientelista, isto é, os valores sociais e a visão de governo que sustentavam moralmente os pedidos<sup>137</sup>”. Como neste trecho em que Manoel de Freitas Valle justifica o merecimento do cargo para seu aliado político “Posso afirmar-vos que o meu recomendado reúne em si os melhores predicados para qualquer cargo que possa ser confiado à sua inteligência, ilustração e moralidade<sup>138</sup>”. De acordo com Murilo de Carvalho, as justificativas podem ser agrupadas por três categorias que são:

---

<sup>132</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa - Omega, 1978, p. 60.

<sup>133</sup> Idem, p. 60.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 60 – 61.

<sup>135</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. In: Dados, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext#](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext#). Vol. 40, nº 02. Rio de Janeiro: 1997, p.232.

<sup>136</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 61.

<sup>137</sup> Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº.1, 2000, pp.83 a 117.

<sup>138</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Da parte de quem pede, predomina o motivo da amizade, incluindo-se aí as relações de parentesco e coleguismo. Da parte do recomendado, que pode ou não ser o mesmo que pede, há duas razões principais, a necessidade financeira, pessoal ou familiar, e a competência, aí incluídas a habilidade, a experiência e a antiguidade<sup>139</sup>.

José Murilo de Carvalho<sup>140</sup> diz que os pedintes podem ser classificados como o pedinte *chato*, aquele que faz pedidos constantes; o *exigente*, aquele que além de exigir um emprego ainda tem uma condição, como o usado para a sua análise: “Podia ser qualquer emprego, desde que o vencimento não fosse inferior a dois contos de réis ao ano, soma razoável á época (...)”<sup>141</sup>. Outro tipo de pedinte era o modesto, aquele que aceita qualquer emprego, pois confiava na boa fé de seu superior; existia também o *prático*, aquele que emendava um pedido atrás do outro numa mesma carta, sem cerimônia.

O clientelismo consiste em uma prática que trabalha para a formação de uma rede de troca de favores, por isso, que é observável que a cada pedido feito há uma estratégia política em torno, que é a de conseguir um tipo de vantagem, seja ela: votos, correligionários políticos, prestígio, gratidão, respeitabilidade, entre outras gratificações adquiridas pelo seu “bom censo”. O mais importante dessa estratégia é que os mercedores desses pedidos estão condicionados a seguir a prática clientelista, e ainda, a responsabilidade de continuar a rede de sociabilidade, no lugar em que está empregado e na função que exerce.

Segundo Pierre Bourdieu, entre as lutas que existem no seio de cada partido, uma das mais constantes é a que se estabelece entre os que denunciam os compromissos necessários com o objetivo de aumentar a força do partido em detrimento da sua originalidade, das tomadas de posições originais, nativas com um retorno às raízes e à restauração da pureza original, etc., do outro lado, ressalta Bourdieu:

Os que propendem a procurar o reforço do partido, quer dizer, o alargamento da clientela, nem que seja à custa de transações e de concessões ou mesmo de uma batalha metódica de tudo o que as tomadas de posição originais do partido podem ter de demasiado exclusivo<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº.1, 2000, pp.83 a 117.

<sup>140</sup> Idem, p. 92.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>142</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 12ª Ed: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 184 – 185.

O Clientelismo é uma prática exercida, até hoje, na política brasileira. O autor Edson Nunes realizou uma pesquisa em que parte da análise de que as mudanças institucionais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil, desde os anos 30, são resultados das relações, ou melhor, “quatro gramáticas” que estruturam os laços entre sociedade e Estado no Brasil. Seriam elas: “o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos”. Sendo que o Clientelismo, também chamado de patrimonialismo e fisiologismo, faz parte da tradição secular brasileira, já as outras três instituições emergem nos anos 30, sob o Governo de Getúlio Vargas. A partir desse momento, as quatro gramáticas passam a se inter-relacionar. Essas quatro instituições políticas dividem o trabalho em clientelismo e corporativismo, que são instrumentos de legitimidade política; o insulamento burocrático é a forma, através da qual, as elites modernizantes tecno-burocráticas e empresariais promovem o desenvolvimento; e o universalismo de procedimentos que vai ser a afirmação lenta de um regime burocrático racional-legal e eventualmente democrático. Essas quatro gramáticas ocorrem de maneira variada, dependendo do momento.

De acordo com Edson Nunes, o clientelismo fazia parte de um importante aspecto das relações políticas e sociais no país. E este não foi afetado pela moderna ordem capitalista. No trabalho, o autor introduz o tema clientelismo, que é contrastado com o universalismo de procedimentos das sociedades capitalistas industrializadas, através de um sistema de trocas. De acordo com as “trocas específica e generalizada no capitalismo”, o autor ressalta alguns pontos-chave entre elas começando pelo clientelismo: a noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos de sociedades rurais, o que significa um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre *patrons* e camponeses; é na família que reside a unidade básica da economia e da sociedade camponesa, uma unidade de produção e consumo. Nessa economia, a instituição familiar desempenha papel crucial, e a família extensa é garantia adicional para a sobrevivência futura, mantendo o parentesco fictício para a manutenção desse modo de produção.

Do ponto de vista do autor, a respeito da produção capitalista, é em relação à sociedade camponesa onde o mundo econômico e social se confundem; não há diferenciação social intensiva e de tipo capitalista, e o sistema de valores sustenta-se em critérios pessoais e não-universais; de um lado, o caráter pessoal das relações *patron-cliente* inibindo a formação

de identidades de interesses e de ação coletiva; de outro, a aceitação desta condição racional do ponto de vista dos camponeses<sup>143</sup>.

Edson Nunes conclui que o clientelismo tipifica uma gramática personalista em oposição ao universalismo de procedimentos, e que o corporativismo e o insulamento burocrático são penetrados tanto pelo personalismo como pelo impersonalismo. Isso significa que o clientelismo pode complementar qualquer uma das gramáticas, principalmente o corporativismo.

---

<sup>143</sup> NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 27.



## 2 ALEGRETE DURANTE A REPÚBLICA VELHA

### 2.1 A República Velha em Alegrete

Alegrete tem sua origem em meados do século XIX, entre disputas de espanhóis e portugueses. O Império português disputava a posse da região onde vai surgir a cidade de Alegrete, e tinha o objetivo de incorporar a Região Cisplatina à Coroa portuguesa, através da ocupação do espaço econômico e cultural. A Guerra envolvia saques, lutas e violência, o poder sobre os primitivos habitantes e seu espaço. O Império português estabelece acampamento militar às margens do arroio Inhanduí, em 1811. Em 1814, neste acampamento, é erguida uma Capela (que foi destruída) e mais tarde reerguida às margens do rio Ibirapuitã, em outro acampamento militar. Durante a Revolução Farroupilha, Alegrete foi a terceira Capital da República Rio-Grandense. Em 1857, foi elevada ao estatuto jurídico político de Cidade<sup>144</sup>.

A Proclamação da República (1889) trouxe algumas alterações. Agora havia a descentralização do poder, que antes era baseado no poder central imperial, e que no momento, o mesmo passaria a prevalecer sob custódia do Estado. Dentre as diferentes modificações, foram instaladas Juntas administrativas locais, sob instruções e orientação do Governo estadual. Estas Juntas tinham vida efêmera, em função das oscilações políticas regionais e nacionais.

Nos acontecimentos que se desenvolvem a partir da proclamação da República, o Presidente da província é destituído. Em Alegrete, foram demitidos todos os funcionários federais, estaduais e municipais. Durante a transição do Império para a República, a administração foi provisória. E, em 1892, Júlio Prates de Castilhos assume o poder do Estado. Em 1893, acontece a Revolução Federalista e em Alegrete, aconteceram vários combates durante esse período. De acordo com as pesquisas de Anderson Corrêa:

Em 1893, as forças revolucionárias tomam a cidade que era defendida por pequena força legalista; mas, em maio de 1893, após o combate do Inhanduí, os legalistas retomam o poder. Cessadas as lutas em 1895, Alegrete passou a

---

<sup>144</sup> CORREA, Anderson Pereira. *Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929)*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2010, p. 73.

“desenvolver-se” gradativamente: atingiu a situação de município com o maior número de cabeças de gado do Brasil<sup>145</sup>.

Em 1923, a cidade de Alegrete serviu de cenário para outros combates, pois estava cerrada a Revolução de 23 contra Borges de Medeiros. A cidade foi abandonada pelos legalistas e ocupada por Honório Lemes, quando foi aclamado General. No dia seguinte, uma junta presidida pelo Dr. Alexandre Lisboa que assumiu o governo da cidade. As forças governistas retomam a cidade, em abril, novamente os rebeldes têm o poder. Meses mais tarde, os governistas, comandados por Flores da Cunha e por Napomuceno Saraiva, expulsam os rebeldes após um grande combate na ponte “Borges de Medeiros”, sobre o rio Ibirapuitã. De acordo com Anderson Corrêa:

Em 1924, os oficiais do exército João Alberto e Juarez Távora aderem ao movimento iniciado em São Paulo pelo General Isidoro Dias Lopes, conseguem levantar parte da guarnição local juntamente com elementos civis<sup>146</sup>.

O grupo tenta tomar a cidade novamente, mas são rechaçados. Honório Lemes e sua tropa juntaram-se ao grupo, mas foram surpreendidos e derrotados por Flores da Cunha. Juarez Távora e João Alberto acabaram marchando em rumo às Missões, iniciando assim, a “Coluna Prestes”. Após este período de guerra civil, destaca-se o governo municipal do Intendente Oswaldo Aranha que, em 1925, manda fazer o calçamento de várias ruas, a construção de estradas, pontes e uma escola normal.

Anderson Corrêa, ao desenvolver sua pesquisa, afirma que “Alegrete era uma das mais importantes cidades da região”. O autor compara o crescimento demográfico entre as principais cidades da Campanha, durante o período da República Velha. Com base em fontes estatísticas oficiais, têm-se informações sobre a demografia e a economia regional, constatando-se que “Alegrete é uma das cidades mais populosas da região da Campanha Sudoeste<sup>147</sup>”.

No início da República Velha, Alegrete é a quarta cidade da região mais populosa. Já em 1920, aparece em sexto lugar. Bagé, Uruguaiana e Livramento são as maiores cidades. A cidade de Bagé e Livramento mantiveram-se estáveis no período. A cidade que mais cresceu

---

<sup>145</sup> Idem, p. 86.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>147</sup> Idem, p. 87.

foi Uruguaiana. Em nível regional, as cidades de Alegrete e São Gabriel acabaram caindo de posição<sup>148</sup>.

Em 1890, a população do município de Alegrete era de 16.337 habitantes. Deste total, 4.526 eram habitantes urbanos. Em 1900, dez anos depois, a população é de 21.087 habitantes, sendo que 5.691, no meio urbano. Já em 1907, a cidade obtém 25.120 habitantes, 6.716, no meio urbano. Sendo que quatorze anos depois, em 1921, a população atinge a 30.905 habitantes, e uma minoria ainda permanece na zona urbana, 11.257. Fazendo este levantamento, Anderson Corrêa afirma que é possível perceber existência de uma quantidade maior de habitantes na zona rural do que na urbana<sup>149</sup>.

Anderson Corrêa identificou a existência de “três períodos fiscais”, pois os registros dos livros de cobranças de impostos apresentam três grandes variações nos valores arrecadados. As três variações foram: de 1889 a 1897; de 1898 a 1917; e de 1919 a 1930. De acordo com o referido autor, “A explicação possível é que sejam variações cambiais<sup>150</sup>”. Segundo o autor, nesses três momentos é observada uma tendência progressiva na arrecadação e que possuem uma rápida queda nos anos finais. Ainda afirma que:

No período entre 1898 e 1917, existe certo equilíbrio, uma continuidade proporcional nos índices. É notório o grande crescimento econômico do período que compreende 1919 a 1930<sup>151</sup>.

Em 1908, foram registradas 300.000 cabeças de gado, 50.000 cavalos e 115.000 ovelhas. A região era a maior produtora de gado do Rio Grande do Sul. A exportação da produção regional era feita pelos saladeiros de Quaraí (Artigas), de Rosário do Sul e de Santana do Livramento (Riveira). A indústria fabril era pouco desenvolvida, por isso, havia apenas, uma fábrica de massas, duas de cerveja e várias olarias. A produção do município passou a ser exportada para a fronteira, já que o comércio caminhava bem. Alegrete chegava a importar do interior do Estado e do Rio da Prata<sup>152</sup>.

Em 1920, Alegrete conquistou o primeiro lugar entre os 10 maiores produtores de gado bovino do Estado. Também ocupou o primeiro lugar no que se refere à criação de eqüinos. Entre as cidades do interior, Alegrete era considerada uma das mais florescentes e

---

<sup>148</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>149</sup> CORREA, Anderson Pereira. *Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929)*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2010, p. 88.

<sup>150</sup> Idem, p. 89.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 94.

ocupava um dos primeiros lugares pela cultura, riqueza e comércio. Sua principal “indústria” é a pastoril. Por sua situação e localização estratégica possui forte contingente militar<sup>153</sup>.

Porém, além do destaque da produção pecuária e do fato de a maioria da população viver no campo, a cidade de Alegrete era uma das que possuía um dos maiores índices de urbanização do período. Isto foi possível identificar pelos números de empreendimentos empresariais no campo da indústria e comércio. A cidade possuía varias oficinas, manufaturas e estabelecimentos comerciais e bancários. Possuía uma infra-estrutura urbana bem desenvolvida para a época, assim como um desenvolvimento cultural<sup>154</sup>.

Para compreender a situação ocupacional da população de Alegrete, Anderson Corrêa parte do estudo da comparação com a realidade da época. O autor buscou técnicas de comparação que partem da análise de informações dos censos de 1920. A pesquisa mostra que de acordo com os setores econômicos, a distribuição da população do Rio Grande do Sul apresentava-se dessa forma: 3,88% na Indústria, 4,46% no setor de Serviços e 72,70% em Diversos. O autor compara a cidade de Alegrete às outras grandes cidades do período como Porto Alegre, onde a população estava dividida em: 11,64% na indústria, 14,91% em Serviços e 68% em Diversos. A cidade de Rio Grande que possuía: 12,21% na indústria, 13,92% em Serviços e 64% em Diversos. A população da cidade de Alegrete estava distribuída em: 6,09% na indústria, 5,67% em Serviços e 71,68% em Diversos. Ao desenvolver esta comparação o autor constatou que:

Os números mostram que o município possuía índices superiores à média do Estado em relação à proporção da população ocupada na indústria e no setor de serviços. É interessante comparar a mesma situação a nível regional<sup>155</sup>.

Alegrete obteve a segunda maior porcentagem da população em atividade econômica, no que se refere ao ramo industrial, perdendo apenas para Uruguaiana. O que se observa é que não só a cidade de Alegrete representava índices superiores à média do estado, outras seis cidades do sudoeste também conseguiram atingí-lo, sendo elas: Uruguaiana, Livramento, Itaquí, Bagé, São Gabriel e Quaraí<sup>156</sup>.

---

<sup>153</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>154</sup> CORREA, Anderson R. Pereira. *Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929)*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2010, p. 95.

<sup>155</sup> Idem, p. 96.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 96.



Ilustração da localização das principais cidades da região da Campanha sudoeste (incluindo São Borja e Santa Maria). 157

Ao escrever sobre Alegrete, em 1908, Hemetério José Veloso da Silveira<sup>158</sup> afirma que a cidade estava composta de vinte e nove ruas. Também destacou a existência dos prédios públicos existentes naquela época como: a estação telegráfica, a estação da estrada de ferro, a igreja matriz, a agência do correio, o teatro, o jornal *Gazeta de Alegrete*, a Santa Casa, os quartéis. O autor também apresenta a quantidade de empresas comerciais, artesanais e de profissionais liberais.

Com 1.800 metros de norte a sul, leste a oeste 1.200 metros, “Alegrete é uma das boas e futuras (sic) cidades da campanha do Estado.”, já afirmava Alfredo da Costa<sup>159</sup>, em 1922. O autor faz um breve comentário a respeito das ruas, “as mesmas totalizam trinta e três e que são bem delineadas”. Segundo o autor, “As ruas principais denominam-se: Ypiranga, Andradas, General Victorino e Mariz e Barros. Nestas, está a vida local – as principais casas comerciais, hotéis, todas as repartições públicas, os melhores prédios (...)”<sup>160</sup>. A cidade está complementada por 1.959 prédios, sendo 11 sobrados, 15 assobradados e 1933 térreos. De acordo com o autor, Alegrete era uma cidade

<sup>157</sup> Ilustração da localização de Alegrete e das principais cidades da campanha. In. CORREA, Anderson R. Pereira. *Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929)*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2010, p. 95.

<sup>158</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre, 2ª ed. Companhia União de Seguros Gerais, 1979, p. 398.

<sup>159</sup> COSTA, Alfredo R. da. *Obra histórica, descritiva e ilustrada. Rio Grande do Sul (Completo estudo sobre o Estado)* Volume II. 1922. Porto Alegre: Livraria O Globo, p. 334.

<sup>160</sup> Idem, p. 334.

que contava com o regular serviço de veículos, estação férrea, possuía grande movimento, estação telegráfica, rede postal diária, filiais dos bancos Pelotense, Nacional do Comércio e da Província; a água era distribuída por pipas, existiam mais de 1.000 veículos, sendo 150 automóveis<sup>161</sup>.

Em relação aos aspectos políticos da cidade de Alegrete, Alfredo R. da Costa afirma que, em 1889, o município foi governado por juntas administrativas até 1892. Alegrete teve como primeiro Intendente nomeado o Tenente Coronel Severino Antonio da Cunha Pacheco, que governou por quatro anos. Em 1896, foi eleito o Intendente João Benício da Silva. Já em 1898, quem assume é o vice-intendente, o coronel Frederico Ortiz. Em 1900, então, o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho assume a Intendência, em que vai ter uma gestão mais duradoura. O Major Oscar Souza e Coronel João Benício vêm assumir logo após<sup>162</sup>.

Flávio Poitevin<sup>163</sup> desenvolveu um estudo mais minucioso a respeito dos Intendentes de Alegrete, durante o período da República Velha. O autor consultou várias fontes de estudo incluindo as Atas da Posse dos Administradores municipais. Com isso, o autor conseguiu reunir nomes dos Intendentes e seus respectivos mandatos e construiu o seguinte quadro:

---

<sup>161</sup> SILVEIRA, Hermetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre, 2ª ed. Companhia União de Seguros Gerais, 1979, p. 333.

<sup>162</sup> COSTA, Alfredo R. da. *Obra histórica, descritiva e ilustrada. Rio Grande do Sul (Completo estudo sobre o Estado)* Volume II. 1922. Porto Alegre: Livraria O Globo, p. 333.

<sup>163</sup> O Sr. Flávio Alfeu Poitevin é diretor do Memorial de Alegrete e Museu do Gaúcho Icaro Ferreira da Costa na cidade de Alegrete.(2009)

Intendentes de Alegrete (1892 – 1930)

Gestão	Período	Condição	Nº	Nome
1º	1892 a 1896	Nomeado	01	Severino Antonio da Cunha Pacheco
2º	1897 a 1899	Eleito/renuncia	02	João Benicio da Silva
	1900 a 1900	Substituição	03	Frederico Ortiz
3º	1901 a 1904	Eleito/renuncia	04	<b>Manoel de Freitas Valle Filho</b>
	1904 a 1904	Substituição	05	Oscar do Prado Souza
4º	1905 a 1908	Eleito/integral	06	<b>Manoel de Freitas Valle Filho</b>
5º	1909 a 1912	Eleito/integral	07	Lauro de Sá Dornelles
6º	1913 a 1916	Eleito/falece	08	<b>Manoel de Freitas Valle Filho</b>
	1916 a 1917	Nomeado	09	Oscar do Prado Souza
7º	1918 a 1919	Falecimento	10	João Benicio da Silva
	1919 a 1920	Substituição	11	Oscar do Prado Souza
8º	1921 a 1922	Eleito/renuncia	12	Francisco Carlos de Sá Dornelles
	1922 a 1924	Substituição	13	Antônio de Freitas Valle
9º	1925 a 1925	Interventor	14	José Loureiro da Silva
10º	1925 a 1927	Eleito/renuncia	15	Oswaldo Euclides de Souza Aranha
	1927 a 1927	Eleito/renuncia	16	Patricio Zitto de Ribeiro Farias
	1927 a 1927	Nomeado	17	Tristão Ribeiro Neto
11º	1927 a 1928	Eleito/renuncia	18	Manoel Lino dos Santos
	1928 a 1928	Substituição	19	Eugênio Martins Pinto
12º	1929 a 1930	Eleito	20	Antônio de Freitas Valle

164

Após a Proclamação da República, de 1889 a 1892, existiram juntas administrativas provisórias. Não foi um período estável, piorando a situação a partir de 1892, com a insurgência e guerra civil de 1893 e 1894. Analisando o quadro acima, percebe-se que existiu um período de continuidade e estabilidade, e outro período de instabilidade administrativa. O período estável e contínuo vai de 1897 a 1920. Os intendentes que representaram esta estabilidade e continuidade foram João Benicio da Silva, Manoel de Freitas Valle Filho, Lauro de Sá Dornelles e o vice, Oscar Prado Souza. Os únicos dois mandatos integrais foram os de Manoel de Freitas Valle e Lauro de Sá Dornelles, no período de 1905 a 1912.

Na quarta década da República Velha, entre 1921 e 1930, percebe-se que o período é instável pelo que é apresentado no quadro com a relação dos Intendentes em Alegrete, desenvolvido por Flávio Poitevin. A cada dois anos, é indicado um intendente diferente, mais

<sup>164</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. *O Município de Alegrete*. Org. Danilo Assumpção e Flávio Poitevin. Ed. Pallotti, 2007, p.130.

precisamente, os anos de 1925 a 1927, foi um período de mudanças freqüentes no campo político alegretense.

Na eleição de 1891, segundo Sérgio da Costa Franco, o Partido Republicano Federal reuniu parlamentaristas da União Nacional e republicanos dissidentes. Entre os republicanos dissidentes, encontraram-se dois líderes alegretenses: Demétrio Ribeiro e João de Barros Cassal. O Partido Republicano Federal, mesmo tido perdido as eleições a nível estadual, obtendo 37% dos votos, conseguiu sair vitorioso em oito municípios, entre eles, Alegrete, Dom Pedrito e Bagé<sup>165</sup>.

Em Alegrete, conforme o alistamento eleitoral de 1905, 802 pessoas eram votantes políticas do Partido Republicano Rio-Grandense, e, 501 faziam parte da oposição. Há uma grande diferença entre os opositores, já que o PRR liderava a maioria dos votos. Se comparada com a média dos três Distritos Eleitorais do Estado, que era próximo a 31%, Alegrete encontrava-se dentro do 2º Distrito Eleitoral e obtinha o maior índice de votantes da oposição. Faziam parte do 2º Distrito, os seguintes municípios: Quaraí, São Borja, Itaqui, Uruguaiana. Já o 3º Distrito Eleitoral, que abrangia as cidades de D. Pedrito (41%), Rosário do Sul (49%) e São Gabriel (52%), obteve maior índice de opositores políticos durante as eleições nesse mesmo período, isso, em comparação com a cidade de Alegrete. De acordo com Sérgio da Costa Franco, o número total de votantes, que se opuseram nas eleições desse período, ganhou ênfase nas cidades de Bagé (838), Livramento (649) e D. Pedrito (531). Em relação à porcentagem de votantes opositores, Alegrete estava em terceiro lugar. Se formos analisar pela relação número total de votantes contrários ao governo, Alegrete obtinha o quarto lugar<sup>166</sup>.

Em relação às legislaturas de cada deputado alegretense e seus respectivos partidos, durante a República Velha, Anderson Pereira Corrêa<sup>167</sup> elaborou um quadro onde apresenta toda esta informação.

---

<sup>165</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. In: República Velha (1889-1930). Coordenação Geral Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo, Méritos, 2007. V.3, t.1, p. 132.

<sup>166</sup> Idem, p. 149.

<sup>167</sup> Idem, p. 92.



Deputados Estaduais de Alegrete (1901 – 1928)

Partido	Deputado	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
PRR	João Benício da Silva	x	x	x				
PRR	José Fredolino Prunes				x	x	x	x
PF	Jorge da Silveira Pinto				x			
PF	Gaspar Saldanha					x	x	x

Observa-se que, durante este período que vai de 1901 a 1928, fizeram parte da vida política do Estado, quatro deputados alegretenses. Sendo dois pertencentes ao Partido Republicano Rio-Grandense e dois oposicionistas. Nota-se que a quarta legislatura inicia em 1901 e que, a décima termina em 1928. Sabe-se que o coronel Manoel de Freitas Valle Filho (homem político em estudo) que foi Intendente de Alegrete, assumiu como Vice-Presidente do Estado em 1908, junto ao governador Carlos Barbosa Gonçalves, aparece na lista dos deputados eleitos para assumir em 1909, mas, o mesmo acabou não assumindo. Da sétima legislatura (1913) em diante, a representação alegretense manteve dois deputados, um do PRR e um do Partido Federalista (PF)<sup>168</sup>.

Alegrete foi representada por dois Federalistas no poder estadual, os deputados Jorge da Silveira Pinto e Gaspar Saldanha, e um do Partido Republicano, que foi José Fredolino Prunes. Nos Anais da Assembléia Legislativa, é possível encontrar debates entre os deputados alegretenses tratando de assuntos eleitorais em momentos próximos às eleições. Alegrete elegeu deputados por quase dezesseis anos, esse, talvez, fosse o motivo de a “memória” popular relacionar Alegrete à oposição “maragata”. Anderson Corrêa afirma que a oposição ao PRR elegeu um deputado estadual para os anos de 1913, Jorge da Silveira Pinto; em 1917, foram eleitos dois deputados, sendo que um deles foi Gaspar Saldanha. Entre 1921 e 1928, foram eleitos três deputados representantes da oposição, um deles era Gaspar Saldanha<sup>169</sup>.

Anderson Corrêa escreve que no Congresso Federalista, em Porto Alegre, no ano de 1917, foi eleito para o Diretório Central do partido, o alegretense Coronel Vasco Alves Nunes Pereira. Vasco Alves foi assassinado, durante a contagem dos votos da eleição de 1922, dentro do prédio da Intendência Municipal de Alegrete. Este período de eleição foi muito conturbado, se não bastasse isso, ainda explodiu a Revolução de 1923. Sabe-se que

<sup>168</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 92.

governistas ganharam as eleições em todas as cidades. A tabela abaixo demonstra o número de votos para cada partido em algumas cidades do Estado<sup>170</sup>.

Resultado das eleições de 1922 para  
Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.  
Número de votos por candidato e respectiva porcentagem.

Cidades	Borges de Medeiros	Assis Brasil
Alegrete	531 – 68%	244 – 32%
Bagé	3.309 – 72%	1.284 – 28%
Caçapava	712 – 52%	682 – 48%
Camaquã	362 – 56%	282 – 44%
Canguçu	948 – 56%	745 – 44%
Encruzilhada	684 – 58%	502 – 42%
Erval	386 – 64%	223 – 36%
Quaraí	723 – 66%	373 – 34%
Uruguaiana	1.270 – 59%	883 – 41%

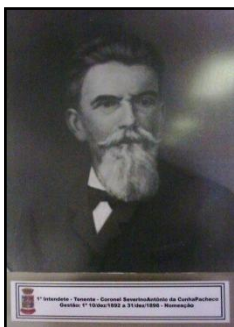
De acordo com os dados apresentados por Anderson Corrêa, o município que apresentou o maior número de votos para o candidato da oposição (Assis Brasil) foi Bagé, em seguida Uruguaiana, e os demais municípios pela ordem: Canguçu, Caçapava, Encruzilhada, Quaraí, Camaquã e, em oitavo lugar, Alegrete, com 244 votos. Alegrete fica atrás de municípios como Quaraí, Uruguaiana e Bagé<sup>171</sup>.

## 2.2 Os Intendentes e a vida política em Alegrete

Alegrete, durante 40 anos de República Velha, foi governada, há vinte anos, por coronéis. E durante os outros vinte anos, foi governada por doutores, bacharéis. Alegrete teve como seu primeiro Intendente, o então, nomeado Tenente Coronel Severino Antônio da Cunha Pacheco. Segundo os registros que se tem notícia, sua gestão foi do período de 10 de dezembro de 1892 a 31 de dezembro de 1896. Manteve-se no poder por quatro anos. Os próximos quatro anos seriam administrados por Intendentes eleitos.

<sup>170</sup> CORREA, Anderson Pereira. *Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929)*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2010, p. 93.

<sup>171</sup> Idem, p. 93.



172

Tenente Coronel Severino Antonio da Cunha Pacheco  
Gestão: 10 de dezembro de 1892 a 31 de dezembro de 1896.

No dia 02 de outubro de 1897, foi apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, o Primeiro Relatório de que se tem notícia na cidade, pelo Intendente da época, João Benício da Silva. João Benício comenta que se sente honrado de ter recebido pelo eleitorado “a honrosa investidura do espinhoso cargo<sup>173</sup>”. O referido Intendente afirma que deixou claro, logo eleito, que

(...) não devéis esperar da minha administração o imediato provimento às necessidades do município nem o pronto melhoramento dos serviços afetos ao governo municipal<sup>174</sup>.

João Benício relata que quando assumiu a Intendência, a mesma encontrava-se num verdadeiro abandono, aonde veio a se implantar a anarquia. De acordo com Benício, o seu antecessor não se sentiu capaz de confeccionar um relatório, nem sequer de indicar-lhe o estado dos negócios, os empreendimentos elaborados por ele, nem os recursos que lhe deixava. A escrita pouco elucidava, pois as diversas fontes de renda não havia relatos. Apenas constava o lançamento de imposto da indústria e profissões e da décima urbana. Benício reclama que do imposto pecuário, não havia sequer uma linha de lançamento, isso dificultava saber se já havia feita a arrecadação ou não. Segundo João Benício, o descrédito era tanto, “a ponto de ser recusada pela maioria do comércio a aceitação das apólices de pequeno valor emitidas pela Intendência...<sup>175</sup>”

---

<sup>172</sup> Fotos/Galeria dos Prefeitos – Salão Azul – Centro Administrativo, Prefeitura Municipal de Alegrete.

<sup>173</sup> MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em 02 de outubro de 1897, pelo intendente João Benício da Silva. Typografia da Gazeta de Alegrete.

<sup>174</sup> Idem, p. 01.

<sup>175</sup> Ibidem, p.02.

Nota-se que João Benício caminha de acordo com as idéias filosóficas do Positivismo ao referir-se assim “Como a ordem é a base de toda a economia e de todo o progresso...”<sup>176</sup>. Baseando-se nisso, Benício tentou reerguer o município. Relatou que na parte da Higiene Pública, o estado sanitário era bem satisfatório, pois não havia nenhuma epidemia. Isso se deu também, segundo o Intendente, à atitude tomada em relação às tomadas de banho e a lavados de roupas exercidas no rio Ibirapuitã, rio que abastece até hoje a cidade de Alegrete.



2º/10º INTENDENTE

Dr. Bacharel João Benício da Silva

1ª Gestão: 01 de janeiro de 1897 a 31 de dezembro de 1899.

2ª Gestão: 01 de janeiro de 1918 a 05 de abril de 1919.

Em relação à Instrução Pública, João Benício ressalta que esse assunto era sempre importante e que tinha que ter uma grande atenção. Havia oito escolas estaduais, mas só funcionavam cinco. Três, funcionavam na cidade, sendo que uma delas funcionava dentro da Intendência e três, no interior. Existia uma deficiência de escolas primárias no município durante este período. O Intendente teve que pedir verbas para se fazer mais escolas. Segundo o Benício, já havia até falado com o inspetor da região, onde se cobiçava fazer uma escola, que ficava entre o Caverá e Ibirapuitã. O interesse de Benício era erguer uma escola nessa região, pois ali encontrava-se uma parte densa de pobres e que estavam recomeçando a dedicar-se à lavoura que, de acordo com ele, já prosperava antes da revolução. Outro interesse de João Benício, era montar uma escola noturna para que pessoas da classe operária, sem limite de idade, pudessem ter a chance de se aperfeiçoar, já que muitas estavam privadas de serem recebidos nas escolas do estado.

João Benício fala que a cidade era muito mal servida de iluminação pública. De acordo com ele, “Desde que assumi o exercício da Intendência tem sido minha constante

<sup>176</sup> MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em 02 de outubro de 1897, pelo intendente João Benício da Silva. Typografia da Gazeta de Alegrete, p. 02.

preocupação o melhoramento deste serviço<sup>177</sup>”. Também relata que quando assumiu a Intendência, existiam 21 praças, e que nos orçamentos da gestão anterior, não havia sido conseguida nenhuma verba para a aquisição de armamento. Benicio tinha o interesse em regulamentar a Guarda Municipal que ainda não estava legalizada. Ele também lamenta que as rendas municipais não estavam suportando o custeio da polícia, cuja a falta era grande no meio rural. Conforme suas palavras, “O povo, principalmente o da campanha, clama e com razão por policiamento, mas parece esquecer que ele mesmo quem há de sustentar a policia...<sup>178</sup>”. Para Benicio este serviço era “... mais oneroso ao município, mas um dos mais necessários ...<sup>179</sup>”.

No que se refere ao Matadouro Público, Benicio fala que o mesmo encontrava-se em um serviço barato e por isso, de péssima qualidade, sem remuneração adequada para ter peões e cavalos necessários. Abatiam o gado sem arrecadarem impostos e assim, estavam livres da fiscalização. Benicio ia tentar salvar esta situação reduzindo ou aumentando impostos de sangria e de conceder privilégios a alguns indivíduos para o abastecimento de carne à população. E em relação às obras públicas, o Intendente em exercício fala que como a verba era pouca, ele apenas a utilizou em casos urgentes como reparos na ponte Ibirapuitã, alguns aterros em toda a cidade. Ele ainda pede um auxílio para melhorar as obras públicas da cidade.

João Benicio relata que estava atendendo ao pedido da população no que se refere à arborização da praça; havia exigido dos proprietários, o concerto de prédios, muros, calçadas, pois a escassez de operários e a falta de materiais era muita; que quando assumiu a Intendência, o estado dos carros fúnebres era deploráveis, faltava verba. O Intendente pede verbas para que fosse construído um prédio pra Guarda, para a instalação da escola que se encontrava na Intendência e quartel de cadeia. A biblioteca, que já havia sido bem equipada, restava algumas obras que, segundo Benicio, estas seriam conservadas e aumentadas dependendo dos recursos adquiridos.

A revolução de 1893 trouxe o abandono e a devastação da lavoura. Em relação à Indústria e à agricultura, João Benicio observa que o estado da agricultura era bem precário no município. João Benicio fez 50 exemplares de folder que foram entregues gratuitamente aos fazendeiros, para que estes adotassem a cultura do trigo. De acordo com que pensava, a

---

<sup>177</sup> Idem, p. 06.

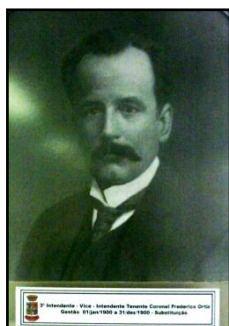
<sup>178</sup> MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, em 02 de outubro de 1897, pelo intendente João Benício da Silva. Typografia da Gazeta de Alegrete, p. 09.

<sup>179</sup> Idem, p. 08.

Intendência deveria empregar tudo quanto fosse esforços para o desenvolvimento da agricultura.

No Relatório da Intendência do ano de 1900<sup>180</sup>, apresentado pelo Vice-Intendente Frederico Ortiz, consta que ele ia executar as obras projetadas pelo antecessor, João Benicio. Frederico inicia seu relatório com o seguinte aspecto, Guarda Municipal, em que ressalta que esta teve que ser reduzida por dois motivos, um para cortar custos e outro, porque o número composto era suficiente e eficaz para manter a ordem.

No caso da Higiene Pública, de acordo com as palavras do Intendente “Continua a ser lisonjeiro o estado sanitário do município<sup>181</sup>”. A cidade não tinha nenhum tipo de moléstia. Quanto à Iluminação Pública, o problema ainda permanecia desde a gestão do antecessor. Frederico Hortiz relata que no caso da Instrução Pública, ele havia fracassado, porque não conseguiu número suficiente para abrir uma escola na zona do Caverá, no meio rural, em que Benicio já havia mostrado e defendido interesse. Frederico afirma que já estava sendo inaugurado o edifício da Polícia Municipal, onde já estava funcionando a cadeia.



3º INTENDENTE

Tenente Coronel Frederico Ortiz

Gestão: 01 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1900.

Frederico Hortiz sente-se orgulhoso, pois a construção da ponte Ibirapuitã estava sendo entregue ao município. De acordo com Frederico, a dívida passiva da Intendência havia sido extinta. No que se refere às Obras Públicas, ele ressalta o que Benicio já vinha dizendo a respeito da falta de verbas para a manutenção do cemitério e de uma cadeia municipal. Este tinha problema de esgoto, de falta de túmulos e nivelamento do terreno. De acordo com Frederico:

---

<sup>180</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 31 de dezembro de 1900. Frederico hortiz, Intendente do Município, 1900.

<sup>181</sup> Idem, p. 05.

Penso que os elementos que vos ofereço nas linhas acima, são suficientes para bem cumprirdes a vossa elevada e honrosa missão, dotando o município dos necessários meios para o seu progresso e desenvolvimento (...) <sup>182</sup>.

Manoel de Freitas Valle Filho, objeto de estudo do trabalho pesquisado, foi Intendente por três vezes do município de Alegrete, além de ter sido Vice-Presidente do Estado, no período de 1908 a 1912. Em seu Relatório <sup>183</sup> referente ao ano de 1902, o novo Intendente, Manoel de Freitas Valle Filho apresenta-se justificando que seu planejamento não foi cumprido por causa da grande crise mundial e pela falta de verbas para o município. O Intendente relata que teve que aumentar os impostos do gado, para que se tivesse alguma verba para tratar assuntos mais urgentes, como a instrução primária, à assistência pública e policiamento geral, principalmente na região da campanha. O coronel Manoel de Freitas tinha grande responsabilidade, compromisso e, acima de tudo, compromisso com o povo alegretense.

No dia 1º de janeiro de 1909, é apresentado pelo Intendente Coronel Manoel de Freitas Valle Filho, o Relatório da Intendência às mãos do seu sucessor, Dr. Lauro de Sá Dornelles. Freitas Valle, após oito anos de administração, é substituído. No relatório apresentado faz a seguinte ressalva “... não vos deixo dívida alguma de qualquer espécie a satisfazer <sup>184</sup>”. O coronel Manoel tinha como objetivo, transmitir ao seu sucessor as finanças do município equilibradas, sob o ponto de vista econômico e, de acordo com o seu desejo, fez-se cumprí-los. Além disso, Freitas Valle estava muito satisfeito com o novo sucessor, já que este, a seu ver, era um homem honesto, sério e inteligente.

Manoel de Freitas Valle relata que foram criadas 16 escolas, que havia mais de 500 alunos sendo avaliados; o serviço de Assistência e Higiene continuava a ser feito regulamente; A ponte Borges de Medeiros estava entregue ao público desde o ano anterior; afirma que, em março, de 1908, estava em licença, então, passou a direção municipal ao Senhor Sub-Intendente do 1º distrito, Capitão Elyseu José Moreira, onde permaneceu até o dia 21 de abril. Também consta que foi feito um relatório durante a sua ausência e que nele encontra-se a notícia que, foram entregues uma remessa de documentos para o Arquivo Público do Estado, isso, atendendo um pedido do Diretor do estabelecimento. Freitas Valle agradece aos

---

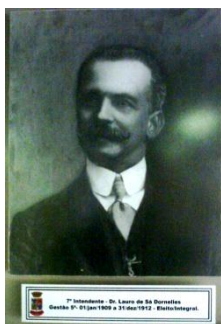
<sup>182</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 31 de dezembro de 1900. Frederico Hortiz, Intendente do Município, 1900, p. 13.

<sup>183</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1º de janeiro de 1902. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1902.

<sup>184</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1º de janeiro de 1909. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1909, p.08.

funcionários que tiveram do seu lado, ao Partido Republicano além de seus correligionários políticos.

Em 1913, é apresentado pelo Intendente Dr. Lauro de Sá Dornelles ao seu sucessor Coronel Manoel de Freitas Valle Filho, o Relatório da Intendência Municipal de Alegrete. Nota-se que Freitas Valle retoma a administração. Lauro Dornelles afirma que “A instrução primária, policiamento e obras públicas, principalmente as de viação urbana e rural, foram os ramos de serviço que mais atenção me mereceram ...<sup>185</sup>”. O Intendente relata que entrega o município com 15 escolas, sendo que 5 estavam localizadas na cidade, 4 nos subúrbios e 6 na zona rural. Este Intendente deixou os honorários dele, que teria para receber durante os quatro anos de mandato, para a construção de uma escola a ser construída no espaço que conviesse.



7º INTENDENTE

Dr. Lauro de Sá Dornelles

Gestão: 01 de janeiro de 1909 a 31 de dezembro de 1912.

Em relação às Obras Públicas, Lauro Dornelles relata que, quando assumiu, encontrou um serviço organizado. Admitiu que, em sua gestão, não houve criação nem abertura de novas ruas, mas que por outro lado, havia dado início ao serviço de extensão de sarjetas empedradas, para o escoamento da água, por conta da Intendência, bem como a construção de muros e calçadas por conta dos particulares. Ressalta que o Cemitério precisava de um espaço maior, pois o mesmo já existia há 50 anos e não havia espaço num centro tão populoso. A respeito da Guarda Municipal, fala que se necessitava de mais praças, porque a cidade estava crescendo. Depois do assassinato acontecido, em maio do mesmo ano, em que deixou de luto o Partido Republicano, qualquer Intendente temia pela ordem pública.

---

<sup>185</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1º de janeiro de 1913. Lauro de Sá Dornelles, Intendente do Município, 1913, p.05.



No dia 20 de setembro de 1914, Manoel de Freitas Valle Filho, que estava no seu terceiro mandato, apresenta o Relatório ao Conselho Municipal. Freitas Valle começa com a seguinte declaração:

(...) como de outras vezes em que tenho recebido a honrosa investidura do elevado cargo administrativo de Alegrete, procuro sempre manter a mais perfeita subordinação política (...)<sup>186</sup>.

Freitas Valle também faz uma ressalva ao dizer que não só se subordinava perante o chefe supremo do Partido Republicano, mas também “... a todos aqueles, no nosso meio social, representam os grandes ideais da República...”<sup>187</sup>, que a seu ver era representado pelo Conselho Municipal.

No Relatório da Intendência de 1913 e 1914, consta que, em relação à Instrução Pública, o coronel Freitas Valle relata que havia desenvolvido um trabalho auspicioso, pela criação de novas escolas, nos pontos rurais onde se faziam necessárias. Neste ano, estavam funcionando corretamente 25 escolas, sendo 5 na cidade e 20 na campanha, com a frequência de 900 alunos de ambos os sexos. O município ainda era composto de 7 escolas estaduais e 7 colégios particulares. Em relação à Guarda Municipal, 100 homens serviam à cidade, metade na cidade e a outra, na campanha, mesmo ele tendo cortado despesas com praças. A exportação estava indo muito bem, uma fonte de renda que estava modificada; foram construídas várias calçadas, jardins e prédios; foram concertadas estradas; reconstruída o prédio da Cadeia Civil; construção de 12 catacumbas. Esse foi o último ano de gestão para o Coronel Manoel de Freitas Valle, pois o mesmo acabou falecendo em 1916.

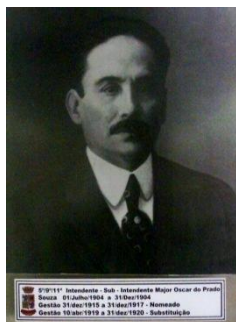
Manoel de Freitas Valle Filho passa o cargo ao seu sucessor Major Oscar do Prado Souza, em 1914. No relatório apresentado em 1916<sup>188</sup> pelo Prado Souza, consta que o município de Alegrete contava de 6 escolas particulares, 3 escolas estaduais e 23 municipais; relata que o matadouro, durante estes três anos, não sofreu reparos; vários reparos foram feitos durante este período, nas ruas, sarjetas e calçadas; no que se refere à Assistência e Higiene, o município só veio passar por problemas com o aparecimento de várias moléstias de caráter contagioso, tifo, sarampo, varíola, em 1915 e 1916.

---

<sup>186</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1º de janeiro de 1914. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1914, p.03.

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1º de janeiro de 1916. Oscar do Prado Souza, Intendente do Município, 1916, p.03.



5º/9º/11º INTENDENTE

Major Oscar do Prado Souza

1ª Gestão: 01 de julho de 1904 a 31 de dezembro de 1904;

2ª Gestão: 31 de dezembro de 1913 a 31 de dezembro de 1917;

3ª Gestão: 10 de abril de 1919 a 31 de dezembro de 1920.

O objetivo do Intendente era a de conseguir empréstimo para a encampação da Empresa de luz elétrica, para dar conforto, economia e progresso para os habitantes. De acordo com Oscar Souza, “A municipalização dos serviços públicos é hoje o ideal, de todos os cultos e uma característica do regime republicano<sup>189</sup>”. Há uma preocupação por parte do Intendente a respeito da comodidade dos cidadãos. Em outro trecho, ele complementa dizendo que “A municipalização é a morte do monopólio...<sup>190</sup>”. Oscar Souza acreditava que é necessário municipalizar todos os serviços para que a iniciativa particular não pudesse explorar senão mediante monopólios.

No Relatório apresentado, em 1917, Oscar Souza afirma que sua gestão, como Intendente provisório, deu-se de 1916 até então. O Intendente relata que a renda municipal estava dando para cobrir todas as despesas, mesmo com uma grande crise, com o país em estado de guerra, afetando assim, a vida ativa da indústria e do comércio. Por falta de assistência médica, 536 pessoas morreram no segundo e primeiro semestre de 1916 e 1917, as causas eram por causa da gripe, sífilis e moléstias epidêmicas; o policiamento contava com 37 praças, 24 trabalhavam na cidade e, 13 na zona rural. O intendente relata que era preciso mais praças, porque a extensão do município pede, e outra, na região da campanha, segundo o Intendente, “... onde os crimes de furto de gado de toda espécie se reproduzem de modo sensacional...<sup>191</sup>”. Quanto às Obras Públicas, afirma que eram conservadas as ruas e praças, construídas calçadas e sarjetas, colocação de placas e numeração nas ruas. De acordo com

<sup>189</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1º de janeiro de 1916. Oscar do Prado Souza, Intendente do Município, 1916, p.26.

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1917. Oscar do Prado Souza, Intendente do Município, 1917, p.19.

Oscar Souza, “O elemento mais eficiente com que conta esta Diretoria é a turma de trabalhadores da Intendência<sup>192</sup>”. De acordo com o Intendente:

Conforme determinação vossa, a exemplo do governo do Estado e atendendo às condições atuais da carestia de vida, fiz aumentar a diária dos trabalhadores na média dos recursos municipais<sup>193</sup>.

Em relação ao Cemitério, havia sido feita a arborização do mesmo; avenidas e praças também foram contempladas com novas plantações; emplacamento das ruas e praças; calçamentos de ruas, avenidas; pontes e estradas arrumadas; a Instrução Pública no município era representada por 24 estabelecimentos de ensino, com o número de 1.308 alunos de ambos os sexos.

Em setembro de 1919, é apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, o Relatório por João Benicio da Silva. João Benicio que, retorna ao poder depois de uma década, relata que a Saúde Pública, neste ano atual, havia sido satisfatória, sem nenhum caráter epidêmico. Ao contrário do ano anterior, esse ano foi menos conturbado, neste aspecto. Mas segundo Benicio, ele instalou um hospital para socorrer os enfermos, o que chamamos, hoje, de Pronto Socorro. A maior preocupação era com a gripe espanhola, mas esta havia sido mais forte na capital republicana. Muitos trabalhadores pararam com suas funções por causa da gripe.

Em relação à Instrução Pública, as escolas estavam divididas em escolas rurais, suburbanas e urbanas; quanto ao policiamento, estava bem provida de fardamento e de montaria, mas faltava armamento. A metade da renda do imposto pecuário destinava-se ao custeio do policiamento rural. De acordo com Oscar Souza, “... Alegrete é já um dos municípios mais bem policiados do Estado<sup>194</sup>”. Já as Obras Públicas, devido à Gripe Espanhola, fez com que operários se afastassem de seus trabalhos, fazendo com que empresas trouxessem de Porto Alegre turmas de alvencios e carpinteiros, outros, procuraram emprego no frigorífico, inaugurado em Rosário. Mas com tudo isso, “... nunca Alegrete se construiu tanto como atualmente<sup>195</sup>”, isso, nas palavras do Intendente Oscar Souza.

De acordo com Benicio da Silva, o Estado Sanitário, “... quer na cidade, quer na campanha é excelente<sup>196</sup>”. Nenhum caso de epidemia, o que realmente preocupava as pessoas,

---

<sup>192</sup> Idem, p. 33.

<sup>193</sup> Ibidem.

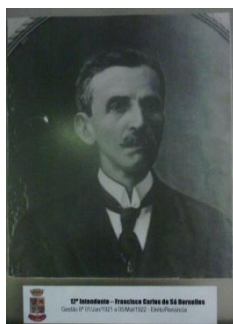
<sup>194</sup> Ibidem, p.16.

<sup>195</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1917. Oscar do Prado Souza, Intendente do Município, 1917, p.17.

<sup>196</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1919. João Benicio da Silva, Intendente do Município, 1919, p.44.

durante este período, foi a pandemia da Gripe Espanhola. Foram criados hospitais fora da zona urbana e, devido a muitos casos de enfermos, criou-se hospitais na própria cidade, para que pessoas fossem tratadas.

Com a morte de Benício da Silva, em seu último ano de mandato, o município foi assumido pelo Vice-Intendente, Oscar do Prado Souza, quando permaneceu até fins de 1920. De acordo com Oscar Souza, as contas do município estavam todas pagas, o funcionalismo em geral não continha nenhum atraso, “O município vai entrando num período de franca prosperidade financeira...<sup>197</sup>”. O município de Alegrete teve seu patrimônio aumentado, “As riquezas do Município progridem, impulsionadas pela coletividade ordeira, trabalhadora...<sup>198</sup>”. A Instrução Pública precisava melhorar, através de uma boa remuneração, pois não havia professores que se propusessem trabalhar; também havia a necessidade de aumentar a verba para o policiamento, uma vez que a cidade precisava; em relação ao Matadouro, havia a falta de água encanada; quanto à Higiene, faltavam verbas para desempenhar um trabalho melhor no município.



12º INTENDENTE

Francisco Carlos de Sá Dornelles

Gestão: 01 de janeiro de 1921 a 05 de maio de 1922.

No dia 20 de setembro de 1921, foi apresentado o Relatório aos membros do conselho municipal, pelo Intendente Dr. Francisco Carlos de Sá Dornelles. Consta no seguinte relatório, que foi inaugurada, no mesmo período, uma escola de música no município. As escolas municipais também estavam se encaminhando bem, mas de acordo com Sá Dornelles “... os professores sejam bem remunerados e que se lhes dê regalias que o magistério requer...<sup>199</sup>”. Falando das Obras Públicas, o intendente demonstra a sua vontade que era prosseguir com os

<sup>197</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1920. Oscar do Prado Souza, Intendente do Município, 1920, p.08.

<sup>198</sup> Idem, p. 11.

<sup>199</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1921. Francisco Carlos de Sá Brito, Intendente do Município, 1921, p.15.

serviços já começados pelo antecessor. Foram aterradas várias ruas, plantio de árvores; quanto a Saúde Pública, o estado sanitário da cidade e da campanha era normal, não contendo nenhum caso de moléstia epidêmica, apenas aconteciam casos como mortes por tuberculose que era a doença que mais apavorava a população; De acordo com o Policiamento, a ordem permanecia inalterada, mas o policiamento ainda continuava deficiente; outro aspecto analisado pelo Intendente era a agricultura, que segundo seus relatos; “Num país vasto como o Brasil em que a população disseminada pelo seu vasto território, mal lhe dará nos calcanhares, somente a policultura dará frutos capazes de fomentar o progresso<sup>200</sup>”.

No Relatório de 1925, Oswaldo Aranha relata de forma clara e objetiva a realidade em que o município de Alegrete se encontrava. O Intendente dá início a seu relatório abraçando a causa de que “é necessário que todos ponham o pulso, o ombro e o coração ao serviço do Alegrete...<sup>201</sup>”. Afirma que Alegrete era uma cidade sem higiene e sem assistência médica, segundo suas palavras, isso “... é triste, desumano, horrível!<sup>202</sup>”. Alegrete, segundo relata, era uma cidade que aglomerava subúrbios de pobreza e miséria, de acordo com Oswaldo Aranha:

Essa gente vive sem trabalho, em ranchos miseráveis, arrastados pela existência, sem utilidade, pela esmola, pelo ganho de um dia, pela caridade, pela tolerância. Vestem mal, comem mal, vivem mal, sem dinheiro para o pão e menos para o remédio<sup>203</sup>.



#### 15º INTENDENTE

Dr. Oswaldo Euclides de Souza Aranha

Gestão: 01 de março de 1925 a 02 de junho de 1927.

---

<sup>200</sup> Idem, p. 19.

<sup>201</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1925. Oswaldo Aranha, Intendente do Município, 1925, p.04.

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Ibidem.

Ao ver tudo isso, Oswaldo Aranha propõe criar assistência pública, adotando recursos para que todos merecessem a ajuda médica. Ressalta que a cidade era rica em solo, clima e ar magníficos, mas a água tinha péssimas condições, sem serviço sanitário. De acordo com sua vontade, esperava dar água pura à população, dar do melhor ao povo de Alegrete, “Darei à minha terra o melhor da minha atividade, o que houver de mais puro e de maior poder realizar<sup>204</sup>”.

Oswaldo Aranha analisa a parte política, ao falar que ocorreram eleições, a ordem pública não sofreu nenhuma perturbação; a respeito da Reforma Constitucional, fala que “Os municípios foram excluídos: não podem nem tomar iniciativa, nem participar da discussão, nem decidir da reforma<sup>205</sup>”. Quanto ao Policiamento, relata que com todo o esforço, deu um policiamento capaz de prevenir assegurando a propriedade e a liberdade. Reconheceu também que “... a polícia é a máxima consumidora dos dinheiros públicos<sup>206</sup>”. A respeito da Instrução Pública, Oswaldo Aranha afirma que “... o alicerce, preparar a base, construir os fundamentos da obra grandiosa da educação nacional<sup>207</sup>”. Ao observar os processos pedagógicos de ensino no município, o Intendente afirma que “... devíamos variar no método de ensino primário, proporcionando uma alfabetização mais rápida, presidida por uma orientação científica...<sup>208</sup>”.

Com relação à situação econômica, Oswaldo Aranha afirma “Está em nosso município a maior riqueza pecuária do Estado<sup>209</sup>”. Os campos estavam em período pastoril de produção natural e extensiva; quanto às Obras Públicas, o Intendente pretendeu providenciar, em primeiro lugar, a água e o esgoto, em segundo, o calçamento, estradas, o jardinamento.

Em relação à Política, Oswaldo Aranha registra em seu Relatório de 1926, a visita do presidente eleito da República, o Dr. Washington Luis, do qual foi recebido com festa pelo povo alegretense. De acordo com o Intendente, a administração estava dentro da mais perfeita contabilidade e organização de serviços públicos. Afirma ter concluído o trabalho proposto no relatório anterior, ao aumentar o dobro de escolas no município, totalizando um número de 56 espalhadas por todos os distritos. Nas palavras de Oswaldo Aranha: “Podemos hoje ter

---

<sup>204</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1925. Oswaldo Aranha, Intendente do Município, 1925, p.06.

<sup>205</sup> Idem, p.08.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 09.

<sup>207</sup> Ibidem.

<sup>208</sup> Ibidem.

<sup>209</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1925. Oswaldo Aranha, Intendente do Município, 1925, p.15.

orgulho do nosso ensino primário não só porque somos o Município dotado de mais escolas, aquele que mais alfabetiza (...)”<sup>210</sup>.

A Saúde Pública, durante este ano, havia tido um regulamento de higiene e assistência elaborado e colocado em prática pelo Intendente Oswaldo Aranha; Alegrete tinha, segundo o Intendente em exercício, o plano geral das obras públicas municipais, com seu estudo técnico, também tinha o aspecto financeiro resolvido.

Destaca-se que Alegrete, teve um período conturbado no ano de 1927 e início de 1928, pois houve trocas de governantes durante todo o ano. O 16º Intendente de Alegrete, Dr. Patrício Zitto Ribeiro de Farias, teve uma gestão muito curta, governou do dia 03 de junho de 1927 a 07 de junho de 1927. O 17º Intendente do município, Tristão Ribeiro Neto, governou no período de 08 de junho de 1927 a 21 de novembro de 1927. Finalizando este transtorno de gestores, Alegrete teve como 18º Intendente, Manoel Lino dos Santos, que governou de 02 de novembro de 1927 a 04 de fevereiro de 1928.



13º/23º/27º INTENDENTE

Coronel Antônio Freitas Valle

1ª Gestão: 05 de maio de 1922 a 31 de dezembro de 1924;

2ª Gestão: 01 de janeiro de 1929 a 05 de dezembro de 1930;

3ª Gestão: 05 de dezembro de 1930 a 07 de maio de 1934.

Antônio de Freitas Valle, irmão do Coronel Manoel de Freitas Valle Filho, relata em seu Relatório de 1929 que, resolveu de início, reorganizar o quadro dos funcionários municipais; a Iluminação da cidade, privada e pública, estava sendo feita por uma empresa particular; quanto à Instrução Pública, neste período, o município constava com um jardim de infância, 12 escolas urbanas e, 22 escolas rurais; O Intendente, junto ao médico da cidade, estava fazendo de tudo pra ajudar os pobres nos tratamentos de doenças mais típicas, como a

---

<sup>210</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1926. Oswaldo Aranha, Intendente do Município, 1926, p.05.

sífilis e a tuberculose; em relação à agricultura, Antônio de Freitas Valle procurou incentivar o plantio de trigo, uma vez que o solo proporcionava uma ótima zona para o plantio. De acordo com o Intendente, estavam chegando muitas famílias de imigrantes, e com isso, acabou disponibilizando algumas terras. Nas palavras do Intendente “... aproveitei o ensejo que se me deparou para encetar a colonização no município...”<sup>211</sup>. Uma das preocupações de Antônio de Freitas Valle era destacar que um dos fatores da riqueza do município, era a criação de gado. E pra isso, fazer relações entre a agricultura e pecuária seria bom para a cidade. Antônio de Freitas Valle governou até o ano de 1934.

### **2.3 Manoel de Freitas Valle Filho: o coronel**

Apresenta-se aqui, a breve história de vida de Manuel de Freitas Valle Filho. Coronel que foi Vice-Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1908-1912), junto ao Presidente Carlos Barbosa. Foi Intendente de Alegrete por três vezes, entre o período que corresponde de 1900 a 1916.

Manoel de Freitas Valle Filho nasceu em Alegrete, no ano de 1867. Era filho de Manoel de Freitas Valle e dona Luiza Jacques Freitas Valle. Casou-se com Rita Macedo Freitas Valle com quem teve oito filhos: Luiza casada com Alfeu Bica de Medeiros; Ana casada com Euclides Brasil Milano; (...) casada com Basileu Medeiros Bica; Rita casada com Simplício Jacques Dornelles; Simplício; Antônio; Manoel e Luiz. Manoel de Freitas Valle Filho era de família tradicional conservadora, mas conseguiu contagiar-se com as idéias positivistas do Partido Republicano Rio-Grandense. Sobrinho de Oswaldo Aranha, durante o governo provisório, chegou a ser um dos coronéis dissidentes junto a outros coronéis e amigos insatisfeitos com a ditadura que estava sendo imposta por Júlio de Castilhos. Segundo Arthur Ferreira Filho “... recebeu durante a Revolução o título de Coronel”<sup>212</sup>.

Ao escrever sobre a imprensa e a “Gazeta” em Alegrete, Fredolino Prunes relata sobre as ligações de sua família com a família de Freitas Valle e afirma a seguinte frase “Meu pai servia de secretário do coronel Freitas e trabalhava para que ele tivesse aderido ao Partido

---

<sup>211</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1929. Antônio de Freitas Valle, Intendente do Município, 1929, p.34.

<sup>212</sup> FILHO, Arthur Ferreira. *Nomes Tutelares do Ensino Rio-Grandense*. 2 Ed. atual. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro – Departamento de Assuntos Culturais, 1977, p. 13.



Republicano Castilhistas; foi fácil a transição, por quanto o amigo apenas acompanhava a oposição por antigas ligações familiares”.<sup>213</sup> Portanto, Manoel de Freitas Valle Filho foi membro da dissidência republicana em 1891<sup>214</sup>, quando recebeu a indicação de “Coronel” (Revolucionário) e possuía laços familiares e pessoais com a oposição ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR). O que faz dele um coronel apaziguador dos ânimos da oposição naquela região.

Assim como seu pai que “Na política foi um dos chefes de mais prestígio de seu tempo, militante no partido conservador<sup>215</sup>”, Manoel de Freitas Valle Filho se destacou sempre entre os seus correligionários. Foi Intendente do município de Alegrete por três gestões, sua primeira Gestão: 01 de janeiro de 1901 a 01 de julho de 1904; a segunda Gestão: 01 de janeiro de 1905 a 31 de dezembro de 1908, quando abriu mão de uma nova eleição municipal, para administrar a Vice-Presidência do Estado junto ao presidente Carlos Barbosa num período de 4 anos; a terceira Gestão, como Intendente do município de Alegrete corresponde a 01 de janeiro de 1913 a 31 de dezembro de 1915. Segundo O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas<sup>216</sup> “Ainda muito jovem se tornou chefe com um prestígio inconfundível, escutado e acatado pelos dirigentes máximos do partido. Sagrado intendente municipal pelo voto quase unânime de seus conterrâneos”.

Homero Dornelles<sup>217</sup> utilizou-se de algumas medidas, em seu livro, referentes à extensão de terra. O autor afirma que 1 sesmaria de campo, corresponde à 3 léguas; que 1 légua de campo, equivale à 50 quadras; que 1 quadra de sesmaria, corresponde à 87, 12 hectares; e que 1 hectare, significa ter 10.000 m<sup>2</sup> de campo.

Nota-se que Manoel de Freitas Valle Filho era um grande proprietário de terras. Sabe-se que em 1904, o mesmo havia comprado mais uma légua de campo, e com esta seriam três léguas. Segundo Luiz Araújo Filho<sup>218</sup> “É a única fazenda do município que presentemente conta três léguas quadradas de superfície, de um só dono”. De acordo com o estudo de Homero Dornelles, Freitas Valle possuía 3 léguas de campo, ou seja, uma sesmaria de campo.

---

<sup>213</sup> PRUNES, José Fredolino. *Notas para a história da imprensa na fronteira do Rio Grande do Sul*. In: Marçal, João Batista. “Gazeta de Alegrete”, os Prunes e seus jornais. Inédito; Acervo Particular de João Batista Marçal. P.58.

<sup>214</sup> ARAÚJO FILHO, Luiz. *O Município de Alegrete*. Alegrete; O Coqueiro. 1908. p. 74.

<sup>215</sup> Idem, p. 244.

<sup>216</sup> TIMM, Octacílio B., GONZALEZ, Eugenio. *O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Rio Grande do Sul: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca e Cia., 1934, p. 4.

<sup>217</sup> DORNELLES, Homero. *Porteiras da História: Estâncias Centenárias de Alegrete*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 02.

<sup>218</sup> FILHO, Luiz Araújo. *O município de Alegrete*. Porto Alegre: CORAG, 1985, p. 275.



219

Manoel de Freitas Valle Filho também manteve contato com o comércio, tornado ele, o único coronel a ter contato com “eleitores” tanto no meio rural quanto no meio urbano, pois a dedicação a este tipo de trabalho também fora herdado de seu pai. Manoel de Freitas Valle Filho manteve por um bom tempo, sua firma comercial “Jacques & Freitas”, que mais tarde se chamaria “Freitas Valle & Jacques”.

Tudo leva a crer que o coronel Manoel de Freitas Valle Filho foi indicado de propósito para governar como Vice-Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pois de acordo com que foi dito, ele era um coronel com vínculos, estruturas políticas, tanto no meio rural quanto no meio urbano, fazendo dele, um coronel diferente dos outros que, ou tinham vínculos só na cidade ou só na campanha.

No Relatório da Intendência referente ao ano de 1902, o novo Intendente, Manoel de Freitas Valle Filho apresenta-se da seguinte forma: “A Lei Orgânica Municipal impõe-me a obrigação de trazer ao vosso conhecimento a situação anual do município ...<sup>220</sup>”, Freitas Valle já começa seu relatório submetendo-se e justificando o porquê de seu programa não ter sido cumprido. Ele afirma que por causa da crise que abalou o país, fez com que não cumprisse com seu planejamento, ou ainda, a falta de verba que continuava. O Intendente relata que teve que aumentar 50 reis por cabeça de gado e que esse era bem justificado por estar aplicado ao auxílio da instrução primária, à assistência pública e policiamento geral, principalmente na região da campanha. Chegou a pedir verbas para a criação de mais escolas municipais, a

<sup>219</sup> DORNELLES, Homero. *Porteiras da História: Estâncias Centenárias de Alegrete*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 139. Estância São Luiz, uma das estâncias do Coronel Manoel de Freitas Valle Filho.

<sup>220</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1902. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1902, p.03.

subvenção de um médico e policiais para a campanha, isso tudo por causa dos freqüentes roubos de gado. De acordo com Freitas Valle, “Com o suficiente aumento da Guarda Municipal, ficará o município provido de força capaz de manter a ordem e garantir a propriedade...<sup>221</sup>”.



4º/6º/8º INTENDENTE

Coronel Manoel de Freitas Valle Filho

1ª Gestão: 01 de janeiro de 1901 a 01 de julho de 1904;

2ª Gestão: 01 de janeiro de 1905 a 31 de dezembro de 1908;

3ª Gestão: 01 de janeiro de 1913 a 31 de dezembro de 1915.

Manoel de Freitas Valle Filho teve que aumentar os impostos em todas as áreas possíveis, e relatou isso, usando como justificativa sempre os recursos, os empreendimentos para o município de Alegrete. Ele relata que seria possível, através de seu esforço, os melhoramentos materiais, de instrução pública, de higiene, de policiamento e ainda, de acordo com suas palavras “... todas as obrigações afetas a meu cargo...<sup>222</sup>”. Nota-se que o Intendente, Freitas Valle, possuía uma grande responsabilidade e compromisso com o eleitorado ao fazer o seguinte comentário:

(...) Srs. Conselheiros, podereis julgar se tenho correspondido bem ou mal à vossa expectativa e honrado os sufrágios daqueles que me elegeram para o cargo de Intendente deste município, assegurando-vos que estou pronto a dar-vos quaisquer outras informações<sup>223</sup>.

O Coronel Manoel de Freitas Valle Filho afirma que o referido semestre em que ministrou, o serviço do policiamento e da Guarda Municipal foi feito com toda a regularidade, correspondente à verba orçamentária; o Estado Sanitário não sofreu nenhuma alteração. Em

<sup>221</sup> Idem, p. 05.

<sup>222</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1902. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1902, p.06.

<sup>223</sup> Idem, p. 06.

relação à Instrução Pública, ele relata que em alguns distritos da cidade, a escola funcionou sem interrupção. O Intendente ressalta, também, que os moradores da região do Caverá estavam reclamando para que fosse inaugurada uma escola na localidade. E essa já havia sido uma questão levantada por João Benício, durante o seu primeiro mandato em 1897. Freitas Valle encerra o seu primeiro relatório dizendo que:

Neste trabalho, justo é confessar, sempre recebi a mais leal e decidida coadjuvação da parte do pessoal subalterno e subordinado desta Intendência, registrando por isto aqui o meu voto de agradecimento<sup>224</sup>.

Ainda se referindo ao mesmo Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Alegrete, Manoel de Freitas Valle Filho apresenta o orçamento para 1903, e diz sentir-se satisfeito por estar comunicando que se fez cumprir o planejamento em 1902, com o aumento da renda municipal. De acordo com o Intendente “... o que prova que a produção e riqueza pública crescem também sensivelmente<sup>225</sup>”. O Intendente também se preocupava muito com as escolas municipais ao afirmar:

(...) Srs. Conselheiros,... penso que toda a prodigalidade será bem justificada sempre que tenha por objetivo rasgar cada vez mais horizontes da grande educação popular por parte do município...<sup>226</sup>.

No campo da Limpeza Pública, o coronel Manoel relata que continuava em boas condições. Mas, em compensação, o Estado Sanitário geral tinha deixado a desejar. Reafirma também, no relatório de 1902, que a região do Caverá era uma região onde a população era densa, na maior parte, dedicada à lavoura e os mesmos tinham a urgência de uma ponte sobre o arroio que tem o mesmo nome.

Manoel de Freitas Valle Filho manteve-se no poder desde que assumiu a Intendência, do período de 1900 ao ano de 1907. Por ter sido indicado para assumir o governo do Estado, ao ser Vice-Presidente de Barboza Gonçalves, do período de 1908 a 1912, afasta-se da Intendência por alguns anos. No Relatório apresentado em 20 de setembro de 1907, Manoel de Freitas Valle Filho faz um balanceamento de como foi o ano de 1906, também relata o primeiro semestre de 1907. Acreditando em sua competência, o Coronel ressalta o seguinte:

---

<sup>224</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>225</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1903. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1903, p.04.

<sup>226</sup> Idem, p. 06.

Folgo em anunciar-vos que a marcha ascendente do progresso do nosso município continua a se uma auspiciosa realidade, em todos os pontos que constituem o mecanismo da nossa organização administrativa, escudada na verdade forte e segura da confiança mútua entre os poderes estadual e municipal<sup>227</sup>.

No Relatório de 1907, Manoel de Freitas Valle Filho relata os acontecimentos de 1906. Durante este ano, a cidade de Alegrete havia crescido muito. De acordo com o Intendente Freitas Valle, houve um desdobramento da indústria bovina e de seus produtos, um aumento da população. Freitas Valle afirma que “O crescimento da população é ainda demonstrado pelo aumento do imposto predial, proveniente de maior número de prédios construídos...<sup>228</sup>”.

A cidade agora tinha 14 escolas, com 420 alunos, sendo que destas, 11 escolas eram do gênero masculino e, 3 do feminino. No meio rural concentravam-se seis escolas e no meio urbano, oito escolas, todas com graus de 1º, 2º, 3º e 4º. Manoel de Freitas Valle Filho ainda afirma que a instrução geral era no município fornecida por 24 escolas de ambos os sexos, entre escolas particulares, estaduais e municipais. Contendo 906 alunos matriculados. Mas de acordo com Freitas Valle, esse número ainda era muito pequeno em relação ao número de habitantes na cidade, representava 3, 85%, porcentagem fraca para 23.487 habitantes.

A Assistência Pública e a Higiene no município, em 1906 e início de 1907, continuava tranqüila, sem ameaças de moléstia ou qualquer outra doença contagiosa. Mas mesmo assim, as mortes eram constantes há anos, e as causas eram as mesmas, tuberculose, falta de assistência médica e sem causa declarada. Segundo Freitas Valle:

Essas três causas de mortalidade aumentam desgraçadamente entre nós, salientando-se que a tuberculose, que na atualidade é a maior devastadora das populações de todo o globo, a ponto de sentirem-se os governos preocupados com a sua propagação (...) <sup>229</sup>.

Freitas Valle observa que a essas três doenças que atingiram a população, não eram somente as causadoras dos óbitos, mas existia um mal muito maior que era a pobreza, a miséria e o abandono a que “... se deixam chegar os representantes das classes mais pobres, vivendo sem o mínimo conforto nem higiene e cuja falta de alimentação (...) não lhes permite

---

<sup>227</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1907. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1907, p.04.

<sup>228</sup> Idem, p. 08-09.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 11.

procurar um médico...<sup>230</sup>”. Segundo o Intendente, chegou a ser feita alguma coisa para ajudar essas pessoas necessitadas, mas o problema era constante.

Quanto às Obras Públicas, o Intendente relata que, em 1905, 1906 e 1907, as ruas e praças foram conservadas, bem como, construídas. No ano de 1905, foi inaugurada sobre o rio Caverá, a Ponte Júlio de Castilhos, no qual O Caderno “Alegrete de Ontem”, de 1973, que recolheu um vasto material informativo a respeito dos acontecimentos ocorrentes na cidade durante o período da República Velha, através do jornal Gazeta de Alegrete, traz a seguinte manchete “Julio de Castilhos”: a ponte sobre o Rio Caverá inaugurada em 1905, em que Júlio, faleceu meses antes da inauguração e, apresenta também uma dedicatória ao Ilustre Chefe do Partido Republicano:

O nome do ilustre político gaúcho, Presidente do Governo do Rio Grande do Sul, falecido meses antes da inauguração do grandioso empreendimento alegretense, foi uma justa homenagem ao considerado não somente o “organizador do Rio Grande Republicano”, como também aquele que incentivou o administrador do município na concretização daquela tarefa que vinha de encontro a uma região considerada celeiro de nossa terra<sup>231</sup>.

Manoel de Freitas Valle Filho já anunciava, em 1907, que Alegrete em poucos meses teria luz elétrica, até então, a cidade possuía luz a querosene. Com a luz elétrica, a cidade teria grande melhoramento no abastecimento de água potável. De fato, O Caderno “Alegrete de Ontem”, de 1973, apresenta a seguinte manchete “1908 luz elétrica em Alegrete<sup>232</sup>”. O Caderno traz a notícia que decorria 65 anos que Alegrete obteve o mais extraordinário dos melhoramentos da época, somente existentes em capitais e grandes cidades: a luz elétrica. Em consequência disso, um grupo de idealistas liderados pelo Dr. João Blesmann, principal acionista e seu primeiro administrador, fundam a Empresa Luz Elétrica Alegretense. Sob a razão social de Dorneles, Blessmann & Cia., e integrada pela firma Bromberg & Cia., e individualmente, por seus sócios irmãos Waldemar e Arthur Bromberg, da Capital do Estado, que somados aos Srs. João Blessmann, Manoel de Freitas Valle Filho, Dr. Tito Marengo e outros alegretenses, constituiu-se a sociedade, por quotas, com o capital de inicial de 60 contos de réis.

---

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> Alegrete de Ontem. Alegrete, 22 de julho de 1973, p. 02.

<sup>232</sup> Idem, p. 04.

Quanto à Qualificação Eleitoral, Freitas Valle relata que, em 1904, haviam qualificados cerca de 1.235 eleitores estaduais e 1.509 federais; em 1905, foram qualificados 1.303 eleitores; em 1907, foram qualificados 2.038 eleitores estaduais.

Em 1908, Manoel de Freitas Valle Filho apresenta o relatório de 1907 com os planejamentos para 1908. Nele, o Intendente presta conta de tudo quanto foi arrecadado em termos de impostos e no que, como e porque foi investido. Começa relatando que o ano que findou, não houve mudanças dentre os funcionários. Em relação à Instrução Pública, matricularam-se 500 alunos de ambos os sexos. Agora, eram 15 escolas, havia aumentado uma na zona urbana; a Assistência Pública, durante o ano, havia sido regular, não havendo nenhuma manifestação epidêmica; quanto às Obras Públicas, afirma que o trabalho era contínuo nos melhoramentos de estradas e praças, pois “... representam maior soma de conforto e comodidades para os contribuintes, principalmente quando tais melhorias se conseguem dentro dos limites das arrecadações...”<sup>233</sup>; a ponte Borges de Medeiros havia passado por uma reforma e já estava disponível aos passageiros e veículos. A outra ponte, Júlio de Castilhos, continuava a servir a comunidade; havia sido inaugurado, a 14 de julho de 1907, o serviço de iluminação elétrica na cidade; no mesmo ano, adquiriu-se para a cidade, o fornecimento de água filtrada para a população.

No dia 1º de janeiro é apresentado pelo Intendente coronel Manoel de Freitas Valle Filho, o Relatório da Intendência às mãos do seu sucessor, Dr. Lauro de Sá Dornelles. Freitas Valle, após oito anos de administração, é substituído. No relatório apresentado faz a seguinte ressalva “... não vos deixo dívida alguma de qualquer espécie a satisfazer”<sup>234</sup>. O coronel Manoel tinha como objetivo, transmitir ao seu sucessor as finanças do município equilibradas, sob o ponto de vista econômico e, de acordo com o seu desejo, os mesmos fizeram-se cumprir. Além disso, Freitas Valle estava muito satisfeito com o novo sucessor, já que este, em sua opinião, era um homem honesto, sério e inteligente.

Manoel de Freitas Valle relata que foram criadas 16 escolas, há mais de 500 alunos sendo avaliados; o serviço de Assistência e Higiene continuava a ser feito regulamente; A ponte Borges de Medeiros estava entregue ao público desde o ano anterior; afirma que, em março, de 1908, estava em licença, então, passou a direção municipal ao Senhor Sub-Intendente do 1º distrito, Capitão Elyseu José Moreira, onde permaneceu até o dia 21 de abril.

---

<sup>233</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1907. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1907, p.08.

<sup>234</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1909. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1909, p.08.

Nesse mesmo relatório há a notícia de que foi feito outro durante a sua ausência e, que nele, encontrava-se a notícia que foi entregue uma remessa de documentos para o Arquivo Público do Estado, isso, atendendo um pedido do Diretor do estabelecimento. Freitas Valle como nos outros relatórios, agradece aos funcionários que tiveram do seu lado, ao Partido Republicano além de seus correligionários políticos. Manoel de Freitas Valle Filho deixa a Intendência para governar o Estado, como Vice-Presidente, junto ao Carlos Barboza.

O Coronel Freitas Valle, depois de quatro anos como Vice-Presidente do Estado, retorna à vida política do município, elegendo-se pela terceira vez como Intendente da cidade de Alegrete. No dia 20 de setembro de 1914, Manoel de Freitas Valle Filho, que estava no seu terceiro mandato, apresenta o Relatório ao Conselho Municipal. Freitas Valle começa com a seguinte declaração “... como de outras vezes em que tenho recebido a honrosa investidura do elevado cargo administrativo de Alegrete, procuro sempre manter a mais perfeita subordinação política...”<sup>235</sup>. Mas faz uma ressalva ao dizer que não só se subordinava perante o chefe supremo do Partido Republicano, mas também “... a todos aqueles, no nosso meio social, representam os grandes ideais da República...”<sup>236</sup>, que a seu ver é representado pelo Conselho Municipal. Nota-se que Manoel de Freitas Valle Filho, em seus escritos, deixa clara a sua subordinação, o seu anseio de fazer as coisas todas certas e manter uma relação de competência e obediência perante o chefe, o partido e seus correligionários políticos.

No Relatório da Intendência de 1913 e 1924, consta que, em relação à Instrução Pública, o coronel Freitas Valle relatou que havia desenvolvido um trabalho auspicioso, pela criação de novas escolas, nos pontos rurais onde se faziam necessárias. No mesmo ano, estavam funcionando corretamente 25 escolas, sendo 5 na cidade e 20 na campanha, com a frequência de 900 alunos de ambos os sexos. O município ainda era composto de 7 escolas estaduais e 7 colégios particulares. Em relação à Guarda Municipal, 100 homens serviam à cidade, metade na cidade e a outra, na campanha, mesmo ele tendo cortado despesas com praças. A exportação estava indo muito bem, uma fonte de renda que estava modificada; foram construídas várias calçadas, jardins e prédios; foram concertadas estradas; reconstruído o prédio da Cadeia Civil; construção de 12 catacumbas no cemitério; e que, as coisas haviam se encaminhado. Esse foi o último ano de gestão para o Coronel Manoel de Freitas Valle.

---

<sup>235</sup> MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 1914. Manoel de Freitas Valle Filho, Intendente do Município, 1914, p.03.

<sup>236</sup> Idem, p. 03.



Manoel de Freitas Valle Filho acabou falecendo na cidade de Porto Alegre, onde se achava provisoriamente em tratamento a 30 de outubro de 1916. No seu Inventário<sup>237</sup> consta que a soma em dinheiro era de 17.222.000 réis; que possuía um carro americano de quatro rodas; 4.826 vacas; 450 novilhos; 47 bois; 450 éguas na Estância São Luis; 465 éguas na Estância da Estrela; 99 patos na Estância São Luis; 54 patos na Estância Estrela; 84 mulas; 83 burros; 137 cavalos mansos; 3.738 ovelhas.

Sabe-se que o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho possuía uma imensa quantidade de campos, não é de se duvidar, pois em seu Inventário, consta que o mesmo deixou 100 quadras de sesmarias de campo, muitos campos correspondentes à estância São Luis, no Ibirocai, muitos correspondentes à sesmaria do Lajeado; deixou também, 48 quadras de campo correspondentes à estância da Estrela, no Ibirocai; tinha posse de outras 47 quadras de campo, lindeiros com a estância São Luis; e na região da Conceição, constava com mais 15 quadras e meia de sesmaria. Além de posses de terras, Manoel de Freitas Valle Filho era dono de muitos imóveis como: metade da casa, na Praça 15 de novembro; duas casas, uma casa na esquina com a Rua General Neto e outra meia água, na mesma rua; duas casas na Rua dos Andradas, uma com a esquina da Barão do Cerro Largo; uma chácara denominada Soteia; a sexta parte de uma casa na praça Paissandu, em Uruguaiana.

---

<sup>237</sup> Inventário de Manoel de Freitas Valle Filho, 1916. Autos: 2.284, nº 102, E: 11 Alegrete, 1º Cartório.

### 3 DA CORRESPONDÊNCIA

#### 3.1 Manoel de Freitas Valle Filho e a escrita de si

“Uma escrita de si” abarca diários, biografias, correspondências, por exemplo, podem ser memórias ou entrevistas de vida. Analisa-se, nesta pesquisa, a “escrita de si” através das correspondências de Manoel de Freitas Valle Filho, político influente do período (1903-1916). Ângela de Castro Gomes<sup>238</sup> afirma que: “Comercialmente, políticos têm atrativos equiparáveis, especialmente quando alcançam lugar de mito na história de seu país”.

A autora fala que “A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se conveniu chamar produção de si no mundo moderno ocidental<sup>239</sup>”. Esta questão designa a idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. Para fazer a análise, necessita-se em um primeiro aspecto, observar a valorização do conjunto de fontes no âmbito privado, se recolhe, organiza-se e socializa-se para a pesquisa histórica; em um segundo aspecto, analisa-se as relações do texto com seu autor; e o terceiro aspecto, analisa-se a existência de um distanciamento entre o sujeito que escreve e o sujeito da narrativa, ou seja, o personagem do texto.

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foram encontradas cinquenta e oito correspondências do Coronel Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros no período de 1903 a 1916. As cinquenta e oito cartas são documentos primários. Sendo que desse número, vinte e duas correspondências apresentam “escrita de si”, ou seja, Manoel de Freitas Valle Filho escreve sobre si.

Primeiramente, as correspondências analisadas são de cunho ativo, embora se tenha relato, em algumas das cartas, de que o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho tenha recebido retorno das mesmas, ou simplesmente recebido, como mostram os seguintes trechos: “Respondendo à vossa apreciada carta de 11 e retribuindo à delicadeza dos conceitos a mim dirigidos...<sup>240</sup>”. Em outro trecho “Tenho presente a vossa apreciada carta de 26 do passado e, a

---

<sup>238</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: Escrita de si. Escrita de si. Escrita da História. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 8.

<sup>239</sup> Idem, p. 10.

<sup>240</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00012, 20/04/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

esta respondendo...<sup>241</sup>” Entretanto, até o momento não se tem notícia de que haja um arquivo de correspondências pessoais de Manoel de Freitas Valle Filho.

Geralmente, Manoel de Freitas Valle Filho começa suas cartas tratando o Borges de Medeiros por “Ilustre” seguido de Amigo, Caro Chefe, Doutor. Depois disso, segue-se com “Saudações Cordiais” ou “Cordiais Saudações”, “Aceitai” seguido de afetuosas saudações, cumprimento. Estes termos são características comuns do tratamento entre estes dois líderes políticos.

As cartas com características de “escrita de si” foram classificadas de acordo com algumas características recorrentes. São três os tipos de cartas com características de “escrita de si”. Cartas em que Manoel de Freitas Valle Filho fala de sua conduta política e pessoal - apresenta-se como uma pessoa submissa às vontades do líder do Partido (Isso se evidencia por sua obediência e pedidos de desculpas); sua dedicação pelos ideais do Partido (PRR); e correspondências onde destaca aspectos de sua vida privada e particular.

Primeiramente, apresentam-se as cartas que apresentam aspectos da conduta de Manoel de Freitas Valle Filho. Na carta do dia 04 de dezembro de 1903, Manoel de Freitas Valle Filho inicia falando de si, de seus préstimos e estima pelo seu Chefe Estadual, Júlio de Castilhos que partiu. Fala de sua convivência com o mesmo, e que isso serviu de escola para ele. No seguinte trecho Freitas Valle apresenta-se uma pessoa que “recebe” ordens e que é seguidor do grupo político do líder estadual dizendo “... Espero vossas ordens e subscrevo-me como sempre, Vosso Correligionário<sup>242</sup>”.

Na correspondência seguinte, ao enviar a carta do dia 22 de dezembro de 1903, Freitas Valle novamente demonstra sua simpatia enorme pelo chefe e sua amizade, relembra os conselhos dados pelo Júlio de Castilhos<sup>243</sup>.

Acredita-se que como Freitas Valle estava iniciando a sua relação com Borges de Medeiros, já que antes possuía relações com Julio de Castilhos e que este havia morrido. Com isso, Freitas Valle ao escrever suas primeiras cartas, mostrou logo que sua conduta seria a mais séria, com base sempre no “espelho” que era o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agora, Borges de Medeiros.

---

<sup>241</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00034, 05/07/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>242</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00002, 04/12/1903 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>243</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00003, 22/12/1903 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Em outra carta, o Coronel Freitas Valle volta a repetir como forma de exaltar o nome do chefe dizendo que as atitudes de Borges de Medeiros servem como referência para a sua conduta. Freitas Valle afirma ser influenciado pela franqueza de Borges de Medeiros, como apresenta o seguinte trecho: “... se não fora a franqueza que me inspira o eminente chefe do Partido Republicano Rio-Grandense...”<sup>244</sup>. Com essas palavras, Freitas Valle afirma que Borges de Medeiros, assim como Júlio de Castilhos foram seus grandes incentivadores de seus ideais, conduta, enfim, serviram como exemplo para que entrasse nessa vida política que levou desde que foi nomeado como coronel, em 1891.

Em segundo lugar, destacam-se as correspondências em que Manoel de Freitas Valle Filho demonstra ser um político submisso. Essa característica de submissão aparece quando ele demonstra obediência e ou nos pedidos de desculpas. Na carta do dia 20 de abril de 1905, Freitas Valle depois de agradecer os bons conceitos atribuídos a ele por Borges de Medeiros, volta atrás ao seu pedido de afastamento ou demissão da Comissão Executiva. Após explicar que esse pedido foi dito num momento de fragilidade, Freitas Valle volta atrás se justificando que: “... entretanto, espero vossas ordens, como soldado arregimentado”<sup>245</sup>.

Geralmente, após um pedido feito, Freitas Valle escreve de sua boa conduta, de seguir os ideais políticos do partido, de acatar as ordens do chefe estadual, mostra-se como o mais subordinado possível. Essa é uma das características do sistema coronelista, por isso, Freitas Valle age dessa forma para a obtenção do favor como é representado no trecho da carta do dia 29 de novembro de 1905:

(...) qualquer que possa ser a solução a dardes em relação a este assunto, será sempre de mim bem recebida e acatada, porque antes de qualquer outra ponderação, vos assevero os meus sentimentos de cordial amizade e subordinação partidária, com as quais podeis contar<sup>246</sup>.

Na carta do dia 04 de fevereiro de 1906, Freitas Valle afirma que mesmo se não estiver fazendo parte da Comissão Executiva do município, pra ele estava tudo bem, porque de qualquer forma permaneceria “... o mais disposto soldado na hora da prova, concorrendo com todo o meu esforço e valimento para a vitória da causa”<sup>247</sup>.

---

<sup>244</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00007, 27/08/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>245</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 000012, 20/04/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>246</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 000022, 29/11/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>247</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00026, 04/02/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

Na carta do dia 05 de julho de 1906, Freitas Valle afirma não ter que repetir que “... a minha conduta tem sido de solidariedade, a mais leal, do que não me arrependo, porque ela não deixa nada de que acusarem-me...”<sup>248</sup>. Primeiro, Freitas Valle Filho justifica-se por servir ao partido, dando do seu melhor. Logo em seguida, na mesma carta, Manoel de Freitas Valle Filho faz a seguinte confissão:

(...) é que começo a sentir os efeitos resultantes de reiteradas injustiças e deslealdades de que tenho sido alvo, e assim, se continuarem as queixas contra mim, nenhuma dúvida porei, pelo bem do partido, em retirar-me à vida de simples cidadão, abandonando uma posição de evidência política, que tanto incomoda dá ao Sr. Dr. João Benicio, e ele poderá então, só, usar de todos os recursos do seu prestígio e popularidade<sup>249</sup>.

Manoel de Freitas Valle Filho afirma indiretamente que seu desprazer político está nas atitudes de seu companheiro político, João Benicio, a quem desde o início o criticou. Freitas Valle prefere, então, deixar o cargo e passar a Benicio, já que este insiste através de provocações. Acrescenta também na mesma carta que:

Assim ficarei fora de questão, sem ódios nem ressentimento, que nunca tive nem provoquei, e continuarei com a mesma dedicação, a servir ao partido que adotei organizado por um grande amigo, cuja memória imensamente venero e que revejo nos judiciosos conceitos do seu sucessor<sup>250</sup>.

Ao afirmar a expressão “... nunca tive nem provoquei...”<sup>251</sup>, Freitas Valle está de certa forma afirmando que Benicio o provoca, mas que ele não quer atritos e prefere apaziguar a situação.

Na carta do dia 26 de abril de 1907, Manoel de Freitas Valle Filho relata que “... há dez anos, vindo ao partido sem pretensões e com mais decidida vontade de bem cumprir as vossas ordens...”<sup>252</sup>. Ao mesmo tempo em que mostra-se subordinado e dedicado, há dez anos, ao partido e ao chefe estadual fazendo prevalecer as ordens estabelecidas, Freitas Valle espera contar com o apoio e a força dos amigos. De acordo com Freitas Valle:

---

<sup>248</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00034, 05/07/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> Ibidem.

<sup>251</sup> Ib.

<sup>252</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00047, 26/04/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

Acho que é tempo de ver se meus amigos dão-me força, a mim que sempre fui tão dedicado! Apelo para a memória do grande amigo Dr. J. de Castilhos e presentemente para o preclaro chefe político, que dirige os destinos rio-grandenses, para que se me faça justiça, se a mereço<sup>253</sup>.

Observa-se na carta do dia 1º de maio de 1907, que Freitas Valle possui certo “ciúmes” em relação a Benício. Num primeiro instante, fala de si, de sua fidelidade sem benefício próprio “... o amigo dedicado e obediente, que sempre fez profissão de fé de sua lealdade, sem exigir nada para si, é que fica no seu Porto e pedi as vossas ordens...”. Logo a seguir, Freitas Valle conclui deixando parecer de que fala de outra pessoa “- e o preferido e cheio de vontades e recalcitrâncias, afasta-se despeitado e rancoroso...<sup>254</sup>”.

Já em 1909, ao escrever uma carta, que foi a única desse ano, Freitas Valle diz que não pretende ser mais Intendente do município de Alegrete, mas que seus serviços serão sempre disponíveis para com a cidade. Manterá sempre o vínculo político com o município e partido. Ao concluir a sua colocação, Freitas Valle afirma nos seguintes trechos que “... isso é que lhe falo com franqueza de um filho sincero a um pai<sup>255</sup>”. Em seguida, conclui a correspondência da seguinte forma: “Sempre, nos momentos necessários sereis o seu soldado, disciplinado, orientado e obediente estar a seu lado<sup>256</sup>”. Mais uma vez submete-se a seu superior.

Na carta do dia 27 de novembro de 1915, Manoel de Freitas Valle Filho faz uma reafirmação do envolvimento dele pela política Castilhista e também afirma “... sempre tenho sido dedicado ao nosso partido e principalmente a seu, que lhe quero e lhe obedeço com verdadeiro carinho<sup>257</sup>”.

Entende-se que ao pedir desculpas, de certa forma, Freitas Valle mostra-se submisso. Em algumas ocasiões, Manoel de Freitas Valle Filho afirma desculpar-se por apresentar assuntos que podem vir incomodar e atrapalhar o precioso tempo de Borges de Medeiros. Freitas Valle com um olhar retrospectivo em relação a sua candidatura, na sua administração diz ter agido como um militante que serve às ordens de ilustres chefes, como Intendente e como membro da Comissão Executiva de Alegrete. Também afirma que, além disso tudo, “Em qualquer um desses terrenos tenho sempre tido por objetivo a perfeita disciplina e a

---

<sup>253</sup> Idem.

<sup>254</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00048, 26/04/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

<sup>255</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00054, 27/11/1909 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00074, 27/11/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

dedicação pelos ideais que abracei,...<sup>258</sup>”. Na mesma carta, Freitas Valle faz sua auto-avaliação em relação a sua administração e afirma que:

(...) entendo de meu dever fazer-vos a explanação sucinta de minha conduta política neste momento, em cada destoante da minha anterior solidariedade, sempre franca, e procurando manter a mais completa harmonia com os companheiros de partido<sup>259</sup>.

Em segundo lugar, apresentam-se as correspondências em que Manoel de Freitas Valle escreve demonstrando ser uma pessoa dedicada aos ideais do Partido. Nestas cartas, ele demonstra suas convicções políticas. Na carta do dia 09 de junho de 1906, Manoel de Freitas Valle Filho acredita que tudo o que faz, faz com responsabilidade, honra, respeito, mas se mostra angustiado quando se refere aos companheiros políticos que, de certa forma, não o respeitam. Afirma:

Esta tem sido sempre a minha norma de conduta, baseada na solidariedade e harmonia política e na lealdade e franqueza em geral, do que não me arrependo, unicamente, pesa-me, sim, que meus companheiros, mais de uma vez, assim não tenham entendido<sup>260</sup>.

Nota-se que esta harmonia e apaziguamento que o Coronel Manoel de Freitas Valle mantinha com a oposição, estava dentro das idéias de ordem social, objetivo político de Castilhos e de Borges de Medeiros para que a sociedade evoluísse para o progresso.

Na carta do dia 28 de outubro de 1906, Manoel de Freitas Valle Filho fala sobre si, sobre as suas atuações dentro do partido, levando o nome do Julio de Castilhos e o de Borges de Medeiros como motivação para sua conduta política, se referindo assim:

De minha parte seguirei o caminho reto, há muito traçado, da minha conduta, - empenhando-me pela grandeza do partido, dos ensinamentos do imortal Dr. Julio de Castilhos e ao lado do seu legítimo sucessor e continuador (...) <sup>261</sup>.

Um dos problemas levantados para a pesquisa foi o de que Freitas Valle havia sido indicado para Vice-Governador do Estado, porque possuía muita influência tanto com

---

<sup>258</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00074, 27/11/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

<sup>259</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00010, 27/11/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

<sup>260</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00031, 09/06/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

<sup>261</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00009, 28/10/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

correligionários políticos, até mesmo com a oposição, já que tinha sido um dissidente político. Costuma afirmar que tenta apaziguar a situação, como reforça no seguinte trecho: “... sempre cuidei prevenir e evitar toda a sorte de atritos e mesquinhas contraproducentes à causa republicana,...<sup>262</sup>”. Em outra carta, falando do mesmo assunto, Freitas Valle diz que “como sabeis tenho sempre procurado harmonizar todas as dificuldades, cedendo de minha parte quaisquer direitos...<sup>263</sup>”.

Em 1911, Manoel de Freitas Valle Filho afirma que o dia que não puder mais servir a Borges de Medeiros e ao Partido Republicano, afirma que “... irei assentar os meus pinotes nessa capital, à sombra sempre de bandeira republicana, como soldado disciplinado de 15 anos<sup>264</sup>”. Segundo ele, mesmo depois que não estiver mais à ativa, continuará sendo um seguidor dos ideais republicanos.

Manoel de Freitas Valle Filho fala a Borges de Medeiros que, se o mesmo não o conhecesse que possui uma quantidade regular de campo “... poderia julgar-me agindo em interesse próprio, o que não sucede<sup>265</sup>”. Freitas Valle justifica-se perante o chefe, com o objetivo de ressaltar mais a sua conduta, a sua responsabilidade para com seus compromissos sérios de chefe político local.

Em relação à vida particular, Manoel de Freitas Valle não costuma falar. A primeira vez que se queixa, foi na carta do dia 12 de maio de 1916, de que esteve muito doente. No seguinte trecho relata a Borges de Medeiros que “De minha parte, tendo também estado gravemente doente, durante cinquenta e dois dias, acho-me em convalescença, somente muito fraco, mas fora de perigo, conforme já vos comuniquei<sup>266</sup>”. Meses mais tarde, Freitas Valle vem a falecer. Nota-se que a morte poderia ser da mesma causa, da qual já vinha sofrendo.

Ainda analisando esta mesma carta, Manoel fala a Borges que não pretende ser novamente intendente de seu município, onde nasceu. Que o que estava dizendo era a verdade, que estava sendo franco como se fosse um filho falando a um pai<sup>267</sup>”. Ainda fala do chefe político Estadual anterior a Borges, Castilhos, é mesmo que nomeou Borges de

---

<sup>262</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00044, 06/02/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>263</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00046, 06/04/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>264</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00055, 25/11/1911 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>265</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00059, 12/04/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>266</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00095, 12/05/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>267</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00054, 27/11/1909 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).



Medeiros para ser Presidente do Estado em seu lugar, dizendo que “Meu saudoso amigo Castilhos não se enganou com seu fiel e dedicado amigo<sup>268</sup>”.

No seguinte parágrafo, ele fala para aconselhar o chefe Borges de Medeiros desta forma “Peço a Deus por sua preciosa saúde e que fique bem forte. O cigarro é um veneno, assim que, para os homens superiores com o meu amigo, é fácil deixar<sup>269</sup>”. Com estes conselhos, Manoel mostra que além de ser submisso a Borges, também se preocupava com a saúde de seu superior, ou seja, aquele que o manteve e que o mantinha no poder.

Na carta enviada em 1913, Freitas Valle intervém a favor de um patrício, por estar sobrando uma vaga de dentista na corporação, sugere seu amigo Julio Vieira Diogo. Começa a carta assim:

Venho ao caro chefe com o fim de obter um especial serviço, para ser útil a um patrício. É o cirurgião – dentista Julio Vieira Diogo, que deseja colocar-se na Brigada Militar, e como me consta que há uma vaga de dentista nessa corporação, seria um ato que muito me punharia<sup>270</sup>.

### **3.2 As relações clientelistas entre os chefes políticos, municipal e estadual.**

A prática clientelista é conhecida pela troca de favores, pelo pedido, pelo apadrinhamento, pela recomendação, entre outras características. De acordo com Biavaschi<sup>271</sup>, este *habitus* confirma-se na não percepção por parte dos dominados de quem são seus dominadores, como ele mesmo, evidenciou ao analisar as cartas enviadas a Borges de Medeiros em que os remetentes requerem auxílio ao líder estadual para resolver suas mazelas que tem origem na orientação do próprio líder partidário.

Uma parte das correspondências reportam as práticas clientelistas no sistema coronelista, entre chefe político local, o coronel Manoel de Freitas Valle Filho e chefe político estadual, Borges de Medeiros, no período da República Velha. Márcio Cordeiro Biavaschi,

---

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> Ibidem.

<sup>270</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00065, 11/07/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>271</sup> BIAVASCHI, Márcio Cordeiro. In: *Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história*/Organizador Margaret M. Bakos. Porto Alegre: Palier, 2008.

em seu artigo intitulado “O *habitus* coronelista na correspondência passiva de Borges de Medeiros”, diz que:

Amplamente se pode observar o *habitus* próprio ao sistema coronelista no Rio Grande do Sul na Primeira República através das práticas coercitivas, como o voto a cabresto, pelas trocas de favores, e aquelas permeadas por relações de cunho clientelista<sup>272</sup>.

José Murilo de Carvalho<sup>273</sup> diz que os pedintes podem ser classificados como o pedinte *chato*, aquele que faz pedidos constantes; o *exigente*, aquele que além de exigir um emprego ainda tem uma condição, como o exemplo usado pelo autor em sua análise: “Podia ser qualquer emprego, desde que o vencimento não fosse inferior a dois contos de réis ao ano, soma razoável á época (...)”<sup>274</sup> Outro tipo de pedinte era o *modesto*, aquele que aceita qualquer emprego, pois confiava na boa fé de seu superior; existia também o *prático*, aquele que emendava um pedido atrás do outro numa mesma carta, sem cerimônia. Além dessas características apresentadas por Murilo de Carvalho, acrescentam-se outras como o pedido indireto, o apelo, quando o pedido é seguido de uma “chantagem”, uma forma de ser atendido; outros, são pedidos variados;

Fazendo uma comparação de acordo com essas características apresentadas por Murilo de Carvalho a respeito dos “tipos de pedintes”, percebe-se que o coronel Manoel de Freitas Valle Filho possuía um pouco de cada característica. Muitas vezes, Freitas Valle fazia questão de lembrar um pedido já feito a Borges de Medeiros, isso porque os mesmos não haviam sido atendidos. Na carta do dia 04 de dezembro de 1903<sup>275</sup>, Freitas Valle retoma os pedidos feitos em uma carta anterior, todos os pedidos para amigos políticos. O Coronel volta atrás em dois dos pedidos e diz que é por razões convenientes à política e que não estaria querendo causar atritos dentro do partido.

Na carta do dia 02 de julho de 1904, o Coronel Manoel lembra ao Borges de Medeiros a respeito de um pedido de nomeação já feito no seguinte trecho da carta: “Lembro ao amigo o meu pedido de nomeação de um Delegado de Hygino para esta cidade, e conforme meu telegrama, indicamos o Dr. Alpheu Bicca de Medeiros<sup>276</sup>”. Nota-se que Freitas Valle utiliza-se de outro meio de comunicação, além das cartas se utilizava também telegrama. Através dele,

---

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº.1, 2000, pp.83 a 117.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00002, 04/12/1903 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>276</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00005, 02/07/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Manoel e Borges conversavam e alguns pedidos também eram feitos através deste meio. Talvez por isso, é que o coronel Freitas Valle enviava cartas menos frequência.

Na carta do dia 05 de setembro de 1905<sup>277</sup>, Manoel de Freitas Valle Filho inicia sua carta para reiterar o seu pedido a respeito da licença de um amigo para a Promotoria de outra comarca de igual categoria. Manoel explica a divergência política do mesmo para com os seus superiores juízes do foro.

Em outra correspondência<sup>278</sup>, o Coronel Freitas Valle chama a atenção e diz reiterar seus pedidos a respeito das nomeações de seus amigos políticos para a Guarda Nacional, já que para Freitas Valle, era muito urgente e importante. Uma vez que Freitas Valle já havia dado sua palavra perante seus correligionários políticos.

Em uma das cartas enviadas a Borges, em 1906, Manoel de Freitas Valle interfere novamente a favor de Hygino Pereira Nunes, desta vez, para arrumar uma colocação de auxiliar na guarda aduaneira. Percebe-se que Freitas Valle é insistente, agora que “surgiu” outra vaga, tenta encaixar o Delegado Hygino. No trecho nos diz que:

No intuito de ser útil a um amigo, o qual é ao mesmo tempo um bom companheiro político, com muitos bons serviços prestados ao partido, inclusive os de Campanha, venho perante o amigo e chefe pedir para ele uma colocação de auxiliar na guarda aduaneira<sup>279</sup>.

Em outras cartas, Freitas Valle junto a amigos políticos já haviam pedido a Borges de Medeiros para que indicasse os amigos políticos a oficiais da Guarda Nacional, mas os pedidos não foram aceitos. Na carta do dia 06 de abril de 1907<sup>280</sup>, Freitas Valle pede novamente as nomeações para oficiais da Guarda Nacional. Justifica dizendo que estas nomeações têm todo o apoio da Comissão Executiva, isso para reforçar o pedido, há mais pessoas apoiando nessa decisão.

Em novembro de 1905, Manoel de Freitas envia uma carta explicando o seu pedido e pede que este não fique sem resposta. Ele trouxe a explicação e toda a história do telegrama, com a finalidade de lhe reforçar o pedido já feito. Na mesma correspondência ressalta a

---

<sup>277</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00021, 05/09/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>278</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00009, 28/10/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>279</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00027, 17/02/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>280</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00046, 06/04/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

seguinte informação, ao saber de um telegrama enviado para os seus correligionários e que Benicio,

(...) não achou conveniente que vos transmitisse tal pedido, por lhe parecer assunto que poderia ocasionar dificuldades de solução, sob o ponto de vista político, o que talvez vos contrariasse<sup>281</sup>.

Benicio não queria que o assunto fosse mostrado ao chefe estadual por razões que este dificultaria a inclusão de um dos seus companheiros políticos a um cargo a candidatura federal. Freitas Valle manda a correspondência para que Borges tome as decisões cabíveis em relação ao indicado que escolher.

Na carta do dia 13 de junho de 1906<sup>282</sup>, Manoel de Freitas intervém a favor de um amigo correligionário político que pretende deixar o atual emprego para conseguir uma colação condigna com suas aptidões e condição social, também por este possuir relevantes serviços ao partido e à República. O Coronel afirma que este amigo já fez muito pelo partido e que merece obter a colocação que deseja.

O ano de 1913, foi o ano em que Manoel de Freitas Valle Filho enviou mais cartas, totalizando 3 no mesmo ano. Todas com pedidos aos seus amigos políticos. Na terceira carta enviada neste ano, na qual ele intervém em favor da professora Almerinda Closs, residente em Porto Alegre, e que precisa de uma nomeação para dar aulas, Manoel é bem prático e direto, começa a carta desta forma: “Venho perante o caro chefe hoje reiterar o pedido que vos fiz relativamente à professora D. Almerinda Closs, atualmente residindo em Porto Alegre”<sup>283</sup>. Em seguida expõe o problema e o pedido “O meu anterior pedido foi para conseguir a sua nomeação para alguma das aulas dessa capital, ou do Estado”<sup>284</sup>.

Nesta mesma carta, Manoel de Freitas Valle fala que já havia feito este pedido e que voltava de novo a pedir, pois este, até o atual momento não havia sido considerado. Desta forma estava intervindo de novo a favor da professora. Nota-se que pela primeira vez, neste conjunto de correspondências, aparece uma figura feminina.

Na carta do dia 1º de junho de 1914, Freitas Valle explica que por causa da crise geral, quinze praças forma encaminhados para Quarai, mas que estavam fazendo falta para o

---

<sup>281</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00022, 29/11/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>282</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00033, 13/06/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>283</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00062, 17/06/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>284</sup> Idem.

município, então, Freitas Valle faz seguinte pedido “... peço-vos digneis ordenar as necessárias providencias para o pronto regresso deles...”<sup>285</sup>. Freitas Valle justifica seu pedido dizendo que “... Alegrete desenvolve-se e torna-se populoso, há a necessidade de manter na campanha<sup>286</sup>”.

No decorrente ano, 1914, Freitas Valle informa em outra carta que esta tem por finalidade pedir com urgência a transferência de um amigo, por este estar sendo hostilizado por inimigos e pelo posto fiscal. Freitas Valle intervém a favor deste amigo “... porque, ao contrário lhe farão alguma traição<sup>287</sup>”.

Classificaram-se os tipos de pedintes e um deles era o tipo modesto. Freitas Valle mostra-se modesto, algumas vezes, pois concorda com tudo que o chefe estadual decidir, pra ele estará bem.

Na carta do dia 27 de junho de 1916, Freitas Valle relata que julga importante para o desempenho do serviço público, a nomeação de mais um guarda. De acordo com Freitas Valle “... se nisto estiverdes de acordo, peço a vossa eficaz intervenção neste sentido e, neste caso, indico o nome do nosso companheiro Joaquim Pedro de Barros Bicca<sup>288</sup>”.

Percebe-se que Manoel de Freitas Valle costuma ser submisso como é apresentado em outro trecho da carta do dia 29 de novembro de 1905, após fazer seu pedido, Manoel se mostra uma pessoa subordinada ao afirmar que:

(...) qualquer que possa ser a solução a dardes em relação a este assunto, será sempre de mim bem recebida e acatada, porque antes de qualquer outra ponderação, vos assevero os meus sentimentos de cordial amizade e subordinação partidária, com as quais podeis contar<sup>289</sup>.

Na carta do dia 20 de abril de 1905<sup>290</sup>, Manoel de Freitas Valle Filho pede para voltar atrás no pedido de afastamento do município. Diz esperar uma resposta de seu chefe para que continues na comissão Administrativa de seu município.

---

<sup>285</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00082, 01/06/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00086, 03/12/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>288</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00102, 27/06/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>289</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00022, 29/11/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>290</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00012, 20/04/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Nesta subdivisão, Freitas Valle, muitas vezes, é um pedinte prático, pois faz um pedido atrás do outro. Ao escrever a primeira correspondência de que se tem notícia, do dia 03 de outubro de 1903, o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho, na época, Intendente de Alegrete e que começa manter “laços de amizade” com Borges, fala que “... diversos empregados do foro, os quais me haviam pedido para intervir seu favor perante o criterioso e justiceiro chefe de nosso Estado<sup>291</sup>”. Percebe-se logo que Freitas Valle faz um primeiro pedido seguido de bons adjetivos a Borges. Ele, chefe político local pede ao chefe político Estadual por seus amigos, correligionários políticos ou não, a obterem seus pagamentos por serviços forenses há muito julgados e terminados. Manoel de Freitas conclui dizendo que:

Assim é que venho à presença de meu amigo e chefe interpor meus bons ofícios, no sentido de favorecer a reclamação, que me parece fundamentada, daqueles funcionários, nossos amigos políticos, bons companheiros políticos, bons servidores, necessitando de haver o que lhe é devido, como vais a ver<sup>292</sup>.

Em outra carta, 1904, Freitas Valle início a mesma dizendo que para ser útil a um amigo correligionário, vinha perante o amigo, Borges de Medeiros, fazer o seguinte pedido para que o mesmo interviesse num problema de um inventário da Dona Maria José Dorneles. Freitas Valle pede apoio para a confirmação da sentença, já que segundo ele:

A confirmação da sentença apelada é um ato de justiça e de grande moralidade, para o qual eu desejo concorrer, mas que o não poderei conseguir sem a vossa valiosa intervenção...<sup>293</sup>.

Em 1905, Manoel de Freitas Valle Filho envia uma carta a Borges de Medeiros com o objetivo de solicitar pedidos de vários amigos e companheiros e também para que Borges intervenha junto ao Dr. General Comandante do distrito militar no seguinte trecho da carta:

Desejando comprazer aos pedidos de vários amigos e companheiros, venho solicitar a vossa prestigiosa intervenção junto do Dr. General Comandante deste distrito militar a fim de ser incluído na primeira lista de promoções por merecimento o nome do nosso bom correligionário Capitão Alicastro da

---

<sup>291</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00001, 03/10/1903 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>292</sup> Idem.

<sup>293</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00008, 30/08/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Fontoura, oficial distinto e cheio de serviços da campanha em prol da causa da republica (...) <sup>294</sup>.

Na carta do dia 03 de junho de 1905, Manoel de Freitas Valle Filho remete uma procuração dando poderes ao Borges representá-lo na empresa da Federação e já fala o seguinte “Espero que me fazeis o obséquio de aceitar o encargo, o qual me foi indicado pelo Dr. Coronel Evaristo do Amaral<sup>295</sup>”. Percebe-se nas palavras de Freitas Valle, que ele não só pede, mas também exige que Borges o represente.

Em 1906, Freitas Valle dá início a sua correspondência pelo seguinte trecho “A presente carta tem por fim especial solicitar de vossa amizade um relevante serviço, para ser útil a duas pessoas, a quem muito desejo comprazer...<sup>296</sup>”. Um dos pedidos indiretamente é para seu amigo político Julio Ruas, o outro, diretamente, para o filho Julio Ruas, jovem republicano. De acordo com Manoel de Freitas Valle:

Posso afirmar-vos que o meu recomendado reúne em si os melhores predicados para qualquer cargo que possa ser confiado a sua inteligência, ilustração e moralidade<sup>297</sup>.

Logo após, justifica seu pedido:

Seria uma alta prova da vossa consideração o patrocínio do meu pedido para este distinto moço, o qual, tenha certeza, saberá corresponder à confiança que lhe haja de ser outorgada no cargo que proporcionarades para ele<sup>298</sup>.

Em 1909, Manoel de Freitas Valle Filho já estava no poder a nível Estadual. Como Vice-Presidente do Estado, Manoel, que se manteve em sua cidade, Alegrete, continua a escrever para Borges. Em uma das cartas, Manoel inicia se referindo ao ex-presidente desta forma “Estimarei, de coração, que meu caro amigo goze saúde<sup>299</sup>”. No seguinte trecho fala assim “O Dr. Manoel Romero, Juiz Distrital desta cidade, vai pedir demissão, por isso peço ao caro amigo para ser nomeado o Dr. Eugenio Pires”. Por conseguinte, faz outro pedido, na

---

<sup>294</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>295</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00016, 03/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>296</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00028, 06/03/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>297</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00028, 06/03/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00054, 27/11/1909 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

verdade uma exigência; “Peço também que o juiz de Comarca que for nomeado para o Alegrete, seja uma pessoa íntegra e competente<sup>300</sup>”. Observa-se que Manoel sempre se refere ao Borges elogiando-o e depois lhe pede a aprovação de algo que beneficie ao próprio missivista quanto seu protegido através de vários pedidos em uma mesma carta.

Na carta do dia 04 de setembro de 1905<sup>301</sup>, Manoel relata que há a preocupação com a nomeação de componentes da Guarda Nacional, ele refere-se aos pedidos já feitos em relação a amigos correligionários. Afirma estarem se tornando urgentes nomeações de oficiais para a Guarda Nacional.

Manoel deixa claro que nem todo o pedido era aceito por Borges, quando fala dos nomes indicados para a Guarda Nacional. Também afirma ter evitado um gravíssimo incidente ao referir-se aos pedidos de oficiais e estes serem negados por Borges, causando desavenças no partido. De acordo com Manoel “... o caso da rejeição das anteriores propostas da Guarda Nacional, incidente este que causou aqui muita má impressão, que ainda não desapareceu do espírito dos preteridos<sup>302</sup>”.

Manoel de Freitas Valle diz ter solicitado através de telegrama, pedido para nomeação do Dr. Alpheu Bicca de Medeiros para delegado de Higiene, mas Borges havia dito que não tinha verbas para criação deste cargo. Freitas Valle também lembra ao Borges que como não foi aceito o pedido, por motivos já esclarecidos, então que o pedido que fez, seja obtido para outra coisa. Sugere então, que Alpheu Bicca de Medeiros seja nomeado para médico adjunto do exército, e defende que ele é pessoa da terra, é seu futuro genro, e que o conhece muito bem. Observa-se ainda, que este é o único pedido, que se tem notícia, se referindo a um parente. Freitas Valle afirma que:

(...) acredite que terei motivo de justos agradecimentos para V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> em cujo prestígio indiscutível confiamos em como todos os que, amargamente, lamentam a perda do nosso maior amigo – o Dr. Castilhos<sup>303</sup>.

Freitas Valle, quando pode, costuma agradecer ao Borges de Medeiros como nos apresenta na seguinte carta do dia 27 de novembro de 1915<sup>304</sup>, Manoel de Freitas Valle Filho

---

<sup>300</sup> Idem.

<sup>301</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00020, 04/09/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0007, 27/08/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>304</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00074, 27/11/1913– Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).



remete um pacote com um traje de seda crua para Borges de Medeiros, e duas caixas de doces para a esposa de Borges, dona Carlinda. Também remete-lhe algumas medalhas com o retrato de Borges, feitas na Alemanha.

Ao mesmo tempo em que presenteia Borges, Freitas Valle também afirma que Borges poderá estar pensando “... Freitas Valle sempre anda me presenteando, porém também dirá ele nunca me pediu nada que não fosse digno<sup>305</sup>”.

De acordo com as palavras de Freitas Valle, o próprio reconhece que seus pedidos são muitos, que isso pode estar passando dos limites e que pretende diminuí-los. Em 1916, Freitas Valle se refere assim ao falar de seus pedidos demasiados “... tenho-vos molestado ultimamente com pedidos, mas tratarei de limitá-los<sup>306</sup>”.

Analisando as cartas por outro aspecto, nota-se que há também os pedidos feitos em “conjunto”, porque além do Freitas Valle, estes são reforçados pelos amigos políticos do partido. Um exemplo desse tipo de pedido está na carta do dia Em 1905, Manoel de Freitas Valle Filho envia uma carta a Borges de Medeiros com o objetivo de solicitar pedidos de vários amigos e companheiros e também para que Borges intervenha junto ao Dr. General Comandante do distrito militar no seguinte trecho da carta:

Desejando comprazer aos pedidos de vários amigos e companheiros, venho solicitar a vossa prestigiosa intervenção junto do Dr. General Comandante deste distrito militar a fim de ser incluído na primeira lista de promoções por merecimento o nome do nosso bom correligionário Capitão Alicastro da Fontoura, oficial distinto e cheio de serviços da campanha em prol da causa da republica (...) <sup>307</sup>

Na carta do dia 11 de setembro de 1906<sup>308</sup>, retoma o assunto sobre as nomeações dos oficiais da Guarda Nacional. Conforme Freitas Valle, esses pedidos foram lembrados pelo Sr. Dr. Diogo Fontoura, para que ele interviesse junto ao novo governo, por achar fácil a decretação dos postos.

Em outra carta do mesmo ano, o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho vem, através de seus amigos correligionários, solicitar a intervenção do Dr. General Comandante do distrito militar, a fim de ser incluído o Correligionário político Capitão Alicastro da Fontoura,

---

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00099, 04/06/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>307</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>308</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00037, 11/09/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

na primeira lista de promoções por merecimento. De acordo com Freitas Valle, “... oficial distinto e cheio de serviços da Campanha em prol da causa da república...”<sup>309</sup>. Manoel afirma que seu pedido de intervenção é também junto ao General Salles.

Na última carta que representa este aspecto de pedidos em conjuntos, acrescenta-se a do dia 06 de fevereiro de 1907, em que Manoel de Freitas Valle Filho ao concluir a sua carta fala: “Termino pedindo, eu e meus amigos, as vossas ordens sobre a candidatura presidencial<sup>310</sup>”.

Analisando as correspondências percebe-se de que há pedidos indiretos. Freitas Valle costuma fazer os mesmos, na entrelinhas. Um exemplo desse tipo de pedido indireto é notado na carta do dia 26 de abril de 1907. Manoel de Freitas Valle Filho agradece a carta recebida por Borges de Medeiros e diz que com as ordens recebidas, haverá uma nova reorganização da Comissão Executiva. Seguindo o discurso, Freitas Valle faz o seguinte pedido “... é de conveniência fazer-se a eleição da Comissão Executiva pelo último alistamento estadual, entre outros motivos, por ser mais numeroso e completo<sup>311</sup>”.

Na carta do dia 29 de maio de 1914, Manoel de Freitas Valle Filho faz um pedido indireto da seguinte forma:

Apresento-vos o portador Sr. Cel. Elvidio Basboca, que vai a essa capital tratar de assunto importante, que lhe diz respeito, esperando merecer do nobre chefe amparo à sua causa e justiça que lhe assiste”. “Peço que este companheiro a vossa valiosa proteção, a fim de que este não venha a sofrer em seus interesses e fazendo valer a justiça da sua causa<sup>312</sup>”.

Analisando estes dois trechos, vê-se que o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho não faz um pedido direto, mas dá sugestões de como Borges poderia beneficiar este amigo. Freitas Valle obtém vários benefícios através de pedidos indiretos.

O coronel ressalta, na carta de 04 de fevereiro de 1906<sup>313</sup>, que seria conveniente e muito que o Sr. João Benicio fosse o chefe exclusivo e ostensivo do partido. Manoel afirma que há um interesse político e passa a explicar qual a situação. Diz que Benicio o ajudou

---

<sup>309</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>310</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00044, 6/2/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>311</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00047, 26/04/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>312</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00081, 29/05/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>313</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00026, 04/02/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

enquanto seus companheiros executivos o deixaram de lado. De certa forma está fazendo indiretamente um pedido, através da exposição do seu desejo.

Em outros aspectos analisa-se pedidos diversos, como no caso da carta do dia 27 de novembro de 1909<sup>314</sup>, Manoel de Freitas Valle Filho dá início a sua carta com um pedido favorecendo a um Juiz distrital de Lagoa Vermelha, pois o outro pediu demissão.

Em 1913, Manoel de Freitas Valle Filho faz um pedido de emprego para um patricio, um cirurgião dentista que deseja colocar-se na Brigada Militar. De acordo com Freitas Valle “... como me consta que há uma vaga de dentista nessa corporação...”<sup>315</sup>. Então, aproveitou a oportunidade e fez o pedido para o cargo, já indicando alguém para o cargo.

Os pedidos geralmente são a favor de amigos, companheiros políticos, parentes, doutores, coronéis, funcionários, entre outros. Na carta do dia 08 de agosto de 1916<sup>316</sup>, Freitas Valle afirma ser importante a instalação da Escola de Engenharia e para isso, faz o pedido para que seja nomeado para diretor o Dr. Ernesto de Freitas Xavier, já que é o atual diretor de obras municipais de Alegrete.

Geralmente, para a obtenção de um cargo, o coronel tinha que convencer o chefe estadual falando muito bem do pretendente ao cargo. Então, estes explicitavam as boas ligações do pretendente aos cargos e favores de acordo com o candidato, sua competência e conhecimentos técnicos, o lugar social do pretendente, além de demonstrar os valores paternalistas do mesmo, entre outras características com o intuito de conseguir o cargo. Muitas vezes, há também o apelo, como “Seria uma prova de consideração para comigo, se amparásseis a pretensão de minha recomendada a quem muito desejo porvir. Vosso amigo grato<sup>317</sup>”.

Manoel de Freitas Valle Filho usa de uma espécie de “chantagem emocional” para a admissão de seus pedidos como o exemplo da carta do dia 18 de setembro de 1913, Freitas Valle intervém a favor de um companheiro dedicado, que necessita de uma colocação de acordo com sua posição social e que merece que a proporcione. Finaliza a correspondência

---

<sup>314</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00054, 27/11/1909 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>315</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00065, 11/07/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>316</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00105, 08/08/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>317</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00062, 17/06/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

afirmando que “Será para mim motivo de muita gratidão a vossa boa vontade em relação a este pedido<sup>318</sup>”. De certa forma, induz a decisão de Borges de Medeiros.

Na carta do dia 04 de abril de 1914, Freitas Valle pede a valiosa influência a fim de ser útil a um amigo, por ser um competente profissional na carreira a que se tem dedicado. Freitas Valle apela para que Borges acate o pedido desejado e para que ele, Freitas Valle, não decepcione o companheiro político. Acredita-se que Borges tenha se sentido pressionado dentre as diversas apelações de pedidos feitos por Freitas Valle como segue a seguir:

Em tais circunstâncias é que venho merecer do caro chefe a sua influência em favor do Dr. Evandro Ribeiro e tornaria como uma das grandes provas de consideração para comigo, se vos decidistes a amparar a causa dele, no sentido de ser aproveitado para fazer parte do quadro efetivo dos empregados da Inspetoria Federal das Estradas (...)<sup>319</sup>.

Em 1914, Freitas Valle afirma na seguinte carta que “Muito tenho me dirigido ao querido chefe e quase sempre para ser útil a alguém,...<sup>320</sup>”. Afirma que o pedido desta carta era particular, referente ao seu amigo e conterrâneo Major Julio Bicca de Freitas, pela melhoria da situação atual dos funcionários com exercício no cartório de órfãos de Alegrete, exercendo o cargo desde 1905. Nota-se que nesta outra carta, são usados os mesmos artifícios para que se obtenha o pedido desejado, quando Freitas Valle conclui a carta dizendo:

(...) tomarei como grande prova de consideração vossa, o interesse em que acolherdes este pedido, melhorando os vencimentos do escrivão de Órfãos de Alegrete, conforme ele requereu (...)<sup>321</sup>.

Freitas Valle escreve a Borges de Medeiros solicitando que este intervenha junto ao poder competente, a fim de conseguir a nomeação de Vice-Cônsul para um companheiro político, residente, atualmente, na República Oriental. Segundo Freitas Valle “Ele deseja ser nomeado para Serro Largo em Riveira, onde há vagas, mas informa-me que tais nomeações dependem de indicação vossa<sup>322</sup>”. Ao finalizar a carta, Freitas Valle conclui a carta com o

---

<sup>318</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00070, 18/09/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>319</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00078, 04/04/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>320</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00080, 19/05/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00094, 24/12/1915 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

típico agradecimento entre coronéis e superiores, “... ser-me-ia grato se vos dignásseis amparar a pretensão que tem, indicando-o para algum dos lugares pedidos<sup>323</sup>”.

Na última carta do conjunto, analisada no trabalho é a que corresponde ao ano de 1916. Manoel de Freitas Valle Filho já havia deixado o cargo de Vice-Presidente do Estado já se passava quatro anos. Esta correspondência, então, vai ser a última de Manoel, antes de sua morte neste mesmo ano, a Borges de Medeiros. Nela, ele inicia fazendo outros pedidos como “volto ainda sobre o mesmo assunto da Estação Experimental, em que vos falei, interessando-me para que uma dessas estações seja criada neste município<sup>324</sup>”. Com este pedido, Manoel se mostra preocupado com sua cidade, procura arrecadar coisas boas para sua terra natal com a intenção de melhorá-la. Em um seguinte trecho ele mesmo pede que:

Continuando a esperar que conseguireis a criação em Alegrete, pela Escola de Engenharia de um tal melhoramento, interessa-me vivamente seja nomeado para o cargo de seu diretor o Dr. Ernesto de Freitas Xavier (...) <sup>325</sup>

Nota-se que na última carta do conjunto, o coronel deseja coisas e necessita da permissão de Borges de Medeiros, que agora, estava de novo formalmente ao poder, como Presidente do Estado. Na última nota se refere assim ao Borges:

Contando com vossa melhor vontade e real prestígio aliado ao alto interesse que vos caracteriza, em tudo que se prenda ao progresso de nosso Estado, vos envio agradecimentos... afetuoso amigo e incondicional companheiro<sup>326</sup>.

Feitos os pedidos, Manoel de Freitas Valle, geralmente, justifica o seu pedido, como este a respeito de Julio Ruas “Posso afirmar-vos que o meu recomendado reúne em si os melhores predicados para qualquer cargo que possa ser confiado à sua inteligência, ilustração e moralidade<sup>327</sup>”. Ruas seria útil à “rede” na medida em que era um jornalista e proprietário de um jornal e uma gráfica. Dando continuação à carta, o coronel tenta convencer o Borges através, digamos, de certo tipo de retribuição de favores. Manoel espera que Borges retribua tudo o que ele fez e faz em nome do Partido Republicano Rio-Grandense. Isso se pode analisar no seguinte trecho:

---

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0105, 08/08/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> Ibidem.

<sup>327</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0028, 06/03/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Seria uma alta prova da nossa consideração o patrocínio do meu pedido para este distinto moço, o qual tenho certeza, saberá corresponder á confiança que lhe haja de ser outorgada no cargo que proporcionardes para ele<sup>328</sup>.

Na carta do dia 22 de abril de 1905, Manoel de Freitas a inicia ressaltando de que sempre pede algo, ou seja, ele mesmo reconhece que é um pedinte assíduo. Dessa vez, intervém a favor de um companheiro político, propagandista do partido de que seja nomeado para o cargo de Subchefe da Polícia. Borges de Medeiros estava pensando no Subchefe da polícia de Uruguaiana, mas Manoel intervém a favor de seu correligionário político, o Coronel Frederico Ortiz. Fala muito bem a respeito desse senhor exaltando suas habilidades e competências. Freitas Valle afirma que o outro concorrente ao cargo, era até há pouco tempo dissidente. Ele afirma que não estava somente indicando, mas que também estava pedindo “... não só estou indicando, mas até pedindo-vos a nomeação efetiva do Dr. F. Ortiz, e o meu caro chefe me relevará este pedido, que se justifica...”<sup>329</sup>.

Observa-se também que o coronel Manoel de Freitas Valle Filho era um pedinte exigente, não no sentido de condicionar alguma coisa, mas sim, quando junto ao pedido, mencionava a solução, ou seja, o seu desejo; Manoel de Freitas raramente apresentava características de um pedinte modesto, ao mencionar que estaria de acordo com o que o chefe decidisse; às vezes, era um tanto prático, pois chegava a fazer dois pedidos por carta, isso sem contar das poucas informações a respeito dos pedidos feitos por telegrama.

Diz-se que um coronel tem que acatar ordens partidas de cima, mas nunca se pensa ao contrário. Por exemplo, nas cartas analisadas de Freitas Valle, nos dá a impressão de que as ordens são dadas, no entrelinha, por Manoel de Freitas Valle Filho, no momento em que ao fazer o pedido, junto, já vem uma sugestão de alguém ou algo em vista. O chefe estadual, Borges de Medeiros de alguma forma já se sente “pressionado” a acatar essas sugestões.

---

<sup>328</sup> Idem.

<sup>329</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00013, 22/04/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

### 3.3 Vida política em Alegrete

Geralmente, ao escrever uma carta e enviá-la ao Borges de Medeiros, Manoel de Freitas costuma relatar questões administrativas que ocorrem e fazem parte do município. “prestações de contas” também fazem parte das características de um coronel.

Falando-se do aspecto “política”, e que uma das características que faz parte desse sistema coronelista é informar a situação local, em que a administração se encontra. Freitas Valle relata ao chefe estadual que foi oferecido um banquete para acalmar os ânimos, após terem tido desavenças com componentes do partido. Uma vez que tudo parecia calmo, João Benicio, afirma Freitas Valle, tomou uso da palavra causando alguns transtornos novamente. Estes tiveram que ser apartados pelo próprio Manoel de Freitas Valle em defesa de seus amigos correligionários. Também deixa o chefe político estadual avisado, pois o Dr. Benicio não esqueceu as ofensas passadas e a qualquer hora, poderão chegar notícias desagradáveis aos ouvidos de Borges de Medeiros<sup>330</sup>.

Freitas Valle também relata que o Juiz de Comarca, por haver algumas manifestações do povo e de algum dos correligionários políticos do partido, negou-se a cumprimentar o coronel. Por isso, um de seus amigos aproveitou a deixa e mandou um telegrama ao Chefe Estadual. Freitas Valle Filho intervém ao seu favor, pois não queria que esse seu amigo, a pedido do Sub-Chefe de Polícia, fizesse parte de outra Guarnição. Por causa desse fato, Manoel de Freitas deu sua palavra de honra que se retiraria da Administração, fato este que não foi levado a sério, já que foi dito num momento de fragilidade política.

Desde o começo, percebe-se uma rivalidade política por parte de João Benicio e Freitas Valle. Pelo que consta, Freitas Valle tenta manter uma boa relação, mas mostra que Benicio não está conforme com sua atuação no Partido Republicano Rio-Grandense. Na carta do dia 30 de março de 1905, Freitas Valle faz algumas avaliações a respeito de sua administração. Relata que João Benicio fez acusações, dizendo que Freitas Valle teria indicado maragatos para oficiais da Guarda Nacional, também o acusa de “... eu tratar com excessiva benevolência aos adversários<sup>331</sup>”. Freitas Valle explica que “... foi devido a essa

---

<sup>330</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00009, 28/10/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>331</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00010, 30/03/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

benevolência, que ele taxa de excessiva, que eu pude atrair, em quatro anos, para o nosso partido, cerca de 250 adversários, alguns dos quais com real prestígio<sup>332</sup>”.

Ao relatar sobre o andamento da administração pública do município, sob o aspecto “eleição”, o coronel Freitas Valle afirma que: “A qualificação eleitoral vai bem, - esperamos qualificar 500 e tantos Companheiros para 200 e tantos adversários, - quando muito<sup>333</sup>”. Em outra carta, Freitas Valle afirma que estavam levando os serviços de qualificação por melhores condições, tanto para os interessados, mas também no interesse do Partido Republicano, pois segundo Manoel de Freitas Valle, estavam à frente dos adversários<sup>334</sup>.

Manoel de Freitas Valle Filho informa que para a próxima eleição seriam uns 600 votos para os Republicanos e a 350 a 400 votos federalistas. Expõe que após a Proclamação da República a eleição acabou ocorrendo livremente, em que votaram 650 federalistas contra 230 republicanos. Manoel diz que com as mesmas armas, irá acontecer novamente outra eleição de forma livre e que os republicanos serão a maioria<sup>335</sup>.

Na carta do dia 04 de fevereiro de 1906, Manoel de Freitas Valle Filho a inicia dizendo que enviou um telegrama no dia 30 e que reiterava as congratulações pela completa crítica do Partido Republicano de Alegrete. Também informa que já era de se esperar o povo da campanha que melhor se tem apossados das idéias democráticas. Diz “Liberdade, ordem e conduta não se podia ter mais do que se pôs em prática na eleição do 30, em que o povo parecia em festa...<sup>336</sup>”. Ainda sobre a eleição, fala que “... foi tal a amplitude do eleitorado, que os mesmos adversários se têm encarregado de fazer o elogio dos chefes republicanos<sup>337</sup>”. Diz estar satisfeito por ver realizar as afirmações antecipadas que tinha sobre o resultado.

Em agosto de 1906, Freitas Valle relata a Borges a situação política no município de Alegrete. Na carta, o coronel afirma que há fatos que vem afetando de modo inconveniente a direção política republicana, mas acaba não relatando do que se trata<sup>338</sup>. Mas, dois meses depois, escreve a Borges novamente e afirma que “... está felizmente terminado o incidente

---

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00012, 20/04/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>334</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00013, 22/04/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>335</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00022, 29/11/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>336</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00026, 04/02/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>337</sup> Idem.

<sup>338</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00036, 18/08/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).



suscitado no seio da Comissão Executiva<sup>339</sup>”. De acordo com o Coronel Freitas Valle, havia sido elegida uma Comissão, mas João Benicio não aprovou. Freitas Valle, então, deu poderes para que Benicio resolvesse tudo sozinho, mas este também não quis. Manoel de Freitas Valle Filho tomou uma atitude e lhes disse:

(...) se naquele mesmo dia não fosse terminado o incidente, para cujo desenrolasse eu concorria, abdicando de qualquer direito de intervenção, eu romperia com semelhante estado de hesitação deprimente para o critério partidário e viria em público explicar a minha atitude (...) <sup>340</sup>.

Tudo acabou quando uma nova comissão Executiva foi formada, mantida com o mesmo número da antiga, sendo dois componentes novos e o restante, amigos do João Benicio.

Na carta do dia 06 de abril de 1907<sup>341</sup>, Manoel de Freitas Valle Filho informa que João Benicio pretendia anarquizar dizendo para os seus amigos políticos não prestarem apoio ao governo para a candidatura presidencial. Freitas Valle sugere que o coronel Frederico Ortiz dê força moral e apoio para que se cessem essas recalcitrâncias. Na carta seguinte, do dia 1º de maio de 1907, Manoel de Freitas Valle Filho afirma que o estado político local se encaminhava para uma normalidade. Também afirma que Benicio ainda não estava conforme com a nova eleição da comissão Executiva, não concordava com a maneira que seria feita. Mas Freitas Valle sugere a Borges de Medeiros de que a eleição continuasse de pé. De acordo com Freitas Valle, Benicio não contava com atuais qualificações, com isso, Benicio sairia perdendo<sup>342</sup>.

Na carta do dia 25 de novembro de 1911, Manoel de Freitas Valle Filho relembra ao Borges de que este o falou em candidatura para o próximo quadriênio. Freitas Valle afirma que Benicio já optara por outro candidato e que este deveria concorrer à eleição. Freitas Valle também diz que:

(...) do ponto de vista político, no final do meu último quadriênio e mesmo durante o primeiro, o partido estava, como sempre estive, forte e coeso,

---

<sup>339</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00037, 11/09/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>340</sup> Idem.

<sup>341</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00046, 06/04/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>342</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00048, 01/05/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

como se provou no último pleito da minha administração, que concorreram às urnas 827 eleitores republicanos contra 465 adversários<sup>343</sup>.

Em 1913, Freitas Valle informa o motivo pelo qual escreveu a carta dizendo que julga importante do ponto de vista político e administrativo, cuja notícia da substituição do imposto de exportação pelo territorial. Freitas Valle explica que esta era uma substituição de natureza que interessasse aos contribuintes e que esta era radical. De acordo com Freitas Valle “... tem causado má impressão geral, em adversários e companheiros, e consta-me que prepara-se uma propaganda de oposição a essa reforma<sup>344</sup>”. Freitas Valle sugere que o melhor a fazer, já que estavam num período de agitações políticas, e que tudo seria usado pelos adversários políticos, era conservar o imposto de exportação e aumentar somente dois contos de réis por quadra de campo, o que daria uma renda de mil contos ou mais. Mesmo acontecendo alguns problemas, Freitas Valle informa que “A situação política e administrativa vai sendo satisfatória e perfeita em todos os sentidos, cuidando-se muito da instrução<sup>345</sup>”.

Na carta do dia 12 de abril de 1913, Manoel de Freitas Valle Filho retoma o assunto da carta anterior, informando ao Borges de Medeiros que os criadores do município estavam alarmados por causa do aumento dos impostos. Afirma que a reforma

(...) trará grande agitação e principalmente desgostos, entretanto o projecto chefe enxergará melhor tudo isso. Como sabe, os nossos adversários aqui eram muitíssimos, mas hoje com grande trabalho formamos um partido forte, porém precisa notar de que grande número dos nossos saíram dos federalistas<sup>346</sup>.

Na carta do dia 05 de agosto de 1913, Freitas Valle informa ao Borges de Medeiros que os Federalistas e os dissidentes estavam trabalhando com antecedência para a eleição do dia 1º de março do próximo ano. Afirma que “Os nossos adversários aqui são muitos e ricos. Também informa que poderá levar às urnas de 950 a 1000 votos contra 600 a 650<sup>347</sup>”.

Nesta outra carta enviada a Borges em 1913, Freitas Valle relata que foi ofendido com palavras grosseiras ditas pelo Vice-Intendente de São Francisco de Assis. Isso tudo porque um

---

<sup>343</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00055, 25/11/1911 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>344</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00058, 29/03/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00059, 12/04/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>347</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00068,05/08/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

amigo intervém a favor de um sujeito preso injustamente. O vice-Intendente de São Francisco havia sido grosseiro com Freitas Valle, e Valle afirma que “Em todo caso devolvo a ofensa no mesmo tom em que me dirigiu, bem como a própria conta vossa por julgá-lo um papel indigno de ser comigo...”<sup>348</sup>.

Já em 1914, Manoel de Freitas Valle Filho afirma que a crise geral tinha afetado a administração do município. Avisa a Borges que falou com cinquenta praças para expor a situação das despesas e que os quinze praças destacados para o município de Quaraí, por ordens de Borges de Medeiros, estavam fazendo falta ao município de Alegrete.

Na carta do dia 25 de novembro de 1915, Freitas Valle fala ter sido informado que o Delegado Fiscal do Tesouro Nacional submeteu-se ou iria se submeter ao Dr. Ministro da Fazenda, um novo regulamento da Repressão do contrabando do estado. De acordo com Freitas Valle isso

(...) virá chocar, não só os interesses do fisco, os interesses do comércio honrado e lícito da zona fronteira, mas, ainda, as conveniências sociais e políticas do nosso Estado, cuja guarda está confiada ao Partido republicano<sup>349</sup>.

De acordo com Freitas Valle, o regulamento suprimiria os cargos de Delegado Especial, os subdelegados e os chefes de seção, encarregados de Postos Fiscais, escriturários e auxiliares, também seriam reduzidos o número de guardas, estes que segundo Freitas Valle

(...) são prestigiosos os serviços que presta essa corporação, quer auxiliando o policiamento das cidades e campanha, em casos de necessidade ou de conflito, quer prestando o seu recurso cívico à causa republicana, pelo voto e pela ação coadjuvadora, em casos urgentes e decisivos<sup>350</sup>.

Numa das últimas cartas de maio de 1916, Freitas Valle requer explicações do chefe estadual quanto ao Artigo 1º em que diz que “Não são elegíveis para os cargos de intendente e conselheiros: 1º As autoridades e funcionários quaisquer, tanto do estado como do município<sup>351</sup>”.

---

<sup>348</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00072, 15/11/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>349</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00092, 25/11/1915 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00098, 27/05/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Manoel de Freitas Valle Filho preocupava-se pelo fato do candidato ser notário oficial do Registro Geral de Hipotecas. As dúvidas seriam as que se o candidato deveria demitir-se do cargo com três meses de antecedência ou não. Isso tudo para não obterem problemas no futuro.

Na carta do dia 23 de junho de 1916, Freitas Valle relata que continuavam se ocupando com a eleição de Alegrete, que a escolha do candidato já estava escolhida e que havia satisfeito a todos do partido local, o atual Juiz de Comarca, Dr. Samuel Figueiredo da Silva. De acordo com as palavras de Freitas Valle “... é de candidatura é, de todas até hoje lembrada, a mais simpática e viável, pela aceitação geral que tem recebido de partido e mesmo do povo<sup>352</sup>”. Afirma que “... tenho motivos para afirmar que ele vos poderá ser, quando menos, tão devotado e leal como eu vos tenho sido<sup>353</sup>”.

Nesta mesma carta, Freitas Valle manda a lista com os nomes que compõem a chapa para a eleição municipal que é a seguinte: Dr. Samuel Figueiredo da Silva, magistrado. Conselheiros: Alfredo da Silva Carvalho, gerente do Banco Pelotense; Simplicio Jacques Dornelles, criador; Alfredo Laydner, comerciante; Lourenço Prunes Sobrinho, comerciante; Orlando de Oliveira, Artista; Feliciano Febronio Rodrigues, Comerciante; Eduardo Corrêa, -. Afirma que poderá acontecer alguma mudança em relação aos conselheiros.

Outro aspecto analisado nas correspondências diz respeito à Imprensa, na qual Manoel de Freitas Valle Filho costuma informar sobre as assinaturas arrecadadas. Na carta do dia 04 de agosto de 1904, Freitas Valle inicia sua carta mostrando uma lista com os nomes de assinantes do ano, junto, envia uma quantia de dinheiro arrecadada pelas assinaturas, correspondentes aos assinantes do jornal A Tribuna. Avisa também que duas pessoas da lista estavam riscadas, por não haverem pagado. Diz que Benicio iria levar depois a lista dos oficiais da Guarda Nacional. Também afirma que “A política local continua firme e unida, para a continuação do engrandecimento e glória do partido<sup>354</sup>”. Freitas Valle de forma objetiva pede para que o chefe estadual encaminhasse os recibos diretos para suas mãos, porque ele fazia questão de entregá-los em mãos para os assinantes do jornal A Tribuna. Fala o seguinte: “Como sabe, em Novembro terá lugar a minha reeleição, na qual espero obter mais de 800 votos, inclusive muitos adversários<sup>355</sup>”.

---

<sup>352</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00101, 23/06/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>353</sup> Idem.

<sup>354</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00006, 04/08/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>355</sup> Idem.

Na carta do dia 09 de junho de 1906<sup>356</sup>, Manoel de Freitas Valle Filho relata o estado político local, e levantando algumas questões de atritos entre os membros do jornal “Gazeta” e o Benício, Ex-Intendente de Alegrete. Por estar viajando, quando volta à cidade, houve algumas demissões e ele teve que compactuar com o feito, para não causar mais atritos. Manoel afirma que a redação do jornal jamais ouviu ou consultou aos seus artigos publicados. Artigos publicados não passam pela averiguação dos companheiros do partido, nem por ninguém e por isso Freitas Valle se justifica caso viesse acontecer algum “falatório”. Freitas Valle explica que Julio Ruas, não consultava nem o próprio pai, dono do jornal por suas publicações.

Em 1906, o coronel Freitas Valle diz ter resolvido dois problemas, um, falou com o redator da Gazeta, ficando definitivamente resolvido que o mesmo jornal não mais aludiria nem faria referências a quem quer que fosse, em sentido político ou particular. O outro problema seria de que o jornal “Correio do Povo” estava fazendo politicagem, por isso Freitas Valle falou com o mesmo redator para que cuidasse para publicar fatos que realmente interessasse a opinião, para não causar incômodo por parte dos adversários<sup>357</sup>.

Em outra carta, Freitas Valle acaba relatando uma situação “engraçada”, referente a uma agitação que deu quando o Juiz de Comarca mandou prender Julio Ruas. De acordo com Freitas Valle “... houve precipitação da parte do Juiz de comarca, o qual devido à surdez de que sofre, como é público e notório, entendeu mal as palavras...<sup>358</sup>”. O juiz mandou mover um processo contra Julio Ruas, mas o mesmo conseguiu um bom advogado. Um mês depois, em outra carta, Manoel de Freitas Valle Filho informa a Borges de Medeiros de que o Dr. Escobar está tratando de dar andamento ao processo de Julio Ruas, que este assunto quase não se fala<sup>359</sup>. De acordo com Freitas Valle, o ocorrido já fazia um mês, ninguém mais falava.

Na carta do dia 06 de fevereiro de 1907, Manoel de Freitas Valle inicia sua carta relatando a verdadeira situação das acusações contra um correligionário político. De acordo com Freitas Valle, Frederico Ortiz estava sendo atacado pelo jornal “A Fronteira” de Livramento por dinheiro falso. Freitas Valle afirma que andou investigando a verdadeira situação e viu que seu amigo estava sendo injustamente acusado, eram acusações infundadas.

---

<sup>356</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00031, 09/06/1906– Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>357</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00034, 05/07/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>358</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00037, 11/9/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>359</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00039, 01/10/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Visto isto, Freitas Valle também afirma que nenhum companheiro político deu apoio ao amigo difamado. E de acordo com Freitas Valle, “... não receio errar afirmando que se atritos tem havido, todos se tem originados pela intolerância autoritária do Sr. Benicio...<sup>360</sup>”. Havia, claramente, uma discórdia dentro do Partido Republicano.

No dia 24 de novembro de 1913, Freitas Valle inicia sua carta afirmando que estava enviando uma lista com o número de assinantes para ao jornal “Imprensa”, isto, conforme a ordem dada por Borges de Medeiros. Diz lembrar com saudades e que admirava ao Borges de Medeiros. Pede desculpas por não conseguir mais assinaturas, mas acaba as justificando por estar seguidamente fazendo pedidos a esse respeito<sup>361</sup>.

Em relação à Guarda Nacional, Freitas Valle fala da precisão de novos oficiais para a Guarda Nacional, pois Manoel se referia ao que andou acontecendo no Rio, por isso se preocupava com o município e todos os municípios a sua volta<sup>362</sup>.

Nas correspondências do coronel Freitas Valle, são apresentados relatos que tratam do aspecto “prisão”, alguns crimes. Como em 1904, em que houve no fórum do município, um inventário e que este acarretou problemas, pois um dos herdeiros não havendo se conformado com a sentença, recorreu ao Tribunal de Relação do Estado. Manoel de Freitas afirma que “... é geralmente sabido em Porto Alegre, que ele vive em publica mancebia com a própria irmã, que é casada<sup>363</sup>”. Esta é uma das justificativas para que Borges de Medeiros viesse a intervir a favor da esposa, já que segundo Freitas Valle “... é virtuosa e boa...<sup>364</sup>”.

Na carta, do dia 2 de julho de 1904, Freitas Valle, primeiro, relata a fuga de dois presos que se achavam recolhido no xadrez da cadeia e estavam sendo processado por crime de homicídio. Também relata que tinha recomendado aos carcereiros maior vigilância. O caso é que o preso acabou escapando e o Manoel de Freitas escreveu relatando e tentando se desculpar pelo ocorrido. Segundo ele: “... completo mistério!... Tendo motivos para suspeitar do carcereiro, especialmente, mandei recolhê-lo à prisão...<sup>365</sup>”.

Manoel de Freitas teve que se humilhar, pois essa falha demonstraria a incompetência do coronel perante seu chefe, Borges de Medeiros. Freitas Valle justifica-se dizendo que está

---

<sup>360</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00044, 06/02/1907 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>361</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00073, 24/11/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>362</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00020, 04/09/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>363</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00008, 30/08/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00005, 02/07/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

composto de maus auxiliares administrativos. Relata detalhadamente o que aconteceu e como aconteceu a fuga dos presos. Ele diz ter recomendado aos carcereiros sobre os mesmos, que deveriam ficar atentos em relação aos presidiários. Freitas Valle diz não querer mais auxiliares que não tivessem referências e aptidões para assumir cargo, porque os mesmos estavam negligenciando o cumprimento de seus deveres. Faz a seguinte exigência: “Quero que seja também da minha livre escolha o pessoal com quem tinha de repartir essa mesma responsabilidade em ocasiões preciosas<sup>366</sup>”.

Freitas Valle informa ao Borges de que o único crime de furto de importância, ocorrido naquele ano, foi o de 17 vacas furtadas na divisa do município de Alegrete com Uruguaiana. Sendo que depois, as mesmas foram resgatadas na República Oriental<sup>367</sup>. Observa-se nas cartas de Manoel de Freitas Valle Filho que não havia muitos crimes, prisões, ao menos no que relata a Borges de Medeiros, não aparecem.

Na carta do dia 03 de dezembro de 1914, Freitas Valle informa ao Borges de Medeiros que recebeu por telegrama avisando que no dia 26, do mesmo mês, havia entrado um contrabando. De acordo com Freitas Valle “O Sr. Ananias não aprendeu a carroça que trazia duas caixas com meias e deixou de passar, buscou na casa de onde diz que viu saírem as referidas caixas<sup>368</sup>”. Freitas Valle conclui dizendo que tem dúvidas a respeito do que aconteceu, de acordo com suas palavras:

(...) ou era contrabando e não se passou busca porque o comerciante era correligionário do chefe do Posto, ou então foi uma grande farsa para comprometer Brunel (...) <sup>369</sup>.

Manoel de Freitas Valle Filho, ao se referir à Instrução Pública, à educação, na carta do dia 04 de dezembro de 1903, diz arrecadar impostos; também relata que foram feitos exames nos alunos das escolas municipais, tendo causado espanto na Comissão examinadora composta por outro Coronel, o grau de instrução dos alunos que há dois anos eram analfabetos, e que no momento, estavam aptos<sup>370</sup>.

---

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00082, 01/06/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>368</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00086, 03/12/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>369</sup> Idem.

<sup>370</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00002, 04/12/1903 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

O Coronel Manoel de Freitas Valle Filho informa que começaram os exames das escolas municipais, tendo examinado cinco, uma delas com 70 alunos, na Coxilha Seca, todas com a imprensa do Sr. Juiz de Comarca, o juiz Distrital, o conselheiro Dr. Eurípedes Milano e o Secretário da Intendência, Luiz Araújo filho<sup>371</sup>.

Na carta do dia 04 de agosto de 1916<sup>372</sup>, Freitas Valle já avisando diz que o assunto é importantíssimo, pois se trata do ponto de vista industrial. Freitas Valle relata que sabe que a Escola de Engenharia de Porto Alegre, por compromisso assumido com o governo do estado, fundará em várias localidades, duas ou três estações experimentais. Freitas Valle mostra interesse em que uma dessas escolas seja projetada em Alegrete. Segundo Freitas Valle:

(...) com a criação de uma Estação experimental neste município, onde há terras ubérrimas, em largas zonas que, aproveitadas inteligentemente, viriam a ser uma fonte de riqueza publica e um recurso poderoso para o povo que deseja trabalhar e que, bem dirigido pela disseminação dos conhecimentos práticos, de alto valor agrícola, veria melhorar a própria sorte, atualmente tão precária<sup>373</sup>.

Na carta do dia 08 de agosto de 1916, Freitas Valle retoma ao assunto a respeito da importante vinda e instalação em Alegrete da Estação Experimental, a Escola de Engenharia de experimento<sup>374</sup>.

Do ponto de vista do Funcionalismo Público, Manoel de Freitas Valle Filho costuma informar a Borges de Medeiros a situação de seus funcionários. Como na carta do dia 03 de outubro de 1903, Manoel de Freitas Valle Filho informa que funcionários do fórum requeriam desde 1901, os seus devidos pagamentos, que ainda estavam sendo negados na justiça<sup>375</sup>. Ele não deixa de intervir a favor de seus funcionários.

Em outra correspondência, referente ao dia 05 de setembro de 1905<sup>376</sup>, Freitas Valle tenta resolver um problema a respeito de um funcionário que precisa ser transferido, pois estavam acontecendo algumas desavenças pessoais entre ele, o funcionário e seus superiores.

---

<sup>371</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00086, 03/12/1914 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>372</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00104, 04/08/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>373</sup> Idem.

<sup>374</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00105, 08/08/1916 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>375</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00001, 03/10/1903 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

<sup>376</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00021, 05/09/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).



Outro aspecto analisado é o que se refere às Obras Públicas. Na carta do dia 17 de julho de 1905<sup>377</sup>, o Coronel Freitas Valle inicia sua carta relatando ao Borges a inauguração da ponte Julio de Castilhos. Também exalta a presença do Coronel Hildefonso Fontoura, quem apresentou a obra em si. Freitas Valle também apresenta um panorama de como está a produção pecuária no município. Ao concluir agradece a gentileza e a atenção que Borges de Medeiros manifesta em relação ao município de Alegrete.

O Coronel Freitas Valle Filho também mostra sua precaução com a Saúde Pública. Ao escrever para Borges de Medeiros relata a situação do município em relação à vacinação e a prevenção da varíola. Que há a preocupação do povo alegretense ao recorrer a Intendência em busca de vacina. De acordo com ele, pelas notícias e informações que possui a da impossibilidade de mandar buscar vacina na fronteira, afirma ter mandado buscar em Montevideú.

---

<sup>377</sup> Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 00009, 28/10/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

## À GUIA DE CONCLUSÃO

O trabalho proposto tinha como objetivo analisar as cinquenta e oito cartas do Coronel Manoel de Freitas Valle Filho (1867 – 1916) a Borges de Medeiros (1864 – 1967), no período de 1903 a 1916, período este, em que as cartas foram escritas.

Manoel de Freitas Valle Filho, que ganha o título de Coronel durante um período conturbado de 1891, era um dissidente. Fredolino Prunes, contemporâneo de Freitas Valle, como foi informado na Introdução, é quem afirma que o Coronel Freitas Valle era seu amigo e que era um dissidente. Contudo, honrando a Julio de Castilhos, Freitas Valle manteve-se sempre fiel ao Partido Republicano Rio-Grandense. Após a morte de Castilhos, assume o poder do estado, Borges de Medeiros, fazendo com que Freitas Valle continuasse ao lado do novo chefe político estadual. Freitas Valle começa uma relação mais apurada com Borges, quando é eleito Intendente pela primeira vez, 1903. A partir desse período, Freitas Valle escreve constantemente cartas ao Borges de Medeiros com o intuito de “prestar contas” em relação ao município, partido e administração.

Através deste trabalho, tentou-se analisar o *habitus*, a prática denominada clientelismo, demonstrando suas características mais comuns entre chefes políticos locais, coronéis, e chefe político Estadual, no caso Freitas Valle e Borges de Medeiros. Estas características seriam os pedidos, as trocas de favores, a “prestação de contas” tanto da parte administrativa, vida política e até mesmo pessoal.

Essa pesquisa soma, com as práticas que traz, à historiografia que defende o conceito de que *habitus* e o clientelismo consistem em práticas que tecem a formação de uma rede de troca de favores, por isso, é que observa-se que a cada pedido feito há uma estratégia por trás, que é a de conseguir votos e mais correligionários políticos. E os “merecedores” desses pedidos, passam a ter a responsabilidade de continuar essa rede de sociabilidade, no lugar em que está empregado e na função que exerce. Exemplifica-se com o caso do pedido para Júlio Ruas que tinha condições para reproduzir a rede, pois era um jornalista e dono de um jornal, o que seria muito relevante para o PRR.

O que as correspondências trazem de mais importante, são mais que os pedidos familiares ou para si, como já foi mencionado, os favores fundamentados em pedidos para obtenção de nomeações destinadas a amigos políticos. Manoel de Freitas Valle Filho, de

acordo com algumas correspondências, pediu favores quando havia uma vaga de emprego disponível. Não houve nenhum caso em que por vontade dele, se abrisse uma vaga de emprego, muito pelo contrário, ele apenas sugeria alguém capacitado na área, quando esta vaga realmente existia. Pelo o que dá para perceber era que os pedidos quase sempre eram atendidos.

Esse papel e essa capacidade de conciliação política que o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho possuía, “unindo” liberais, dissidentes e o PRR, que foi demonstrado a nível local, não seria esta a função também exercida enquanto Vice-Governador do Estado?

Em resumo, emerge das correspondências um autor/coronel que escrevia discursos com objetivos e um ‘tom<sup>378</sup>’ de quem deseja apaziguar ânimos, na busca de resolver discórdias, sem, entretanto, lograr agradar a todos, como evidenciam suas cartas.

---

<sup>378</sup> O “Tom” das narrativas em Paul Ricoeur. Anotações do seminário sobre Escritas de si, ministrado por Margaret M. Bakos, 2008/2.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO FILHO, Luiz. O Município de Alegrete. Org. Danilo Assumpção e Flávio Poitevin. Ed. Pallotti, 2007.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendent*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

\_\_\_\_\_. *Júlio de Castilhos. Positivismo, abolição e república*. Porto Alegre, Ed. EDIPUC e Instituto Estadual do Livro, 2006.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Escândalos políticos, borgismo e coronelismo em Santa Maria*. In. Justiça e História. Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. – V. 5, n. 9 (2005). Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Departamento de artes gráficas.

\_\_\_\_\_. In: *Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história*/Organizador Margaret M. Bakos. Porto Alegre: Palier, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BOURDIEU, P. A Gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 59-74.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: *sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. In: Dados, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext#](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext#). Vol. 43, n. 1. Rio de Janeiro: 2000.

\_\_\_\_\_. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. In: Dados, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sciartt\\_ext#](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sciartt_ext#). Vol. 40, nº 02. Rio de Janeiro: 1997, p. 233.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: 2ª ed. Forense Universitária, 2000.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXVIII, nº. 1, p. 1-200, junho 2002.

DOCCA, E. F. de Souza. *História do Rio Grande do Sul (general)*. Rio: Simões - Rio, 1954.

ESPIG, Márcia Janete. *Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas*. Anos 90. Porto Alegre: PPG – História – UFRGS, nº. 10, dezembro de 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16 ed. São Paulo: Globo, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. In: República Velha (1889-1930). Coordenação Geral Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo, Méritos, 2007. V.3, t.1.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FILHO, Arthur Ferreira. *Nomes Tutelares do Ensino Rio-Grandense*. 2 ed. atual. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro – Departamento de Assuntos Culturais, 1977.

FILHO, Arthur Ferreira. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 4ª Ed. Nova dimensão, 1993.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GERTZ, René Ernaini. *Eleições e racismo no Rio Grande do Sul*. *Véritas*, v. 36, n. 141/144, 1991, Porto Alegre.

GERTZ, René Ernaini. Teuto-brasileiros e o integralismo no Rio Grande do Sul: a interpretação de um fenômeno político controverso. Porto Alegre, 1977.

GIRARDET, Raoul. *Para uma Introdução ao Imaginário Político, A Conspiração e Na direção de um ensaio de interpretação*. In.: *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo. Cia das Letras, 1987.

GOFF, Jacques le/Nora, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GOFF, Jacques le/ Nora, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GOFF, Jacques le/ Nora, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: *Escrita de si. Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Agnes Heller/Tradução Dílson Bento de Faria Ferreira Lima, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1993.

*Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano/org. Gunter Axt...(et al.)*. – Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina Editora, 1971.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LÖWY, Michel. *Ideologias e Ciência social. Elementos para uma análise marxista*. São Paulo. Cortez, 1995.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro Costa. 3 Ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios)*. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MORAES, Denis de. *Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm>. Acesso em: 26 de jun. 2008.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. São Paulo, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RICOUER, Paul. Marx: *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* – tomo III. Trad. al Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SANTOS, Julio R. Quevedo e SANTOS, José C. Tamanquevis. *Rio Grande do Sul: Aspectos da História*. 7ed. Porto Alegre: Martins livreiro, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo Presente. Notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SILVA, Lúcia Silva e. *Coronéis da Fronteira: um olhar sobre a “getulização” do Brasil*. Tese de Doutorado em História do Brasil PUCRS, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. V. 3. Porto Alegre: Sulina Editora, 1973.

TIMM, Octacílio B., GONZALEZ, Eugenio. *O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista*. Rio Grande do Sul: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca e Cia., 1934.



## **FONTES PRIMÁRIAS**

### **FUNDO BORGES DE MEDEIROS/ SÉRIE CORRESPONDÊNCIA / SUBSÉRIE PASSIVA**

- 1. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00001 - Carta. Alegrete, RS, 3/10/1903. 1 folha.  
Descritores: Política Regional, Justiça, Funcionalismo.**
- 2. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00002 - Carta. Alegrete, RS, 4/12/1903. 4 folhas.  
Descritores: Política, Executivo, Funcionalismo.**
- 3. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00003 - Carta. Alegrete, RS, 22/12/1903. 2 folhas.  
Descritores: Política, Funcionalismo.**
- 4. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00005 - Carta. Alegrete, RS, 2/7/1904. 03 folhas.  
Descritores: Política, Funcionalismo, Justiça. Com anotação “Reservada”.**
- 5. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00006 - Carta. Alegrete, RS, 4/8/1904. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Imprensa, Política municipal, Eleições, Funcionalismo, A Tribuna.**
- 6. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00007 - Carta. Alegrete, RS, 27/8/1904. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Exército, Funcionalismo.**
- 7. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00008 - Carta. Alegrete, RS, 30/8/1904. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Sociedade, Justiça, Família.**
- 8. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00009 - Carta. Alegrete, RS, 28/10/1906. 5 folhas.  
Descritores: Municípios, Política Regional, Partidos Políticos, Executivo municipal, Funcionalismo, Justiça.**

9. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00010 - Carta. Alegrete, RS, 30/3/1905. 8 folhas.  
Descritores: Política Regional, Municípios, Partidos Políticos, Executivo Municipal, Funcionalismo.
10. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00012 - Cartão. Alegrete, RS, 20/4/1905. 1 folha.  
Descritores: Política regional, Partidos Políticos, Eleições, Partido Republicano Rio-Grandense.
11. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00013 - Carta. Alegrete, RS, 22/4/1905. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Partidos Políticos, Funcionalismo, Partido Republicano Rio-Grandense.
12. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00016 - Carta. Alegrete, RS, 3/6/1905. 2 folhas.  
Descritores: Imprensa, A Federação, Justiça.
13. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00018 - Cartão. Alegrete, RS, 9/6/1905. 1 folha.  
Descritores: Municípios, Exército.
14. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00019 - Carta. Alegrete, RS, 17/7/1905. 2 folhas.  
Acompanha recorte do jornal A Gazeta: "Seção livre, ao público" Descritores: Política Regional, Municípios, Guarda Nacional, Executivo Municipal, Saúde Pública, A Gazeta.
15. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00020 - Carta. Alegrete, RS, 4/9/1905 2 folhas.  
Acompanha recorte do jornal A Gazeta: "Seção livre, ao público" Descritores: Política Nacional, Saúde pública.
16. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00021 - Carta. Alegrete, RS, 5/9/1905. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Justiça.
17. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00022 - Carta. Alegrete, RS, 29/11/1905. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Eleições.

18. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00026 - Carta. Alegrete, RS, 4/2/1906. 5 folhas.  
Descritores: Política Regional, Eleições, Municípios.
19. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00027 - Carta. Alegrete, RS, 17/2/1906. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo.
20. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00028 - Carta. Alegrete, RS, 6/3/1906. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo, fazenda Pública.
21. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00031 - Carta. Alegrete, RS, 9/6/1906. 5 folhas.  
Descritores: Política regional, Imprensa, Gazeta.
22. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00033 - Carta. Alegrete, RS, 13/6/1906. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Executivo Municipal, Funcionalismo.
23. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00034 - Carta. Alegrete, RS, 5/7/1906. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Imprensa, Gazeta, Partido Republicano Rio-Grandense.
24. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00036 - Carta. Alegrete, RS, 18/8/1906. 7  
folhas. Descritores: Imprensa, Política Regional, Partido Republicano Rio-Grandense.
25. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00037 - Carta. Alegrete, RS, 11/9/1906. 4 folhas.  
Descritores: Política Regional, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-  
Grandense.
26. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00039 - Carta. Alegrete, RS, 1/10/1906. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Partidos Políticos, Partido Republicano Rio-Grandense.
27. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00044 - Carta. Alegrete, RS, 6/2/1907. 2 folhas.  
Descritores: Imprensa, "A Fronteira", Santana do Livramento, Partido Republicano Rio-  
Grandense.
28. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00046 - Carta. Alegrete, RS, 6/4/1907. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Guarda Nacional.

29. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00047 - Carta. Alegrete, RS, 26/4/1907. 3 folhas.  
Descritores: Política Regional, Partidos Políticos, Partido Republicano Rio-Grandense.
30. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00048 - Carta. Alegrete, RS, 1/5/1907. 3 folhas.  
Descritores: Política Regional, Partidos Políticos, Partido Republicano Rio-Grandense.
31. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00054 - Carta. Alegrete, RS, 27/11/1909. 3 folhas.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Municípios.
32. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00055 - Carta. Alegrete, RS, 25/11/1911. 3 folhas.  
Descritores: Política Regional, Eleições, Partidos Políticos, Partido Republicano Rio-Grandense.
33. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00058 - Carta. Alegrete, RS, 29/3/1913. 2 folhas.  
Descritores: Economia, Partido Republicano Rio-Grandense, Impostos.
34. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00059 - Carta. Alegrete, RS, 12/4/1913. 3 folhas.  
Descritores: Economia, Política Regional, Partido Republicano Rio-Grandense, Impostos.
35. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00062 - Carta. Alegrete, RS, 17/6/1913. 1 folha.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Porto Alegre.
36. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00065 - Carta. Alegrete, RS, 11/7/1913. 1 folha.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Brigada Militar.
37. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00066 - Carta. Alegrete, RS, 14/7/1913. 2 folhas.  
Descritores: Política Regional, Legislativo Estadual.
38. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00068 - Carta. Alegrete, RS, 5/8/1913. 3 folhas.  
Descritores: Política Regional, Eleições, Partido Federalista.

39. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00070 - Carta. Alegrete, RS, 18/9/1913. 1 folha.  
Descritores: Política Regional, Funcionalismo.
40. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00072 - Carta. Alegrete, RS, 15/11/1913. 4  
folhas. Descritores: Política Regional, Executivo Municipal, Funcionalismo.
41. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00073 - Carta. Alegrete, RS, 24/11/1913. 2  
folhas. Descritores: Imprensa, Partido Republicano Rio-Grandense, “A Imprensa”.
42. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00074 - Carta. Alegrete, RS, 27/11/1913. 1 folha.  
Descritores: Sociedade, Família.
43. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00078 - Carta. Alegrete, RS, 4/4/1914. 3 folhas.  
Acompanha cartas nº. 00078.1 e 00078.2. Descritores: Política Regional, Funcionalismo,  
Fazenda.
44. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00078.1 - Carta. Alegrete, RS. 2 folhas.  
Acompanha cartas 00078 e 00078.2 Descritores: Política Regional, Funcionalismo,  
Educação.
45. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00080 - Carta. Alegrete, RS, 19/5/1914. 3  
folhas. Descritores: Política Regional, Justiça, Cartórios, Funcionalismo.
46. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00081 - Carta. Alegrete, RS, 29/5/1914. 1 folha.  
Descritores: Política Regional, Guarda Fiscal.
47. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00082 - Carta. Alegrete, RS, 1/6/1914. 2 folhas.  
Descritores: Municípios, Guarda Municipal.
48. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00086 - Carta. Alegrete, RS, 3/12/1914. 3  
folhas. Descritores: Política Regional, Fazenda, Guarda Fiscal.

49. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00092 - Carta. Alegrete, RS, 25/11/1915. 3 folhas. Descritores: Política Regional, Guarda Fiscal, Contrabando.
50. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00094 - Carta. Alegrete, RS, 24/12/1915. 1 folha. Descritores: Política Regional, Funcionalismo.
51. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00095 - Carta. Alegrete, RS, 12/5/1916. 2 folhas. Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Promotor público, Justiça, Bagé.
52. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00096 - Carta. Alegrete, RS, 19/5/1916. 2 folhas. Acompanha documento de nº 00096.1. Descritores: Política Regional, Partido Republicano Rio-Grandense, Partido Federalista, São Francisco de Assis.
53. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00098 - Carta. Alegrete, RS, 27/5/1916. 2 folhas. Descritores: Política Regional, Executivo municipal, Eleições, Funcionalismo.
54. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00099 - Carta. Alegrete, RS, 4/6/1916. 1 folha. Descritores: Política Regional, Partido Republicano Rio-Grandense, Funcionalismo.
55. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00101 - Carta. Alegrete, RS, 23/6/1916. 4 folhas. Descritores: Política Regional, Eleições, Justiça.
56. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00102 - Carta. Alegrete, RS, 27/6/1916. 2 folhas. Descritores: Política Regional, Fazenda, Funcionalismo, Guarda Fiscal.
57. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00104 - Carta. Alegrete, RS, 4/8/1916. 2 folhas. Descritores: Política Regional, Municípios, Educação, Estações Experimentais, Partido Republicano Rio-Grandense.
58. VALLE FILHO, Manoel de Freitas 00105 - Carta. Alegrete, RS, 8/8/1916. 2 folhas. Descritores: Política Regional, Municípios, Educação, Estações Experimentais, Partido Republicano Rio-Grandense.